

OTAVIANO DE OLIVEIRA FILHO

DO BRASIL AO SERTÃO:

**UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO
DA IDENTIDADE SOCIOCULTURAL DO NORTE DE MINAS**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL – PPGDS**

MONTES CLAROS – MG

2008

OTAVIANO DE OLIVEIRA FILHO

DO BRASIL AO SERTÃO:

UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO

DA IDENTIDADE SOCIOCULTURAL DO NORTE DE MINAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS, da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

Orientador: Prof. Dr. Anelito Pereira de Oliveira

MONTES CLAROS – MG

2008

Oliveira Filho, Otaviano de.

O482d Do Brasil ao sertão [manuscrito] : uma análise do processo de constituição da identidade sociocultural do Norte de Minas / Otaviano de Oliveira Filho. – 2008.
128 f.

Bibliografia : f. 121-128.

Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS, 2008.

Orientador Prof. Dr. Anelito Pereira de Oliveira.

1. Desenvolvimento Econômico. 2. Crescimento e desenvolvimento - Minas Gerais, Norte. 3. Sertão. 4. Cultura. 5. Identidade. I. Universidade Estadual de Montes Claros. II. Título.

CDD 338.98151

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL – PPGDS

Dissertação de Mestrado aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Anelito Pereira de Oliveira (Orientador)

Prof. Dr. Franscino Oliveira Silva (Unimontes)

Prof. Dr. Gilmar Ribeiro dos Santos (Unimontes)

Profa. Dra. Luci Helena Silva Martins (Suplente)

Montes Claros, fevereiro de 2008

Dedico este trabalho a Hilda Batista de Oliveira, minha tia, que me ensinou as primeiras letras lá no Brejo do Amparo, Januária/MG.

Àqueles que me ajudaram e ajudam a construir os sentidos do mundo, meus saudosos pais Otaviano Batista de Oliveira e Rosina Rodrigues de Oliveira, e aos meus 13 irmãos que sempre acompanharam e incentivaram meu trajeto profissional. Muito lhes devo pela presença e orações.

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento sem tamanho vai para **Deus**, por me ter ensinado a manter acesa a fé, a coragem, a perseverança e a humildade em todos os momentos desse percurso. A Sabedoria, que é fruto do Espírito Santo, e a intercessão da Virgem Maria e São José meus protetores pelos caminhos da Ciência.

Nenhuma evolução cultural ocorre da noite para o dia e exige, em seu processo de desenvolvimento, a adição de levantamentos e experiências que conduzem a um aprimoramento constante.

Uma dissertação de mestrado, como evolução de uma idéia, não poderia ser exceção, resumindo em suas páginas não apenas a percepção da pessoa que a escreveu, mas as muitas visões daqueles que a antecederam e deram sua contribuição às várias idéias e ideais.

Esta dissertação é a configuração de tais pressupostos. Ela se inicia na graduação em Ciências Sociais no início da década de 90, passando pela pós-graduação “lato sensu” em Sociologia. No entanto, acredito que este trabalho não é exatamente o que eu sonhei escrever mas é o resultado melhor que pude fazer.

Para chegar a tais páginas, fundamental foi à orientação do Professor Doutor Anelito Pereira de Oliveira, pautada pelo rigor acadêmico exercido com a leveza e a dedicação que só os verdadeiros mestres podem oferecer. O Doutor Anelito de Oliveira assumiu espontaneamente a minha orientação num momento de fortíssimas “intempéries” e “turbulências”, estimulou-me a pensar e estudar mais, não permitiu que eu me acomodasse em certezas aparentes, e guiou-me na organização das idéias e na transformação de pensamentos tortuosos (e confusos) em conhecimento. Sem a sua ajuda, certamente não teria conseguido adentrar e percorrer o itinerário até o sertão e de desvendar suas imagens.

Aos professores doutores Antônio Alvimar de Souza e Gilmar Ribeiro dos Santos, que enriqueceram o trabalho com a lucidez e a honestidade dos seus comentários, indicações e sugestões durante a qualificação.

Também merece agradecimentos especiais a banca da defesa de dissertação que me sugeriu algumas mudanças que já foram aqui incorporadas, e outras que surgirão nas minhas pesquisas futuras. Obrigado ao professor e incentivador constante desde a graduação, Doutor Gilmar Ribeiro dos Santos e ao amigo Prof. Dr. Franscino Oliveira Silva, que me abriu os olhos para algumas reflexões que tinham passado despercebidas.

Aos professores João Batista de Almeida Costa e a Márcia Pereira da Silva que sopraram as cinzas da minha ignorância intelectual e, dessa forma, contribuíram decisivamente para o meu amadurecimento acadêmico – vocês foram verdadeiros baluartes e trampolins para que eu alçasse o tão sonhado vôo rumo a uma ciência objetiva e extremamente imparcial. Espero que as reflexões desenvolvidas nesta dissertação possam ser percebidas como resultado de todo investimento, fornecendo novos elementos para os trabalhos desenvolvidos.

A todo o corpo docente do PPGDS (em especial, aos professores Herbert Toledo Martins, Luci Helena Silva Martins, Clóvis Zimmermann, Simone Narciso Lessa e Carlos Renato Theóphilo). Que fique registrado também o respeito pelo esforço e dedicação dos funcionários da Secretaria do PPGDS (Cláudio Macedo, Fernanda Álvares e Madalena Barros).

Agradeço aos colegas da turma de mestrado de 2005, que de formas diferentes, trouxeram contribuições importantes: Aldemir Azevedo, Cláudia Niquini, Fábio Vieira, Fernanda Veloso, Lindon Jonhson e Raquel Maia. Agradeço-lhes pelo incentivo constante, pela generosidade, pelas “dicas” carinhosas e, principalmente, pela amizade sincera.

Às professoras do Departamento de Ciências Sociais, Cláudia Regina Almeida e Maria da Luz Ferreira, que assinaram minhas cartas de recomendação para o Mestrado – não me esquecerei das relevantes palavras de confiança e apreço à minha pessoa.

Ao Padre Sérgio Rocha, que abriu as portas da “Biblioteca Padre Chico” do Priorado Nossa Senhora Aparecida e São Norberto e emprestou-me os originais do Cônego Maurice Gaspar para estudo.

Lembro e agradeço, com muito carinho e consideração, a Dra. Eliana Pires e também a Professora Esmeralda Serafim, pelo apoio material na finalização deste trabalho. Vocês foram sensíveis e generosas à minha causa. Deus lhes pague!

Um agradecimento especial devo às minhas madrinhas e conselheiras: Laura Gusmão Braga e Terezita Dias de Figueiredo Braga, a quem recorri em diversos momentos.

A Luiz Gonzaga Quintino (Luquinha), pela amizade de longa data na Unimontes, por ter sido solidário no meu desespero informático – o agradecimento é extensivo à sua esposa Juliana Mendes Quintino e à meiga Ana Júlia Mendes Quintino.

Aos vários colegas da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), que em muitos momentos colaboraram para que este trabalho chegasse ao seu final: Zuíla Maria de Jesus Rametta, Joaquim dos Reis Filho, Rosana Melo Franco, Beatriz Inácio (Bia), Mônica Camargo, Rejane Ruas, Etiane Sizílio, Anne Gracielly, José Paulo Ferreira Gomes e a tantos funcionários, pessoas simples, de corações generosos que contribuíram direta e indiretamente na minha visão humanista.

Durante os momentos de leituras e escrita, enclausurei-me por diversas vezes na centenária Fazenda das Quebradas, onde fui acolhido com muito carinho por Dona Arinha Veloso, Bili e dona Hilda. Agradecimento extensivo também à família de Dona Luci Veloso, seus filhos e a Maria de Lourdes, que sempre guardou o meu almoço no forno do fogão.

A tantas pessoas que torceram e vibraram para que chegasse a esse momento singular: Dona Benedita, Raquel França, Luciney Sebastião da Silva, José Stênio Melo, Kamila, Jaciara e Denise Alencar; Laurite Antunes de Oliveira, Delmário Baleeiro, Dona Lia e Seu Homero (funcionários queridos da Favag); Padre Dorival Souza Barreto Júnior, Wanderley Soares da Cruz, Daniel Coelho, Deli Mendes de Figueiredo, Dona Valda Passos (da bucólica cidade de Grão Mogol) e seus filhos: Tone, Juninha, Assunção Passos e Maria Passos e ao amigo e ex- reitor da Unimontes, José Geraldo de Freitas Drumond.

À torcida amiga: Maria de Fátima Rodrigues de Oliveira, Guilherme Fernando de Oliveira, Augusto Valério Rodrigues de Oliveira, Dona Maria José de Oliveira e Seu Geraldo Serafim de Oliveira.

Agradeço aos Professores Ruy Adriano Borges Muniz e a sua esposa Tânia Raquel Muniz (Diretores da Funorte), e ao Professor Vanilson Almeida Nascimento (Diretor da Favag), que disponibilizaram uma ajuda material para a confraternização de um “almoço sertanejo” por ocasião da minha defesa de Dissertação.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer aos docentes e discentes das Instituições de Ensino Superior (Faculdades Unidas do Norte de Minas e Faculdade Vale do Gorutuba), com os quais trabalhei e dialoguei academicamente nesse período.

Sinto-me em dívida com o povo do Norte de Minas, povo extremamente amável, hospitaleiro, robusto e cheio de fé.

Os erros e omissões que, certamente, existem neste trabalho, devem ser debitados somente ao autor.

RESUMO

Este trabalho discute, em caráter introdutório, a relação entre um discurso sobre nação brasileira, construído de fins do século XIX até meados do século XX, e o sertão em geral, entendido como o interior do país, com vistas a compreender os momentos responsáveis, historicamente, para configuração sociocultural do Norte de Minas.

Palavras-chave: Nação, Sertão, Desenvolvimentismo, Cultura, Identidade.

ABSTRACT

This work talks about, an introductory character, the relationship between a discourse about the Brazilian Nation, constructed by the means of XIX century till the middle of XX century, and the countryside in general, understood as the inside of the country, with sight to understand the responsible moments historically, to figure the North of Minas Social-cultural.

Key-words: Nation, Countryside, Developmentism, Culture, Identity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – NAÇÃO, NAÇÕES	19
1.1 – Dois Brasis no Brasil	19
1.2 – Nacionalismo e Desenvolvimentismo	28
1.3 – A Comunidade Sertaneja	48
CAPÍTULO II – O BRASIL, O SERTÃO	59
2.1 – Pensando o Sertão	59
2.2 – Realidade e Discurso	78
2.3 – Colonizando o Sertão	83
CAPÍTULO III – IDENTIDADE E REGIÃO	92
3.1 – Os de Dentro e os de Fora	92
3.2 – Tempo, Espaço e Narrativas	102
3. – DNOCS e Sudene: impactos	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	121

O Brasil fica situado a meio caminho: entre a hierarquia e a igualdade; entre a individualização que governa o mundo igualitário dos mercados e dos capitais e o código das moralidades pessoais, sempre repleto de nuances e gradações.

Roberto Da Matta, 1997.

INTRODUÇÃO

A rigor, o Brasil não é um país completamente descoberto, mas sim um “continente” que vem-se descobrindo de 1500 para cá, um processo que por muito tempo ainda estará em curso, sujeito a efemérides de várias ordens. Em cada um desses momentos, pode-se dizer que houve um progresso de uma determinada ordem discursiva, daquela dimensão através da qual, conforme Foucault (2005), toda sociedade revela seu modo específico de se organizar. Não se trata de avanços em todos os sentidos, de um movimento amplamente transformador, mas de um paulatino aprimoramento de práticas sociais que se inscrevem num determinado horizonte.

O ano de 1500 não constitui apenas o marco inicial, fundante, desse processo, mas também o estabelecimento de um modo bastante complexo de lidar com o território brasileiro. Esse modo não leva em consideração características fundamentais da gente brasileira, tudo aquilo que define as comunidades indígenas aqui encontradas, bem como as comunidades africanas trazidas à força para cá. Trata-se de um modo que se perfaz a partir de referenciais de fora, aqueles cultivados pelo europeu dos séculos XVI e XVII. Assim, os primeiros colonizadores vêem o território brasileiro de maneira bastante genérica, como um todo homogêneo, passível de ser administrado a partir de Portugal ou a partir do Rio de Janeiro, sede da Corte, conforme Mäde (1995).

Chegar ao cerne do Brasil, desencobrir – não exatamente descobrir, é claro – os tantos elementos que permaneciam insuspeitos na superfície geográfica de um território tão vasto, passou a constituir um verdadeiro desafio para os “brasileiros” dos séculos XVIII e XIX, sobretudo, bastante interessados em compreender as particularidades que constituiriam a diferença nacional do Brasil, ou seja, a sua diferença em relação a outras nacionalidades. Era preciso, por isso mesmo, sair de uma dimensão exterior, litorânea, e atingir o interior do país,

embrenhar pelas matas, abrir caminhos, enfim, intensificar o processo de colonização que, desta forma, passa a se confundir com um processo de civilização propriamente dito, fato explorado por Holanda (1986; 1992).

O interesse pelo interior do Brasil resulta, naturalmente, num movimento em direção ao encontro da noção de sertão, como paisagem específica dentro de um espaço heterogêneo, uma paisagem regida, digamos, por suas próprias leis, que inicialmente são climáticas, naturais, mas que logo se revelam também culturais. Tal era, e ainda é, a força dessas leis, dessas invariantes locais, como podemos (e devemos, a nosso ver) tratá-las, que a região sertão acabou por ser compreendida como sendo o próprio interior do país, como sendo o Brasil do interior.

Esse movimento interpretativo do Brasil acaba por evoluir, quase que naturalmente, no sentido de reduzir o interior do país à região Nordeste, à qual a elite republicana de fins do século XIX e início do XX associa, pejorativamente, o sertão, toda uma complexidade relativa à nossa formação societária que transparece em análises como as de PRADO JR (1971), VIDAL E SOUZA (1997) e LIMA (1999).

Independente do mérito dessa interpretação que a elite faz do interior do país, qualquer que seja sua natureza ideológica, trata-se de um fato, no plano do discurso, diretamente sintonizado com o nosso processo histórico, um fato que precisa ser pensado como consequência do mal-estar em face da Coroa Portuguesa e da Corte brasileira, sua extensão, que caracterizou o interior do país em fins dos séculos XVIII e XIX, resultando, respectivamente, na Inconfidência Mineira e no fim da Monarquia. Nesses acontecimentos, revela-se, de modo especial, uma vontade da gente do interior do país – das minas de Vila Rica, das senzalas do Ceará - de se desligar de uma força que a impedia de ser “original”, ou seja, de ser diferente, uma gente outra, digamos.

Com a Inconfidência Mineira, pode-se dizer que vem a lume um tensionamento objetivo do tecido sócio-político-cultural brasileiro então vigente, levado a efeito pela elite letrada e bem informada, que encontrará o seu estopim na abolição da escravatura. Todavia, esse processo, por mais exitoso que tenha sido, não significou, fundamentalmente, uma solução para a difícil “equação” que é o Brasil. Pelo contrário, significou muito mais uma acusação do motivo pelo qual essa “equação” é tão difícil de se solucionar: não há apenas um Brasil, um espaço homogêneo, mas um espaço heterogêneo, um tecido complexo que evidencia a presença de vários brasis, uma pluralidade societária que a retórica monarquista e republicana sempre camuflou.

O sertão era um desses brasis que estavam relegados às traças, orientando-se segundo suas próprias leis, seus costumes, suas crenças, enfim, seu *habitus*. E, como não poderia deixar de ser, revelou-se aos positivistas republicanos, imediatamente, como entrave ao estabelecimento de uma ordem para o progresso, pois era abrigo de uma gente que era parte do mesmo povo que, conforme elucidado por Carvalho (1987, p. 140) a partir do testemunho ocular de Raul Pompéia, uma das figuras mais lúcidas do fim do século XIX, não existia. O sertão, entendido como sinônimo da selvageria que marcava o interior do país, passa a existir, a contragosto dos ordenadores do tecido social brasileiro, como uma espécie de acinte à ordem.

Freqüentemente tratado como acontecimento que se explicaria regional e transcendentalmente – coisa do sertão baiano, coisa do milenarismo religioso etc –, o episódio de Canudos é a expressão mais eloqüente do que os republicanos entendiam que deveria ser feito com o interior do país – o *desertão*, o sertão – a bem da ordem e do progresso: extirpá-lo. Está suficientemente claro, na narrativa de Cunha (2000), que, para a elite republicana do fim do século XIX, o sertão é o espaço da miséria, da violência, das práticas políticas dos coronéis, do latifúndio, da garimpagem, do cangaço, do messianismo, da

seca, do êxodo, enfim, o lugar onde se encontra uma dimensão arcaica, aonde o progresso ainda não chegou e dificilmente chegará. Desta caracterização do sertão, emerge, pouco a pouco, uma dicotomia entre sertão, interior do país, e litoral, centro do país, onde supostamente se encontrava a civilidade, as cidades em desenvolvimento, a Corte europeizada, enfim.

Explorando esse dualismo, Vidal e Souza (1997, p.76-79) ressalta a compreensão do sertão, ao longo da história, sempre como uma tentativa de demarcar aquele que seria um pólo positivo e aquele que seria um pólo negativo. O sertão, desde as abordagens dos viajantes europeus, representaria um pólo negativo, marcado por uma resistência ao moderno e à civilização, terra sem lei, lugar povoado por indígenas e feras, lugar sem conforto, espaço habitado por bandoleiros e selvagens, onde a desordem imperaria como uma espécie de antítese ao ideal positivista de nação. Em contrapartida, o litoral representaria a civilidade, por ser um espaço mais habitado, mais desenvolvido economicamente, mais próximo do modelo de organização social européia, com suas agremiações partidárias emergentes.

Por um longo período, que vai do descobrimento do Brasil até aproximadamente o final da década de 1920, os significados que recobriam o signo “sertão” apontavam para um perigo virtual. Na contramão desse ponto de vista, colocaram-se vários intelectuais, como Monteiro Lobato (1961) e Oliveira Viana (1920), acreditando que a “verdadeira” personalidade brasileira estava no interior do país, no sertão. Esse processo, que consiste num reconhecimento categórico do que o Brasil realmente é, intensifica-se no período que vai de 1918 a 1930, marcado por rebeliões, protestos, revoltas, ascensão e queda da economia cafeeira, inúmeras agitações políticas e culturais, entre as quais a Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo em fevereiro de 1922, e o Tenentismo.

Depois da tragicômica “dinastia” de Getúlio Vargas, momento em que os vários brasis se confrontaram em busca de uma ordem social representativa dos anseios da maioria

da população, Juscelino Kubitschek chega ao poder com o propósito de promover a sintonia do país com o mundo desenvolvido, um projeto que, portanto, dava por encerrada uma compreensão estreita de nação. Realizar “50 anos em 05” significaria, sobretudo, dar um salto qualitativo que vinha sendo protelado, na prática, desde os primeiros anos da República, malgrado toda a apologia do progresso.

Em linhas gerais, o período JK consistiu na abertura do país para a entrada do capital estrangeiro, o assentamento da indústria automobilística, a construção de grandes obras viárias, o desenvolvimento das comunicações, o aquecimento das atividades comerciais e, o marco maior, a construção de Brasília. Todavia, o período que se estende de 1956 a 1961, ao converter desenvolvimento em ideologia, despertou uma espécie de necessidade de preservação de um Brasil que então se mostrava em vias de desaparecimento.

O ano de 1956, marcado pela ascensão de JK, é também o ano de publicação de uma obra que investe na revelação desse Brasil outro, interiorano, ignorado e combatido a partir de um olhar europeu preconceituoso. Trata-se de *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa, obra que, a despeito de ser criação literária, consegue, como nenhuma outra, “traduzir” o que é o sertão a partir da subjetividade do próprio sertanejo. Ao colocar em evidência, sob o nome de Riobaldo, um agente historicamente ignorado, objetivamente relegado ao esquecimento, Rosa faz emergir particularidades regionais do Brasil, traços decisivos de uma cultura local, tudo aquilo que constitui a identidade do sertanejo. Disso resulta, uma crise da verdade que se estabeleceu sobre o sertão ao longo da história brasileira: o sertão norte-mineiro não é um espaço fechado em si mesmo, mas sim um espaço em relação com os outros espaços que constituem o território brasileiro, especialmente aquela sua dimensão desconhecida.

Num livro cujo título (*Grandesertão.br*) já remete o leitor à amplitude simbólica do sertão visado pelo escritor de Cordisburgo, Willi Bolle aproxima *Grande Sertão: Veredas*

de *Os sertões* de Euclides da Cunha, vendo mesmo no livro de Rosa uma tentativa de reescrita da saga de Canudos. Anima este ponto de vista, além de premissas até certo ponto previsíveis, o fato de o exemplar de *Os sertões* que pertenceu a Rosa conter inúmeras marcas de leitura, o que demonstra um reconhecimento de que a obra de Euclides era fundamental para a realização de uma outra sobre o Brasil. Ao reescrever a obra de Euclides, Rosa faz questão de mostrar o que os soberanos sempre querem esconder: “o duplo monstro que é o irresolvido” problema social sobre o qual se estabelece o poder pelo poder. “O sertão rosiano em forma de labirinto é o resgate de Canudos” (BOLLE, 2004).

Grande sertão: veredas, para os propósitos específicos deste trabalho, coloca-se como ponto culminante de uma tentativa histórica de compreensão das especificidades socioculturais do sertão norte-mineiro, um esforço que se inicia com os viajantes europeus de fins do século XVIII e meados do XIX. Em seus relatos, marcados naturalmente pelo viés do colonizador, percebe-se que o sertão aparece em oposição ao conceito de Região Colonial, como território atravessado por práticas econômicas, religiosas e culturais diferenciadas, resistente, portanto, à colonização, numa palavra: bárbaro. Desses relatos, emerge a questão do poder como um dos elementos que constituiriam obstáculo ao reconhecimento do local, no caso o Norte de Minas, como parte do tecido nacional, como membro legítimo do “corpus” nação. Assim é que o sertão norte-mineiro acaba por ser relegado às traças, digamos, como parte de um projeto político de base republicana, que vige durante toda a primeira metade do século XX, e que se tentará reverter apenas no fim do período JK.

Este trabalho, conforme enunciado em seu título, tem como objetivo principal compreender, em termos teóricos e “práticos”, a partir de pesquisa bibliográfica e de dados disponíveis em arquivos públicos do Norte de Minas Gerais, o trajeto que vai do Brasil ao sertão. Esta tarefa, que é aparentemente hercúlea, torna-se exequível a partir de uma delimitação, que coloco como objetivo específico da pesquisa: verificar como se dá a

constituição da identidade sociocultural do Norte de Minas, o que torna esta região diferente das demais do país e, especialmente, das Minas do Ouro quais os elementos societários “diferenciantes” dos Gerais, enfim.

O primeiro capítulo, intitulado “Nação, nações”, tenta “revisitar” a discussão do conceito de nação tal qual historiada por Eric Hobsbawm (1990), com o intuito maior de compreender o modo como se deu a “construção da ordem” (CARVALHO, 2007) no Brasil em fins do século XIX e ao longo das primeiras décadas do século XX. O aprofundamento desta questão, de modo a atingir a questão identitária, dar-se-á a partir da consideração de trabalhos de Homi Bhabha, especialmente do seu conceito de “entre-lugar”, definido como espaço no qual ocorre “a elaboração de estratégias de subjetivação – individual ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria idéia de sociedade”. É no entre-lugar, nas relações fronteiriças, que as identidades se desvanecem, que “as experiências intersubjetivas e coletivas de nação, o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados”, e se formulam “estratégias de representação” e “aquisição de poder” (BHABHA, 1998, p.20).

O segundo capítulo, sob o título de “O Brasil, o sertão”, coloca em questão a dicotomia que predomina na compreensão do Estado-nação brasileiro pelos republicanos de primeira hora e seus continuadores ao longo do “Estado Novo” de Vargas, dicotomia que expressa um dado empírico, ostentado nas práticas discursivas cotidianas: a existência de dois brasis, um do centro e outro das margens, um do litoral e outro do continente, um civilizado e outro selvagem, um moderno e outro arcaico. Nesta compreensão, arraigada nas elites socioeconômicas do país, encontra-se a razão do descaso por parte dos Governos, por parte dos formatadores de políticas sociais, em relação ao sertão norte-mineiro: o que “desvirtua” a ordem desejada não merece investimento, ou – se se considera a atuação da Sudene nos anos

1970 – não merece o adequado investimento, aquele coerente com a natureza regional, capaz de resultar num desenvolvimento sustentável.

O terceiro e último capítulo, sob o título de “Identidade e região”, concentrar-se-á na problematização em relação entre a comunidade sertaneja e o Norte de Minas, procurando destacar elementos que apontam para uma resistência dessa comunidade ao longo da história. Exploro o ponto de vista segundo o qual essa comunidade não pode ser pensada apenas *de fora*, socialmente, tampouco apenas *de dentro*, mas, simultaneamente, de fora e de dentro, social e culturalmente. O sertão, morada dessa comunidade, sempre foi, e continua sendo coextensivo ao sertanejo, tal como se vê no *Grande Sertão: Veredas* de Rosa, de modo que compreender a identidade do sertanejo, o que ele é, impõe compreender, necessariamente, o que o sertão também é, o que significa dizer que a resistência de um é também a resistência de outro.

CAPÍTULO I

NAÇÃO, NAÇÕES

1.1 – DOIS BRASIS NO BRASIL

De acordo com Hobsbawm (1990), a palavra “nação” aparece no vocabulário político nos idos de 1830 e alteração do seu sentido se observa em três etapas: de 1830 a 1880, fala-se em “princípio de nacionalidade”; de 1880 a 1918, em “idéia nacional”; e de 1918 aos anos de 1950-60, em “questão nacional”. Na primeira etapa, as idéias de nação e território se mostram vinculadas. Na segunda, nação se articula a língua, religião e raça. E na terceira etapa, ganha relevo a idéia de consciência nacional, definida a partir de critério eminentemente político. Na primeira etapa, o discurso sobre a nacionalidade provém da economia política liberal; na segunda, esse discurso caracteriza-se como sendo dos intelectuais pequeno-burgueses, particularmente alemães e italianos e, na terceira etapa, é um discurso que emana principalmente dos partidos políticos e do Estado.

O processo histórico de invenção da nação nos ajuda a compreender um fenômeno significativo no Brasil, qual seja, a afirmação da idéia de “caráter nacional”, entendida como natureza específica de um povo e sua expressão cultural. Como observa Anderson, “o conceito de caráter é um princípio compreensivo, cobrindo todos os traços de um indivíduo ou grupo; ele é auto-suficiente, não necessitando de referência externa para sua definição, e mutável, permitindo modificações parciais ou gerais” (ANDERSON, 1989).

Quando se acompanha a elaboração ideológica do “caráter nacional” brasileiro, observa-se que este é sempre entendido como algo homogêneo, uma homogeneidade que se sustenta, inclusive, a partir da língua portuguesa, à medida que esta predomina em todo o

território nacional. Todavia, para Anderson, caráter nacional não é o mesmo que identidade nacional, à medida que “identidade nacional” inclui “uma certa auto-consciência [...], sempre possui uma dimensão reflexiva ou subjetiva, enquanto o caráter pode permanecer, no limite, puramente objetivo, algo percebido pelos outros sem que o agente esteja consciente dele”.

Enquanto a ideologia do “caráter nacional” apresenta a nação totalizada – é assim que, por exemplo, a mestiçagem permite construir a imagem de uma totalidade social homogênea –, a ideologia da “identidade nacional” concebe nação como totalidade incompleta e lacunar – é assim que, por exemplo, escravos e homens livres pobres, no período colonial, ou os operários, no período republicano, são descritos sob a categoria da consciência alienada, que os teria impedido de agir de maneira adequada.

A primeira opera com o pleno ou o completo, enquanto a segunda opera com a falta, a privação, o desvio. E não poderia ser de outra maneira. A “identidade nacional” pressupõe a relação com o diferente. No caso brasileiro, o diferente, ou o outro, em relação ao qual a identidade é definida, são os países capitalistas desenvolvidos, tomados como se fossem uma unidade e uma totalidade completamente realizadas. É pela imagem do desenvolvimento completo do outro que a nossa “identidade”, definida como subdesenvolvida, surge lacunar, marcada por privações.

Por isso, cremos ser mais importante distinguir o lugar da nação nas elaborações político-ideológicas de 1830-1980 e seu lugar nas representações sociopolíticas brasileiras. De fato, no primeiro período, a nação e a nacionalidade são um programa de ação e ocupam, à direita e à esquerda, o espaço das lutas econômicas, políticas e ideológicas. No segundo período, porém, isto é, desde 1980, nação e nacionalidade se deslocam para o campo das representações já consolidadas, não sendo mais objeto de disputas e programas.

Em certa medida, a alteração do eixo epistemológico do problema da nação é verificável em referências já consagradas, como a de Eric Hobsbawn, e, principalmente,

Benedict Anderson. Ambos anunciam que a proclamação de que as nações são “imagined communities” é teorização de partida para a abordagem renovada desta temática. A nação é pensada como “uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana.” (HOBSBAWM, 1990).

*

Em 1888-89, a elite republicana aboliu a Escravatura e a Monarquia no Brasil, proclamando a República e o trabalho livre, liberando forças econômicas e políticas interessadas na agricultura, indústria e no comércio, favoreceu a imigração de europeus, ou seja, braços para a lavoura, novos povoadores para as colônias em “terras devolutas” e artesãos para a indústria nascente. Ao mesmo tempo, jogava na europeização, ou no branqueamento da população, para acelerar o esquecimento dos séculos do escravismo. Houve uma fermentação de idéias e movimentos sociais, principalmente nos centros urbanos maiores e nas zonas agrícolas.

Estava em marcha uma singular “revolução pelo alto”, havia um remanejamento de pessoas, interesses, associações de grupos, diretrizes no âmbito do poder estatal. Mas aos poucos se alterava a própria sociedade, nas suas relações com o poder estatal. Os diferentes setores populares, as reivindicações de trabalhadores da cidade e do campo, as demandas de negros, mulatos, índios e caboclos não encontravam lugar nas esferas do poder. Modificavam-se um pouco os arranjos e as clivagens do poder, das relações dos setores dominantes com os populares, do poder estatal com a sociedade, para que nada se transformasse substancialmente.

Estava em marcha a *revolução brasileira*, no dizer de Prado Jr., que se desdobraria por décadas em manifestações sociais, econômicas, políticas e culturais diversas, díspares e freqüentemente contraditórias. Nessa mesma perspectiva, Hollanda diz que essa é

uma revolução lenta, mas segura e concertada, a única que, rigorosamente, temos experimentado em toda a nossa vida nacional. Processa-se, é certo, sem o grande alarde de algumas convulsões de superfície... A grande revolução brasileira não é um fato que se registrasse em um instante preciso; é antes um processo demorado e que vem durando pelo menos há três quartos de século. Seus pontos culminantes associam-se como acidentes diversos de um mesmo sistema orográfico. (HOLLANDA, 1986)

Essa é a problemática de que Euclides da Cunha, Sílvio Romero e muitos outros, em movimentos sociais, partidos políticos e correntes de opinião pública queriam compreender quais eram as perspectivas abertas com o sistema de República e o regime de trabalho livre.

Mas eram obrigados a refletir sobre as heranças de séculos de escravismo, patriarcalismo, divisão entre brancos, negros e índios. A sociedade de castas, formada ao longo da Colônia e do Império, modificava-se de modo lento e desigual nas décadas da Primeira República. Esses referidos ensaístas queriam compreender quais seriam as condições e possibilidades de progresso, industrialização, urbanização, modernização, europeização, americanização, civilização do Brasil. Em suma, a história do pensamento brasileiro estava atravessada pelo fascínio da questão nacional.

Quais seriam os traços mais marcantes dessa sociedade autoritária? Primeiramente, estruturada pela matriz senhorial da Colônia, disso decorre a maneira exemplar como faz operar o princípio liberal da igualdade formal dos indivíduos perante a lei, pois no liberalismo vigora a idéia de que alguns são mais iguais do que outros; estruturada a partir das relações privadas, fundadas no mando e na obediência, disso decorre a recusa tácita (e às vezes explícita) de operar com os direitos civis e a dificuldade para lutar por direitos substantivos e, portanto, contra formas de opressão social e econômica para os grandes, a lei é

privilégio; para as camadas populares, repressão; uma formação social que desenvolve ações e imagens com força suficiente para bloquear o trabalho dos conflitos e das contradições sociais, econômicas e políticas, uma vez que conflitos e contradições negam a imagem da boa sociedade indivisa, “pacífica” e “ordeira” que representa o Brasil.

O autoritarismo social, como “cultura senhorial”, naturaliza as desigualdades e exclusões socioeconômicas, vem exprimir-se no modo de funcionamento da política.

Não se pode atribuir ao positivismo, de forma exclusiva, a responsabilidade por esse caráter conservador da historiografia tradicional brasileira. No que diz respeito à historiografia do final do Império e da Primeira República, a influência das idéias do francês Auguste Comte, sem dúvida, foi grande, mas quase sempre expressa sob formas múltiplas, que se cruzavam e se articulavam com o romantismo literário e político de origem historicista ou se separavam dele.

Os positivistas acreditavam que os preconceitos podiam ser afastados, e que essa ausência de visões preexistentes daria um caráter científico às suas análises sociológicas ou historiográficas. Não perceberam – nem Comte, nem Émile Durkheim – que as visões de mundo, ideológicas ou utópicas, são, sempre, parte integrante do ponto de vista de um autor. Por maior que seja o esforço de objetividade de um pensador, sua obra está constantemente permeada de pressuposições éticas, sociais e políticas, e não poderia ser de outra maneira. Estou apenas mostrando o caráter conservador das visões de mundo presentes em uma grande parte dessa historiografia, fortemente impregnada por um sistema conceitual que preconizava a defesa, a qualquer custo, da ordem estabelecida.

Sob esse ângulo, a escolha da *dualidade* como expressão mais adequada da auto-imagem do Brasil parece constituir um traço característico do pensamento social brasileiro desde as nossas origens coloniais. Explicitado e acentuado a partir da Independência, podemos encontrar num Sílvio Romero, num Machado de Assis, num Euclides da Cunha,

entre outros, as raízes do sentimento de “estranhamento”, “desconcerto”, que experimenta a consciência intelectual cindida entre a percepção de um Brasil dual e a tarefa de definição de uma identidade nacional. (DA MATTA, 1979)

Traduzido inicialmente pelas oposições entre sertão/litoral, os intelectuais brasileiros, desde a República, têm-se dedicado à tarefa de reunir, num todo coerente e unificado, as duas faces antagônicas do Brasil. Daí, a retumbância do achado de Euclides da Cunha de que o sertanejo seria o depositário de nossa nacionalidade. Dito de outro modo, o atrasado e o moderno não se justapunham numa relação estanque, mas se articulavam estruturalmente, de sorte que o atraso passava a ser a condição de reprodução do moderno, ao invés de obstáculo à sua constituição.

Todavia, a dualidade nem é transitória nem resultado da imitação, mas expressão do modo estrutural de incorporação dos países colonizados – econômica e socialmente atrasados – ao mundo moderno, isto é, como parte integrante do processo de reprodução do moderno.

No entanto, nas nações periféricas, o mesmo conjunto de ambigüidades [sertão/litoral] perpassa o mundo das idéias e a prática social, isto é, continuidade entre as formas sociais e as formas simbólicas. Por essa razão, entender a *dualidade brasileira* deve partir da literatura para as ciências sociais, não apenas porque a literatura no Brasil precede as ciências sociais, como instrumento de reflexão sobre o país, mas porque, ao contrário destas, os estudos literários não se calaram sobre o tema. (DA MATTA, 1979)

Se o dualismo é recorrente na literatura brasileira desde sua formação, do Arcadismo ao Modernismo, na prosa e na poesia, no conteúdo e na forma estética, ele atravessa também os estudos políticos, econômicos e sociológicos sobre o Brasil. Discutindo as relações entre a literatura e a sociedade brasileiras, Antônio Cândido, observa que, mais que um objeto de fruição estética, a literatura foi, até meados do século XX, o instrumento por

excelência de investigação, descoberta e reflexão sobre o país. Do surgimento tardio das ciências sociais no Brasil e a valorização cultural da expressão literária sobre outras manifestações discursivas, coube à literatura – e não à história ou à filosofia – papel proeminente no processo de construção simbólica da nação. (CANDIDO, 1967)

Investigando Euclides da Cunha como autor paradigmático do modelo que informaria a análise política do Brasil, ou seja, dos dois brasis como um urbanizado, litorâneo, desenvolvendo-o com os benefícios da atenção governamental; outro constituído pelas populações rurais, estagnado ou sobrevivendo por si mesmo, fora do âmbito da ação ou dos interesses governamentais. Cunha forneceria a matriz das análises políticas subseqüentes, que partem sempre da identificação de uma dicotomia: governo central / interesses regionais; país legal / país real – para discussão das possibilidades de se superar tal imbróglio nacional.

Representando duas épocas de uma mesma civilização definida por uma língua, uma religião e uma história comuns, dessa forma, na compreensão das autoridades teríamos o país arcaico ou a sociedade tradicionalista caracterizava-se por uma estrutura social simples e hierarquizada, por ser rural, composta de pequenas comunidades isoladas, apegadas a práticas de velhas tradições e rotinas cotidianas, e na maioria das vezes resistentes às mudanças. Nesse local predominam os grupos primários e as relações pessoais de favor, de lealdade na palavra, de proteção e patronagem. Essas comunidades rurais, bastante homogêneas e estáveis culturalmente falando, abrigam a maioria da população do país e caracterizam principalmente as regiões Nordeste, Norte, Centro Oeste e o Norte de Minas Gerais.

Por outro lado, o país moderno seria caracterizado por uma população civilizada, industrial e dinâmica, com uma estrutura social mais complexa, as relações familiares e interpessoais encontram-se fragmentadas e há prevalência da perspectiva individualista, a regulamentação orientada pelo mercado em ascensão, os efeitos da Divisão Internacional do Trabalho oriundos da Revolução Industrial Inglesa.

Em suas diferentes versões, a representação dualista vincula, explícita ou implicitamente, os dois brasis a diferentes temporalidades, espacialidades ou formas de organização social. Euclides da Cunha, por exemplo, parte do litoral e se desloca na sincronia do espaço, no pressuposto da contemporaneidade das formas de ser da sociedade brasileira. Inicialmente, para o autor, o sertão é um lugar geográfico, um ecossistema caracterizado por atividades técnico-econômicas específicas. Seu espanto, sua surpresa é de se deparar com uma sociedade diferente, como que isolada e encapsulada no tempo: “imóvel o tempo sobre a rústica sociedade sertaneja, despida do movimento geral da evolução humana”. (CUNHA, 2000, p. 114)

No encontro com o sertanejo, que se lhe assalta o reconhecimento de que o sertão, mais que um lugar geográfico, está referido a uma forma de organização social específica, a um modo de vida característico, a uma descontinuidade social que a noção de pátria mal recobre.

Sobre a estranheza da descoberta de um Brasil dentro do Brasil, escreve Cunha

Viam-se os soldados brasileiros em terra estranha. Outros hábitos. Outros quadros. Outra gente. Outra língua mesmo, articulada em gíria original e pitoresca. Invadia-os o sentimento exato de seguirem para uma guerra externa. Sentiam-se fora do Brasil. A separação social dilatava a distância geográfica; criava a sensação nostálgica de longo afastamento da pátria. (CUNHA, 2000, p.396)

E, contraditoriamente, em total desacordo consigo próprio e com as idéias recorrentes da época, é ali, no ventre de “uma sociedade velha, uma sociedade retardatária galvanizada e morta”, que Euclides da Cunha irá encontrar o brasileiro típico, o sertanejo, a pedra viva de nossa estirpe, o “cerne da nossa nacionalidade” nascente.

A tradição que faz coincidir o Brasil arcaico com o sertão é tão onipresente no imaginário brasileiro – na literatura, no cinema, nas artes plásticas, na história, nas ciências sociais – que é desnecessário demonstrar aqui essa vinculação. O que interessa assinalar é que

em vários autores o Brasil arcaico recobre certas regiões brasileiras. Além do mais, a tradição era lida pelas elites como obstáculo do ingresso do Brasil na modernidade plena.

Como foi dito anteriormente, no processo de apropriação intelectual do país, duas questões se colocaram ao pensamento social brasileiro: a constatação da existência de dois brasis e o imperativo de construção de uma síntese do mesmo. Entre o final do século XIX e meados do século XX, as propostas de síntese são formuladas principalmente em termos culturais através da sondagem de nossas supostas ou reais características distintivas: são os estudos do caráter nacional levado a cabo pelo ensaio histórico-sociológico.

A divisão natural do Brasil em litoral e sertão dá origem a uma tese de longa persistência, a dos “dois Brasis”, reafirmada com intensidade pelos integralistas dos anos 20 e 30, quando opõem o Brasil litorâneo, formal, caricaturato, letrado e burguês, e o Brasil sertanejo, real, pobre, analfabeto, inculto e “misterioso”.

Na elaboração do modernista Cassiano Ricardo (1970), quando constrói a imagem do sertanista e das bandeiras como figuração da essência e do destino da brasilidade, e quando faz do sertão a barreira natural protetora que se ergue para defender as origens nacionais contra os perigos do litoral, importador do liberalismo, do comunismo e do fascismo, diz:

Bandeirante no apelo às origens brasileiras; na defesa de nossas fronteiras espirituais contra quaisquer ideologias exóticas e dissolventes da nacionalidade; [...] na soma de autoridade conferida ao chefe nacional; na ‘marcha para o oeste’ que é também o sinônimo de nosso imperialismo interno e no seu próprio conceito; isto é, no seu sentido ‘dinâmico’ de Estado. (RICARDO, 1970)

Elabora-se aqui uma geografia do poder em que “o espaço físico unificado constitui o lastro empírico sobre o qual os outros elementos constitutivos da nação se apóiam”. (RICARDO, 1970)

A ideologia integralista da totalidade sertaneja e na getulista das entradas e bandeiras encontra sua culminância em *Grande Sertão: Veredas*, que retoma o sentido jesuíta inicial do embate entre duas forças cósmicas, Guimarães Rosa escrevendo que “sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado!” (ROSA, 1968: pp.17-18)

1.2 – NACIONALISMO E DESENVOLVIMENTISMO

Desde a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, e em escala crescente ao longo das décadas posteriores, muitos pensadores brasileiros estavam preocupados com a questão nacional e interessados em recriar o país à altura do século XX. Eles queriam compreender quais seriam as condições e possibilidades de progresso, industrialização, urbanização, modernização, europeização, americanização. Perguntavam-se sobre os dilemas básicos da sociedade nacional, de uma nação que se encontrava atônita depois de séculos de escravidão: agrarismo e industrialização; cidade, campo e sertão; mestiçagem, democracia racial; raça, povo e nação dentre outros temas.

A Revolução de 1930 parece ter provocado uma espécie de precipitação das potencialidades das crises e controvérsias herdadas do passado. Delineiam-se mais nitidamente as correntes do pensamento. A marcha do progresso político e das lutas sociais, de par com a crise da cafeicultura, os surtos de industrialização, a urbanização, a emergência de um proletariado incipiente, os movimentos sociais de base agrária, tais como o cangaço e o messianismo, tudo isso repunha, desenvolvia e criava desafios emergentes para cada setor e para o conjunto da sociedade nacional. Essa é a época em que desabrocham algumas das interpretações fundamentais, ou mesmo clássicas, da história da sociedade brasileira.

Em 1930, o Brasil realizou uma tentativa fundamental no sentido de entrar no ritmo da história, tornar-se contemporâneo do seu tempo, organizar-se segundo os interesses dos seus setores sociais mais avançados. Tudo o que vinha germinando antes se tornava mais explícito e se desenvolvia com a crise e ruptura simbolizadas pela Revolução.

Foi na década de 30 que se formularam as principais interpretações do Brasil Moderno, configurando “uma compreensão mais exata do país”. Muito do que se pensou antes se polariza e se decanta nessa época.

Os escritos de José Honório Rodrigues, Raymundo Faoro, Antônio Cândido, Florestan Fernandes, Celso Furtado, Hélio Jaguaribe Néson Werneck Sodrê expressaram continuidades e inovações fundamentais. Mas naquela época formularam-se algumas matrizes do pensamento social brasileiro, no que se refere a questões básicas: a vocação agrária e as possibilidades da industrialização, o capitalismo nacional e associado, o federalismo e o centralismo, a democracia e o autoritarismo, a região e a nação, a modernidade e a tradição.

Se a República Velha caracterizou-se pela descentralização política e administrativa, a República Nova reverte esta tendência e acentua uma crescente centralização nos mais variados níveis. Este processo precisa ser entendido como decorrência de importantes transformações que vinham sendo gestadas nas primeiras décadas do século XX e que assumiram uma dimensão mais ampla a partir da década de trinta.

Essas mudanças foram a formação de uma indústria de substituição de importação de bens não-duráveis, o crescimento de cidades que eram centros de mercados regionais, a crise do café, a falência do sistema baseado em combinações políticas entre as oligarquias agrárias (a "política dos governadores") e o surgimento de revoltas sociais e militares que começaram na década de vinte e culminaram na Revolução de 1930. Estes processos em curso durante a República Velha e as conseqüências da crise mundial de 1929 colocaram em marcha que afetaram o país de modo fundamental.

É a partir desse período que um aparelho de Estado mais centralizado é criado e que o poder se desloca crescentemente do âmbito regional para o nacional. Do ponto de vista econômico, por exemplo, o Estado abole impostos interestaduais e passa a intervir mais na economia ajudando a fazer com que parte do excedente criado pelas oligarquias agrárias fosse usado para iniciar um novo processo de industrialização, embora mantendo os privilégios destas oligarquias sob uma forma alterada.

No plano social, o Estado regulamenta as relações entre o capital e o trabalho, criando uma legislação trabalhista e um Ministério do Trabalho. Cria-se também o Ministério da Educação a quem caberia um papel fundamental na constituição da nacionalidade, o que deveria ser feito através da impressão de um conteúdo nacional à educação, veiculada pelas escolas, da padronização do sistema educacional e da erradicação das minorias étnicas.

Nesse período, as ideologias sobre o caráter nacional brasileiro que enfatizavam a dificuldade de construir uma verdadeira cultura no Brasil devido à miscigenação racial, cedem lugar a posições, como a de Gilberto Freyre, que frisa a idéia de que no Brasil havia uma "democracia racial".

A partir dessa época é preciso repensar o país que experimenta um processo de consolidação política e econômica e que terá que enfrentar as conseqüências da crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial. O nacionalismo ganha ímpeto e o Estado se firma. De fato, é ele que toma para si a tarefa de constituir a nação. Esta tendência acentua-se muito com a implantação do Estado Novo, ocasião em que os governadores eleitos são substituídos por interventores e as milícias estaduais perdem força, medidas que aumentam a centralização política e administrativa.

Em decorrência das transformações sociais que estavam ocorrendo, constata-se que durante a República Velha acentua-se a tendência de pensar a organização da sociedade e do Estado no Brasil e de discutir a questão da nacionalidade e da região em nosso país.

Naquela época — como atualmente — o pensamento de nossa intelectualidade oscila no que diz respeito a estas questões. Por isso, em certos momentos, nossa cultura é profundamente desvalorizada por nossas elites, tomando-se em seu lugar a cultura européia (hoje a norte-americana) como modelo.

O primeiro processo é representado por uma série de intelectuais como Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Oliveira Viana e Arthur Ramos que, preocupados em explicar a sociedade brasileira através da interação da raça e do meio geográfico, são profundamente pessimistas e preconceituosos em relação ao brasileiro, que é caracterizado entre outras coisas como apático e indolente, nossa vida intelectual sendo vista como destituída de filosofia e ciência e eivada de um lirismo subjetivista e mórbido.

O processo inverso ao que acaba de ser mencionado é representado pela valorização daquilo que seria mais autenticamente brasileiro. Esta tendência comparece nos escritos dos representantes da escola indianista da nossa literatura e atinge seu apogeu nos romances de José de Alencar, nos quais valorizam-se nossas raízes nacionais: o índio, a vida rural etc.

Esta tendência a exaltar as virtudes do caráter brasileiro tem seqüência no nosso século e é também uma constante na nossa vida intelectual. O movimento modernista de 1922, com toda sua complexidade e diferenciação ideológica, representa um divisor de águas neste processo. Por um lado, significa a reatualização do Brasil em relação aos movimentos culturais e artísticos que ocorrem no exterior; por outro lado, implica também buscar novas raízes nacionais valorizando o que havia de mais autêntico no Brasil.

Uma das grandezas do movimento consiste justamente em ter colocado a questão da atualização artístico-cultural de uma sociedade subdesenvolvida a problemática da nacionalidade. Neste sentido, a partir da segunda fase do modernismo (1924 em diante), o ataque ao passadismo é substituído pela ênfase na elaboração de uma cultura nacional,

ocorrendo uma redescoberta do Brasil pelos brasileiros. Apesar de um certo bairrismo paulista, os modernistas recusavam o regionalismo já que acreditavam que era através do nacionalismo que se chegaria ao universal.

O Manifesto Regionalista desenvolve-se basicamente dois temas interligados: a defesa da região como unidade de organização nacional e a conservação dos valores regionais e tradicionais do Brasil em geral e do Nordeste em particular.

A necessidade de reorganizar o Brasil — primeiro tema central do Manifesto e preocupação constante de pensadores brasileiros do fim do século passado e começo deste — decorreria do fato de ele sofrer, desde que é nação, as conseqüências maléficas de modelos estrangeiros que lhe são impostos sem considerar suas peculiaridades e sua diversidade física e social.

*

A reflexão sobre o desenvolvimento econômico nas economias periféricas nos anos 50 era basicamente sustentada por dois grandes paradigmas. O primeiro deles considerava que o crescimento dependia da injeção de capitais nacionais e estrangeiros adequadamente controlados por um planejamento. Essa idéia ganhava verossimilhança frente ao desenvolvimento das economias européias no pós-guerra, sobretudo com o Plano Marshall. O segundo paradigma, radicalmente oposto, considerava que nos países subdesenvolvidos, dado o caráter parasitário do capital e a resistência das classes dominantes a qualquer transformação, só uma revolução poderia levar ao desenvolvimento econômico e social.

Dessa forma, o discurso político é sempre uma forma de articulação/desarticulação de outros discursos políticos que se supõe presentes numa determinada conjuntura. Colocar, lado a lado, a produção desses discursos no início da década de 60, nos

permite estabelecer a existência de pelo menos cinco modelos discursivos, cuja verdade ou legitimidade ambas as instituições visam negar; e é a partir dessa negação que o discurso de cada uma delas é produzido como um discurso próprio e original. Dessa forma, temos: o discurso liberal, o discurso totalitário, o discurso dos privilegiados, o discurso desenvolvimentista, o discurso dos oprimidos.

É possível assim traçar um quadro de cinco modelos discursivos em torno dos quais se dá a luta político-ideológica naquela conjuntura e dos quais o Governo JK, a Sudene, as Elites Estaduais, os Grupos locais e os Oprimidos — cada um a seu modo — procuram se distanciar, engendrando seu próprio discurso.

1 - O discurso liberal: Seria o discurso de que parte do princípio que o Estado não deve interferir no desenvolvimento social e econômico, deixando-o a cargo das forças do mercado. Esse é o discurso que prega um "individualismo anárquico". Na verdade, é o discurso que visa a operar um retrocesso em todas as conquistas econômicas e sociais da nação, abrindo as portas para a entrada do capital estrangeiro, liberdade cambial, hostilidade às reivindicações operárias e camponesas. O mecanismo fundamental de desarticulação desse discurso é a demonstração de que ele está fora de seu tempo. Nos países desenvolvidos, o Estado intervém cada vez mais na economia.

2 - Discurso autoritário: Esse discurso argumentava que a intervenção do Estado no social não se traduz, necessariamente, numa proposta autoritária. O autoritarismo tem como exemplo vivo os regimes comunistas, cuja essência é definida pela existência de uma casta de burocratas, que detém o poder e conduz a política em seu próprio benefício. A intervenção do Estado desejada é aquela conduzida por princípios técnicos e científicos a serviço do desenvolvimento econômico e social.

3 - Discurso dos privilegiados: Seria o discurso conservador que tem como objetivo manter o *status quo*, o privilégio de uma minoria em detrimento do bem-estar da população.

4 - Discurso desenvolvimentista: Houve um crescimento econômico no país, mas, atualmente, para que ele tenha solução de continuidade é necessário mais redistribuição e menos concentração da renda. No início dos anos 60 é clara a crítica ao juscelinismo desenvolvimentista. Com o desenvolvimentismo foi possível estabelecer um jogo de soma variável: todos os setores se beneficiaram, em graus distintos (com exceção do camponês).

5 - O discurso dos Oprimidos: Trata-se de mostrar que uma revolução por parte dos oprimidos irá inverter todas as estruturas. Trata-se de uma verdadeira batalha para que as Reformas de Base não se transformem num aperfeiçoamento reformista do sistema. Para esses sujeitos, o poder do Estado é um poder dividido entre forças e *interesses antagônicos*. A democracia é a possibilidade de que as manifestações e as campanhas populares forcem as divisões, no interior do Estado, a pender em determinada direção, permitindo a implantação de políticas públicas capazes de beneficiar a maioria da população. Em suma, participação ativa do povo na tomada de decisões.

*

Nossa época já foi tachada de moderno tardio (Arendt), estágio final moderno (Giddens) e hipermoderno (Lipovetsky), sendo que uma das denominações em torno da qual há grande discussão é a pós-modernidade. Certo é, porém, que, a partir da metade do século XX, transformações começam a ocorrer nos mais diversos âmbitos da sociedade e configuram, assim, um período com novas características, diferentes daquelas presentes no momento moderno.

David Harvey (1993) distingue o período moderno do contemporâneo, evidenciando elementos estilísticos opostos, presentes em cada um deles, e que permeiam a economia, a política, as artes e a formação social. Enquanto o primeiro se caracteriza pela homogeneidade, originalidade, hierarquia, centralização, seleção e idealização de projetos, no segundo predominam a diversidade, o pastiche, a anarquia, a dispersão, a combinação e o acaso. Dentre esses elementos, alguns são marcadamente os que irão promover ou contribuir para que as transformações aconteçam: os avanços tecnológicos, os meios de comunicação de massa e o consumismo.

A partir da análise desses elementos, pode-se inferir que, com as transformações ocorridas a partir da década de 1950, constitui-se no mundo ocidental um novo período, aqui abordado como pós-moderno, e que se distingue pelas seguintes características: primeiramente, por se utilizar da pluralidade e da reformulação do antigo para criar, a todo momento, algo novo, como no modernismo, mas que possa ser consumido, o que acaba tornando seus aspectos transitórios; por parecer superficial em meio ao excesso de informações e imagens; finalmente, por manter o *status quo* sem julgamentos de valor, apresentando reivindicações não mais contra o sistema, mas quando se deseja fazer parte dele, do acesso às informações, à tecnologia e ao consumo. Apesar disso, é um momento no qual as chances de criação, crítica e comunicação se dão de forma mais fácil e intensa, graças à expansão da tecnologia e dos meios de comunicação, as contradições de classe, o acesso às informações não se restringe mais a determinados grupos. É onde todos podem ser aceitos e podem interagir.

Ao se analisar a construção das identidades culturais nesse período, pode-se perceber que também estas são diretamente afetadas pelos elementos presentes no novo momento e que passam a assumir características distintas do período moderno. Nestor Canclini explica a passagem da identidade moderna para a pós-moderna:

As identidades modernas eram territoriais e quase sempre monolíngüísticas. Consolidaram-se subordinando regiões e etnias dentro de um espaço mais ou menos arbitrariamente definido, chamado nação, opondo-se – sob a forma dada pela sua organização estatal – a outras nações (...) Por outro lado, as identidades pós-modernas são transterritoriais e multilíngüísticas. Estruturam-se menos pela lógica dos Estados do que pela dos mercados... operam mediante a produção industrial de cultura, sua comunicação tecnológica e pelo consumo diferido e segmentado dos bens. A clássica definição socioespacial de identidade, referida a um território particular, precisa ser complementada com uma definição sociocomunicacional. (CANCLINI,1995, p.35-36)

O contato entre distintas culturas e a comunicação estabelecida entre elas pode ser observado em diferentes âmbitos, podendo ir, por exemplo, das artes plásticas até a economia, da comunicação à política. Esse diálogo ocorre de forma muito característica no campo musical, através da mistura de ritmos de diferentes origens e da composição de novos estilos a partir da combinação de músicas tradicionais locais e outras difundidas globalmente pelos meios de comunicação.

A influência dos elementos característicos da pós-modernidade e o diálogo entre o local e o global estão presentes de maneira marcante nas manifestações musicais que ocorrem no Brasil a partir da década de 1950. A bossa nova, a jovem guarda, a tropicalia, o rock nacional e o manguebit são exemplos de movimentos que, utilizando a união de ritmos internacionais a elementos nacionais, caracterizam a identidade musical brasileira na pós-modernidade.

*

Embora o Brasil não seja de modo algum um país marcado por rupturas em sua história, e que tampouco sua modernização, em termos de desenvolvimento, tenha corrido em um leito harmonizador das diversas dimensões de sua vida social, ocorrendo outrossim de modo "desigual e combinado" e extremamente excludente - bastante modesta na época de

Adam Smith, essa teoria veio a ter, atualmente, um alcance impressionante, a ponto de o indivíduo moderno não ser mais capaz de pensar o que circula na sociedade sem partir dessas noções e desse modelo. A teoria da ação racional é a referência obrigatória, à qual são comparadas todas as outras teorias, o que lhe confere o "privilégio paradigmático". Isso significa, de um lado, que esse paradigma é considerado como um postulado, que recorre espontaneamente a esse esquema explicativo para explicar o comportamento de um agente social; de outro, significa que nenhum outro postulado é legítimo como postulado e precisa, assim, ser demonstrado.

A passagem do Brasil para a civilização moderna, iniciando-se com a "revolução encapuçada" da Independência, para fazer menção à expressão de Florestan Fernandes. As instituições da modernidade, a "ordem competitiva", o capitalismo, o Estado racional-legal (ainda que mesclado ao neopatrimonialismo), as formas de consciência individualistas e utilitárias, a família nuclear, uma forte crença no progresso prevalecem largamente na sociedade brasileira contemporânea. Modernização significa, agora, não romper com o tradicional, mas sim renovar, de uma forma ou de outra, a modernidade, seja democrática seja autoritariamente, trate-se a de modo dogmático — buscando o aprofundamento de suas instituições pura e simplesmente — ou encare-se a de modo aberto e reflexivo (como se vê em Anthony Giddens), com o questionamento de seus valores e padrões de relacionamento social. Sem dúvida, tradições pré-modernas, democratizantes ou autoritárias, vigentes ainda na sociedade brasileira. No entanto, se o arcaico, o tradicional, era preponderante na conspiração que segregava com o presente para estiolar nosso futuro, hoje ele é mero coadjuvante no bloqueio que mormente o moderno exerce, em muitos de seus aspectos, contra a democracia e o "desenvolvimento" do país.

A modernidade brasileira, em seus desenvolvimentos recentes, tem sido impulsionada por processos poderosos de "desencaixe" dos sujeitos de laços mais firmes e

estáveis, inclusive, hoje, em termos da estruturação subjetiva de indivíduos e coletividades como trabalhadores, processos de individualização se acentuam, a família muda, a posição da mulher se altera; uma "democratização" social, ligada a essa individualização, e ao menos a reivindicação de cidadania avançam; a economia sente a demanda de um funcionamento mais flexível e eficiente nos próprios processos produtivos; a multiplicação do consumo coloca para os sujeitos uma multiplicidade crescente de opções, desde, é claro, que façam parte daqueles em condições mínimas de se ter acesso. Ou seja, a existência individual se faz potencialmente mais aberta.

O que contém esse modelo? Existem inúmeras variantes. Duas noções são fundamentais, a de preferência e a de otimização. Segundo a primeira noção, o indivíduo age de acordo com suas preferências e é o único, a saber, quais são. Nesse paradigma, usa-se a palavra preferência para nomear o interesse, os valores, os fins, as necessidades, as paixões. Saber como o indivíduo determina suas preferências não é um problema para essa teoria, que se contenta em indagar como o indivíduo toma suas decisões uma vez conhecidas, determinadas, suas preferências.

A racionalidade instrumental é uma racionalidade dos meios em relação aos fins que praticamente não se pronuncia quanto aos fins. Mas, a exemplo do que ocorre com a inserção do Brasil na ordem capitalista, parece que o desdobrar da modernidade brasileira contemporânea — isto é, os projetos, comportamentos e conseqüências não-intencionais do movimento dos sujeitos que a tecem. Sem dúvida, os efeitos de instabilidade provocados por uma modernidade que “tudo” dissolve no ar fazem-se sentir, demandando cada vez mais da capacidade reflexiva dos atores que, face ao redemoinho moderno adquire ainda maior destaque.

O paradigma dominante até os dias atuais tendo sido o sistema neoliberalismo e nas ciências humanas e sociais, ele possui diversos nomes: teoria da escolha racional,

racionalidade instrumental, individualismo metodológico, utilitarismo, *homo economicus*, teoria econômica neoclássica. Esses diversos nomes designam aspectos diferentes do paradigma. Existe um núcleo comum a todas essas teorias: elas dizem respeito ao que circula, procuram explicar o sistema de produção e, sobretudo, de circulação das coisas e dos serviços na sociedade a partir das noções de interesse, de racionalidade, de utilidade.

Com isso, novas formas de organizar a vida coletiva e individual tendem a ser descartadas e desresponsabiliza-se a reflexividade de atuar criativamente; ao contrário, a reflexividade acaba por tentar jogar papel conservador, defendendo a modernidade dos impasses por ela mesma gerados. Garante-se instituições e formas de consciência, oferecendo-se paz de espírito aos sujeitos, que nelas encontram um escudo para as ansiedades que a instabilidade da identidade pode engendrar. Se essa é uma solução que efetivamente funcionará no longo prazo, é algo que ainda precisaremos examinar no futuro, se bem que tensões provavelmente venham a se acumular se persistirmos nessa direção. Importa aqui examinar brevemente o papel que os intelectuais podem cumprir nessa situação.

O horizonte da civilização contemporânea não pode ser capturado inteiramente pelas instituições econômicas da modernidade, seja pelo mercado, hoje preeminente no pensamento e na prática, seja pelo Estado. Teleologias históricas não cabem nem numa coordenada socialista nem numa capitalista (mesmo se se reconhece certa inevitabilidade, ao menos momentânea e circunstancial, mas não total e eterna, num desenvolvimento "dependente e associado"). Evidentemente, por maiores que se apresentem os constrangimentos e limites postos pelas relações econômicas internacionais, é necessário recusar qualquer panacéia que afirme que um modelo específico é a única solução para o desenvolvimento econômico, em particular quando ele implica o bloqueio daquele tipo mais amplo de desenvolvimento. Até porque nesse campo em particular "invenções" se fazem urgentíssimas, pois, ao que tudo indica os prognósticos internacionais não são nada positivos

no momento e poucas opções de política econômica e modelos de desenvolvimento, por outro lado, se sugerem. Há muito trabalho por se fazer nessa área.

Diante dessas indagações, o papel do intelectual, inclusive daquele que encontra sua inserção na universidade, pode ser pensado como duplo. De um lado, cumpre trabalhar na direção de estabelecer e enraizar o núcleo de algumas instituições e formas de consciência modernas que garantam que alguns de seus aspectos fundamentais e democratizantes - a cidadania e a igualdade - na sociedade brasileira, tão avessa a essas práticas, se aprofundem.

De outro, como fazê-lo sem perder de vista, desde já, a abertura à heterogeneização das formas de vida social que os desencaixes das identidades e a mutabilidade das práticas sociais permitem? Em outras palavras, como combinar cidadania e igualdade com reflexividade (que permite a destradicionalização da modernidade) e liberdade, encetando novas soluções para os problemas que a modernidade criou, mas que talvez não possam ser hoje solucionados e sequer pensados dentro de seus próprios limites? Essas são perguntas decisivas e complexas, não sendo possível de fato lidar com elas neste espaço.

A modernização de uma sociedade qualquer tem de ser vista sempre a partir dos projetos e dos movimentos das diversas subjetividades coletivas que para ela contribuem. Se a modernização é mais ou menos ampla e mais ou menos socialmente democrática é algo que depende daqueles projetos e movimentos. Basta assinalar que, embora haja grande escopo de variação em suas formas específicas de concretizar-se, bem como em termos de sua combinação com tradições prévias, o processo que nos interessa implica, sobretudo o estabelecimento das tradições da modernidade, isto é, suas instituições (seus padrões de interação social e da sociedade com a natureza) e formas de consciência. Desenvolvimento seria, então, uma forma particular de modernização, caracterizada por uma mudança profunda das estruturas produtivas do país, de sua estrutura de classes e pela democratização política e

social, com a incorporação das massas à nação, acompanhada de transformações no próprio cenário internacional da dependência brasileira.

A noção de subjetividade que se inaugura com Descartes e Hobbes incluía dois elementos fundamentais: a capacidade do indivíduo de se autoconhecer e definir (exemplarmente traduzidos no "penso, logo existo"), de um lado, e a capacidade de ação do sujeito, que o faria capaz de levar à prática suas volições, influenciando então sobre o mundo de forma ativa. Resta acrescentar que essas volições seriam derivadas de seu autoconhecimento (do saber de seus interesses) racionalmente alcançado.

Se num primeiro momento o indivíduo surge como o dado primordial, a seguir o Estado encarnaria a outra face dessa moeda. Fosse como expressão de um pacto entre os cidadãos, como representante da vontade geral ou como entidade superior e primordial capaz de emprestar sentido à própria sociedade, o Estado foi pensado também em termos do modelo de subjetividade originalmente atribuído ao indivíduo burguês: centrado, transparente e racional, capaz de ação concertada e transformadora (ainda que amiúde direcionada para a conservação do *status quo*). Ele se apresentava, portanto, como a subjetividade coletiva fundamental do pensamento burguês, em princípio, inclusive, excluindo quaisquer outras (classes, associações, sindicatos) que se interpusessem entre ele e o mercado e o mundo privado dos indivíduos.

Não me parece haver dúvida de que essa crença altamente moderna na eficiência do Estado, embora não esgote a questão, como veremos adiante, ainda hoje se justifica e se faz necessária, em grande medida. Isso me soa verdadeiro tanto na promoção da mudança da posição internacional do Brasil quanto em termos do "desenvolvimento", isto é, de uma modernização democrática que valorize a construção de uma cidadania universal no Brasil contemporâneo.

Basta assinalar que isso não pode ser feito de modo absolutamente centrado, perfazendo um movimento único - centralizado pelo Estado. Ao contrário, requer-se múltiplas "subjetividades coletivas" - articuladas em rede, hierarquicamente ou mesmo pelo mercado, mais ou menos centradas, com um *descentramento* da mobilização social. Não caberia ao Estado, com seu papel intrinsecamente homogeneizador e nivelador das práticas sociais, trabalhar para garantir a liberdade e a reflexividade. Ou melhor, ele deveria ser responsável por criar as precondições para isso, por meio de políticas universais da cidadania que aumentassem a capacidade de intervenção dos sujeitos sobre suas vidas e, assim, sua liberdade para fazer opções.

Todavia, como fazê-lo deveria ser deixado para os indivíduos e as coletividades (movimentos sociais, "comunidades" etc.), que poderiam então reflexivamente trabalhar para construir seus próprios caminhos, suas práticas sociais, de modo autônomo e criativo. Nesse plano, aquele da especificidade de políticas públicas que podem ser muito variadas (mais ainda do que aquelas tradicionalmente modernas, pois menos homogêneas), mas que têm em comum uma abertura reflexiva da modernidade, os cientistas sociais teriam relevante papel a cumprir, combinando de maneira diferente universalismo e particularismo.

Ora, isso demanda um tipo de intelectual capaz, certamente, de apaixonar-se pelo Brasil, por seus problemas, e de resgatar a herança intelectual daqueles que lutaram para torná-lo uma nação moderna. Pede um tipo de intelectual capaz de especializar-se e, seja junto aos movimentos sociais e "comunidades", seja próximo às esferas estatais de política pública, exercer seu ofício de forma eficiente e particularizada. Além disso, é preciso que ele, de modo a não se perder na especificidade de seus objetos, seja capaz de interpelar a tradição sociológica clássica, que encarou de frente a emergência da modernidade. No entanto, não seria correto desconhecer as modificações que essa fase avançada da modernidade vem colocando para as ciências sociais, transformando mesmo, em grande medida, o seu objeto.

Os desdobramentos da modernidade não são retilíneos nem necessários desde os séculos XVIII e XIX até esta virada de milênio em que vivemos o fato é que seus princípios de organização têm variado ao longo do tempo e têm experimentado por vezes transformações de grande monta além disso ela é múltipla em seu estabelecimento em várias regiões do mundo. Malgrado a genialidade de autores como Marx, Weber e Durkheim, entre outros, seria muito pedir a eles que há cem ou cento e cinquenta anos atrás fossem capazes de divisar toda essa trajetória da modernidade. Ao contrário, é olhando para trás com a experiência que temos hoje que podemos perceber o que havia de entendimento generalizável em suas teorias e o que dizia respeito somente às particularidades da modernidade européia do século XIX. Assim, constata-se que a teoria clássica e o pensamento social brasileiro não são em si suficientes para conceituar, para teorizar essas modificações e multiplicidade da modernidade e o novo quadro geral que inegavelmente se apresenta hoje, embora a sociedade brasileira tente aferrar-se a uma identidade basicamente moderna.

Uma teoria social contemporânea, com grande nível de generalidade e complexidade, faz-se imprescindível. A chamada "crise dos paradigmas" - que no sentido usual da frase não me parece existir, pois a instabilidade e a pluralidade caracterizam perenemente as ciências sociais - só faz sentido se pensada nesses termos, ou seja, no que se refere à necessidade de novas perspectivas gerais para pensar o mundo contemporâneo.

*

A intervenção do Estado na região Norte de Minas foi uma experiência de organizar a sociedade "de cima para baixo". O poder central organiza sua ação de forma a associar-se aos poderes locais, criando um controle político e um espaço econômico homogêneos. A unificação dos mercados e a subordinação/associação dos poderes localizados

significam também a unificação dos produtos e métodos de produzir, abre espaço para a intervenção da agroindústria e para a difusão de tecnologia de ponta. (OLIVEIRA, 1995a)

O fornecimento de créditos subsidiados, a sedução e atração de empresas do Centro-Sul, o estímulo à especulação fundiária serviram como meios de reduzir o poder local, Martins diz que

(é) impossível sobrepor o poder federal ao poder local e regional sem confiscar a sua principal base de sustentação, que é a terra, e o controle dos mecanismos de distribuição de terras entre os membros das oligarquias. O combate à oligarquia implicava em expropriá-la do seu principal meio de poder que é a terra. (...) o desenvolvimento regional deve sair das mãos da oligarquia, dos comerciantes e proprietários tradicionais, e abrir espaço ao grande capital, ceder terreno à acumulação dos grandes grupos econômicos, cuja escala de operações e de interesses faz deles justamente os efetivos agentes econômicos da centralização do poder. É a ação que dá envergadura nacional ao mercado de produtos agrícolas e industriais, ao mercado de capitais e, o que é particularmente importante (...), ao mercado de terras". (MARTINS, 1984)

No entanto, não há a criação apenas de um poder central. Há o oferecimento de favores, créditos e recursos públicos em geral para realizar o trabalho de sedução das oligarquias regionais e municipais. Forma-se uma espécie de associação, onde o Estado modernizador apóia-se parcialmente nos grupos conservadores, cabendo ao primeiro fornecer o tom do processo, às oligarquias “aproveitáveis” operacionalizar as transformações. Neste sentido, não podemos observar exatamente a erradicação do poder localizado, mas a sua adaptação parcial à consecução dos objetivos modernizadores. (OLIVEIRA, 1995a)

Na consecução dos objetivos de unificação e modernização da economia agrícola do Norte de Minas, três intervenções merecem destaque: a política agrícola dos governos pós 1965, a inclusão da região na área da Sudene e a política de estímulo ao reflorestamento. Dessa maneira, a política traçada pelo Estado e pelos ideólogos da modernização compreendia os seguintes aspectos: uma integração acentuada da agricultura ao setor urbano, pela compra de insumos e venda de produtos; reelaboração do caráter da propriedade, promovendo seus

aspectos empresariais, dinâmicos e modernos; a orientação de uma política agrícola como fração subordinada de uma política econômica; produtores privilegiados, tecnologia de grande consumo energético. (CARDOSO, 1996)

Pela adoção de uma série de iniciativas estatais, principalmente a partir de 1965, quando ocorreu a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, tivemos como resultado uma grande alteração na agricultura. Os principais instrumentos de política postos em funcionamento foram:

- 1 - A política de crédito rural com juros baixos, adotada para o Brasil inteiro até começo dos anos 80 e para a área da Sudene até 1985;
- 2 - A política de assistência técnica e extensão rural que atua na difusão de técnicas, crédito e procedimentos modernos;
- 3 - A política de pesquisa agropecuária, que viabilizou o desenvolvimento de pacotes tecnológicos, ajustando a agricultura às ofertas do setor industrial. (CARDOSO, 1996)

A modernização da agricultura trouxe como resultado uma integração do setor aos mercados modernos, respondendo na década de 70 pelo funcionamento de um enorme parque agroindustrial. A Sudene, segunda intervenção decisiva no Norte de Minas, foi concebida no final dos anos 50 e entrou em operação efetiva em meados dos anos 60. Tinha por objetivo a chamada integração nacional: criando incentivos para o investimento na região Nordeste, procura eliminar os desníveis de riqueza entre esta região e o Centro-Sul do Brasil. Mas dois aspectos devem ser esclarecidos para a compreensão da filosofia e dos métodos do órgão. Primeiro, funcionava como uma tentativa de evitar o aprofundamento dos conflitos de classe no Nordeste. A criação de empregos, absorvendo a mão-de-obra da região, funcionaria como freio a ruptura do sistema. Segundo, a Sudene, usando os citados incentivos e isenções fiscais mais o estímulo do baixo preço da mão-de-obra regional procura não estimular a expansão das empresas da região, mas exatamente atrair empresas para o Nordeste.¹

¹ Lei nº 3.692 de 15 de dezembro de 1959 que institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. No § 2º nos diz que a área de atuação da Sudene abrange, além dos Estados referidos no parágrafo anterior (referindo a todos os Estados do Nordeste), a zona de Minas Gerais/especificamente o Norte de Minas] compreendida no Polígono das Secas.

Conforme OLIVEIRA (1978b),

A Sudene traz inscrita desde sua origem, a marca da intervenção 'planejada' no seu programa, que se reflete mesmo nos textos das leis de criação e de seus planos-diretores, isto é, de uma tentativa de superação do conflito de classes intra-regionais e de uma expansão, pelo poder do Estado, do capitalismo do Centro-Sul. (...) A debilidade da burguesia industrial regional tornava-a inapta para reciclar seus esquemas de reprodução, e as isenções tornaram-se na verdade um mero expediente para adiar-lhe a falência completa, salvo poucos casos de grupos burgueses regionais que realmente já eram parte da burguesia nacional e internacional associada, justamente por terem expandido sua reprodução para além da economia regional nordestina.

A industrialização ocorrida no Norte de Minas foi mais uma transferência de empresas, sustentada por capital público, que a criação de um dinamismo regional. A transformação efetiva operada pela Sudene foi a abertura de linhas especiais de crédito agropecuário na região, principalmente quando o nível do subsídio foi sendo gradativamente reduzido nas regiões agrícolas mais dinâmicas do Brasil. A região atraiu uma enorme quantidade de empresas rurais de outros lugares. Acrescentando ainda, os investimentos públicos em rodovias e eletrificação. Desde o final dos anos 60, o governo federal criou uma série de incentivos para o reflorestamento, que permitia a orientação de uma parcela do imposto à formação de florestas homogêneas.

As aplicações no Norte de Minas propiciaram uma série de vantagens. Em primeiro lugar, a localização, relativamente próxima ao pólo guseiro (ferro gusa) de Sete Lagoas e às grandes siderúrgicas do centro de Minas. As ligações rodoviárias e ferroviárias servem como estímulo adicional. Em segundo lugar, a conformação plana e o baixo preço da terra estimulam a implantação dos maciços florestais. Considerando que o reflorestamento é uma atividade de retorno a longo prazo, os custos superiores do transporte do carvão a média distância são tranqüilamente compensados pelo preço de aquisição da terra e sua posterior valorização. Por último, mas não com menor importância, o baixo custo e a quantidade abundante de mão-de-obra necessária para a implantação das florestas. (CARDOSO, 1996)

A existência conjunta de três ações na região Norte - política agrícola modernizadora, subsídios da Sudene/Banco do Nordeste e incentivo ao reflorestamento - alterou bastante o panorama da agropecuária regional. A atuação de empresas de fora causou uma espécie de transferência de “capacidade gerencial” para a região. Mesmo que a região não tenha-se transformado em grande produtora aliada aos subsídios e estímulos, transformou a terra em equivalente de capital, passando a produzir renda.

A acentuação das desigualdades com as transformações da região, que terminaram por criar um imenso grupo de excluídos, desencadeou diversas intervenções saneadoras do Estado. Vários projetos foram criados para atender e “promover” os pequenos produtores da região. Mas não conseguiram alterar, mesmo superficialmente, a situação cristalizada.

Nos trabalhos analíticos que aborda sobre o Norte de Minas encontramos a dualidade fundamentando as propostas de intervenção. Esta dualidade aparece na construção de modelos baseados na existência de um setor “moderno” e um setor “tradicional”. O primeiro é a indústria concentrada em Montes Claros e o segundo a agropecuária em transformação. São os setores dinâmicos que absorvem grandes volumes de capital por unidade de trabalho e definem a “norma ideal” para o perfil produtivo da região.

O setor “tradicional” é aquele constituído pelos sistemas de produção agropecuária historicamente assentados na região: a pecuária extensiva, a agricultura de subsistência ou escassamente mercantil e a extensa rede de comércio varejista. Do ponto de vista da intervenção modernizadora, este setor precisa ser transformado e integrado plenamente à economia nacional, e o dado cultural sempre foi ignorado, relegado. (COSTA, 1997)

A chamada agropecuária tradicional é baseada em formas específicas de conceber a produção e a vida. Assenta-se na policultura e no trabalho familiar, participa marginalmente do sistema de trocas porque isto encontra correspondência na história de vida de cada um de

seus membros e da coletividade. Assim, a aceitação dos procedimentos modernos não implica apenas a “promoção” dos pequenos produtores, pelo contrário, a sua eliminação como grupo fundamentado em princípios culturais. Na verdade, para chegar às normas da moderna propriedade, o sistema “tradicional” só se transforma pela destruição. O que vem sendo tentado, mas ainda não foi conseguido.

1.3 – A COMUNIDADE SERTANEJA

A cultura sertaneja do Norte de Minas torna-se elemento definidor dos limites da própria região quando a consideramos não apenas como um conjunto de municípios, geograficamente falando, mas uma região – nos termos em que nos propõe Diégues Jr.

um conjunto ecológico de pessoas, aproximadas pela unidade das relações espaciais, da estrutura econômica e das características sociais, dando-lhe em conjunto, um tipo de cultura que, criando modo de vida próprio, a difere de outras regiões. São portanto, as regiões espaços territoriais definidos por certas características que dão unidade de idéias, de sentimentos, de estilos de vida, a um grupo populacional. (DIÉGUES JR, 1960, p.7)

Ou ainda, tendo o conceito de região cultural “baseado nas relações entre o meio físico (a Geografia) e as condições econômicas (a Economia) que o homem desenvolveu através do processo de ocupação no território”.

A importância da relação do homem com seu meio para caracterização de sua cultura se destaca ainda a partir dos conceitos do mesmo autor, que via cultura como

um complexo em que entram gêneros de vida de acordo com o meio, um tesouro de tradições, o uso de uma língua comum, uma mesma atitude diante dos problemas da vida ao lado dos elementos materiais. E que sobre os gêneros de vidas dizia serem revelados exteriormente pelo “...conjunto das técnicas, das crenças e sentimentos, das maneiras de agir e de pensar, das atividades, do estilo de vida, em suma, criados ou desenvolvidos pelo grupo, dentro de uma certa ou relativa unidade. (DIEGUES JR, 1960, p. 19)

Ainda segundo Diégues Jr, o processo de ocupação humana é que dá base à formação dos gêneros de vida e, conseqüentemente, à formação de regiões culturais. Dentre as regiões culturais sugeridas por ele para o estudo da diversidade brasileira está a do “nordeste mediterrâneo”, onde se inclui o Norte de Minas, onde ele destaca o vaqueiro como tipo humano característico e os currais e fazendas de criação como representando o principal centro social desta região.

O desenvolvimento urbano, a partir de critérios da racionalidade economicista, relegou o Norte de Minas, assim como também, as comunidades sertanejas a um certo *isolamento*, a um distanciamento da cidade propriamente dito: o sertão e seus habitantes, os sertanejos, situam-se à margem do espaço “civilizado”, citadino. Tal situação se mantém, ao longo da história, também em função do modo de vida sertanejo, embasado em valores culturais, óbvio, diferentes daqueles dos sujeitos urbanos. (MATA-MACHADO, 1991)

Entender a posição do sertanejo, por que se caracteriza como uma resistência ao mundo urbano, não é possível apenas a partir de considerações de cunho geográfico, dicotomizando dois espaços. Faz-se necessário compreender um dos valores capitais do sertanejo, que é o modo como se relaciona com o *tempo*, tomando-o, de certa forma, como uma dimensão una, que não se divide em passado, presente e futuro, motivo pelo qual torna-se desnecessária uma preocupação com a passagem do tempo.

Nessa questão, Franco (2007, p.02) nos ajuda a pensar o próprio homem que é concebido, no capitalismo, como *tempo*: não é o trabalho, por si, que produz valor, mas o tempo de trabalho (fixado no curso histórico), cuja duração completa (um dia) é divisível em necessário (à subsistência do trabalhador) e excedente (que acresce o capital).

Enquanto para o homem urbano, acossado pela dinâmica capitalista, “tempo é dinheiro” para o sertanejo, orientado pelo “habitus”, o tempo é um receptáculo de memória, algo a ser preservado, e não apenas explorado. (BOURDIEU, 1998)

O sertanejo não atribui uma função ao tempo, não se vê como senhor do tempo, mas antes como seu servo, como aquele que precisa do tempo para manter vivas suas tradições, e, por isso mesmo, cultiva-o. Ao cultivar o tempo, o sertanejo se diferencia, radicalmente, daqueles que, urbanos, mensuram monetariamente o tempo.

Ignorando esse modo próprio de ser e estar do sertanejo no Norte de Minas, o desenvolvimentismo, levado a efeito pelas elites político-econômicas, acaba por nos revelar, tanto em sua retórica quanto em suas ações, que é preciso urbanizar o sertão, dotando-o de elementos que supostamente amenizam e humanizam as cidades. Um desses elementos é o transporte ferroviário, que chega a Montes Claros em 1926. (LESSA, 1993)

Outros, que darão às cidades norte-mineiras uma feição tipicamente urbana até a década de 60, são energia elétrica, água potável canalizada, pavimentação e iluminação de ruas, serviços de telefonia, hospitais, cinemas etc.

De acordo com Cardoso (1996), a entrada da Sudene em cena trouxe mudanças significativas nas esferas política, econômica, social, enfim. Pode-se sintetizar da seguinte maneira a atuação deste órgão no Norte de Minas, bem como em toda a região que corresponde ao chamado “polígono das secas”:

Criação de programas e projetos, principalmente nos setores agropecuários e industriais, sustentados por políticas de incentivos fiscais e financeiros diversos. Tais incentivos funcionavam como um atrativo para a exploração destas atividades, tanto para o capital regional como para o capital nacional e internacional.(...) Promoção de programas e políticas sustentadas por estímulos fiscais e financeiros, destinadas a fomentar a exploração econômica dos setores produtivos regionais.(...) Criação de infra-estrutura básica e econômica, bem como de uma rede de serviços sociais, tais como: estradas, campos de pouso, centrais de comunicação, obras nos setores de saúde e educação, energia elétrica, saneamento básico, dentre outras. (CARDOSO, 1996)

Na esfera econômica, é possível encontrar uma variedade de influências orientando a produção, a distribuição e a circulação de bens e serviços, bem como o convívio de lógicas diferenciadas, com objetivos diversificados, presentes na região.

Se tomarmos as características da região norte-mineira (sócio-econômica, cultural e agrícola), permite-nos percebê-la como uma região de fronteira, é relevante lembrarmos uma característica mais geral que envolve as situações de fronteira, apontada por (MARTINS, 1996, p. 25-70). Trata-se da coexistência de temporalidades desencontradas: desencontro de temporalidades históricas e lugares sociais distintos.

A partir da compreensão de Martins (1996), João Batista de Almeida Costa explicita que o *ser* da região norte-Mineira aparece ao “outro”, aquele que é de fora, como portador de características muitas vezes estigmatizadas: a identidade da pessoa desta região é acompanhada de um “orgulho” e “amor” por si mesmo. (COSTA, 2003)

Outra característica do povo norte-mineiro, segundo esse mesmo autor, é a “cordialidade”. Buscando em Sérgio Buarque de Hollanda (1981) o conceito de “homem cordial”, ele a definiu como “lhaneza no trato, hospitalidade e generosidade sendo uma realidade presente na vivência do sertanejo”. Costa vê a cordialidade sertaneja como um modo peculiar da vida local:

De acordo com essa característica as formas de convívio são ditadas por uma ótica de fundo emotivo, apesar da manifestação formal de respeito, buscando o convívio familiar, o desejo de estabelecer intimidade. (COSTA, 1997, p. 82)

Embora as relações sejam de fundo emotivo e tenham como ambiente principal o território rural, o “ser do sertão”, o sertanejo, construiu uma cultura baseada em “regras consensuais” e no “uso coletivo das terras”, a partir de uma visão de mundo “marcada pela presença do boi”, que seria a particularidade do *geraizeiro*², do habitante dos gerais, em oposição àquela visão de mundo marcada pela presença do ouro, que seria a particularidade do mineiro, do habitante das terras onde se processou o chamado ciclo minerador.

² Para maior aprofundamento sobre esse conceito, ver DAYRELL, Carlos Alberto. *Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: La contribución de la agroecología y de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas*. Dissertação de Mestrado. Huelva: Universidad Internacional de Andalucía, 1998.

Em profunda sintonia com seu habitat, o sertanejo desenvolveu um modo original de subsistência, que inclui elementos de vária ordem, não só econômica, religiosa. Todos esses elementos têm como finalidade garantir a permanência do grupo social, de um mundo rural, com seus aspectos culturais, seus costumes, suas tradições. Nesse mundo, a solidariedade vicinal se ressalta como aspecto dos mais relevantes, impulsionando a vontade de curar doenças através da fé, por exemplo, com raízes e rezas.

O mundo sertanejo afirma-se e se atualiza com as chamadas “promessas”, canções para chover ao pé do cruzeiro no alto da serra, terços cantados, encomendações de almas, tecidos tramados no tear de fiar, monjolos, roda d’água, sabão de “cuada”, fabricação de rapadura em grandes tachos de cobre, quitandas (pão de queijo, bolo de puba, biscoito escaldado, sequilhos, dentre outros) feitos em fornos de barro no fundo dos quintais das casas, picado de banana verde com carne seca, “mantas” de carne seca batida no pilão fazia-se paçoca que era armazenada dentro de latas de querosene (nessa época não havia geladeira e/ou técnicas de conservação), da rapadura raspada ia ajuntando na palma da mão o farelo peguento preto e tantas outras imagens presentes no cotidiano rural... os potes de barro dispostos no interior das casas onde conservava a água sempre fria, as cabaças d’água na capanga para levar para beber lá na roça, a figura dos carreiros em seus carros de bois “chiando” (fazendo barulho) durante o dia todo, balaios cheios de umbús, coquinho azedo, gariroba dentre outros. (OLIVEIRA FILHO, 2006)

Ainda com relação a fartura dessa região, Guimarães Rosa corrobora dizendo-nos “Por amor daquela fartura – as carnes e farinhas, e rapadura, nem faltava sal, nem café. De tudo”. (ROSA, 1968, p.36)

Em volta da “tapera de adobe” e/ou casas de pau-a-pique, como chamava suas casas, os sertanejos criavam galinhas, um “gado curraleiro” e/ou “pé-duro”, cavalos para idas e vindas à cidade. Plantavam-se mandioca, milho, feijão de “arranca”, “feijão da seca”,

abóboras, e ao redor da roça, variedades de plantas do cerrado que completavam sua alimentação, como o “cajuim”, a mangaba, o pequi, umbu, cagaita, araçá, pitomba, buriti, dentre outros. Em suas formas de habitação, alimentação e terapêutica, é notável a semelhança do sertanejo do norte de Minas com os caipiras de etnografias clássicas, como *Os Parceiros do Rio Bonito*, de Antônio Cândido, dirigindo-se para a cidade somente para comprar sal, toucinho e pilhas para o rádio, seu elo com o mundo além da serra (CANDIDO, 1982, p.68-72); OLIVEIRA FILHO (2006).

Esse mundo persevera, atualmente, nas comunidades rurais ou na memória dos seus descendentes, que se encontram nos subúrbios de cidades de médio ou grande porte, como Januária, Pirapora e Montes Claros. Trata-se de um mundo que resiste ao desenvolvimentismo desenfreado, que não leva em consideração as especificidades culturais, raiz da identidade sertaneja. Ênfase que quanto mais o homem escapa e sobrepõe-se à natureza de si próprio e do ecossistema em que vive, mais condenado fica a reencontrar-se a si e ao seu ambiente. Este elo fundamental entre cultura e identidade é que se pode atribuir a resistência da comunidade sertaneja do norte de Minas. A memória, o conjunto das tradições sertanejas, atua como o fermento mesmo da resistência do ser sertanejo.

Sou levado a perceber que enquanto o mercado se baseia na liquidação da dívida, a identidade sociocultural Norte-Mineira (especificamente a dos sertanejos) se baseia na cultura da dádiva de que nos falava Marcel Mauss. Isso pode ser observado tanto nos laços primários como nas relações de parentesco, na doação a um desconhecido, na doação de algo. A dívida deliberadamente mantida é uma tendência da dádiva, assim como a busca da equivalência é uma tendência do modelo mercantil. Os parceiros, num sistema de dádiva, ficam em situação de dívida, negativa ou positiva. Se for uma situação positiva, significa que consideram que devem muito aos outros. Não é uma noção contábil. É um estado, no qual cada um considera que, em termos gerais, recebe mais do que dá. O sistema da dádiva se

situa, assim, no pólo oposto ao do sistema mercantil. Não porque seja unilateral, o que não é, mas porque o que caracteriza o mercado é a transação pontual, sem dívida, ao passo que a dádiva busca a dívida.

Em primeiro lugar, os atores valorizam o prazer na dádiva. Uma dádiva feita por obrigação, por obediência a uma norma, é considerada de qualidade inferior. A moral do dever não se aplica à dádiva, ela era fundamental para a socioeconomia. A relação da dádiva com as regras torna-a diferente do paradigma holista, e igualmente do modelo individualista pois os membros de um sistema de dádiva possuem uma relação muito particular com as regras. Antes de mais nada, as regras devem estar implícitas. Por isso é de muito mau gosto deixar o preço num presente ou aludir a ele.

Existe uma tendência geral entre os atores de negar a obediência a regras no comportamento da dádiva. Essa tendência chega até mesmo a negar a importância da própria dádiva. Este é um dos mais estranhos comportamentos da dádiva à primeira vista: a negação da importância da dádiva por parte do doador. "O doador dá mostras de uma modéstia exagerada", diz Mauss. Mas não é preciso ir tão longe. Nossas fórmulas de gentileza têm o mesmo sentido "de nada", garantem os doadores a quem lhes agradece pela dádiva que fizeram. Por quê? Chegamos à conclusão que, desse modo, eles diminuem a obrigação de retribuir e tornam a retribuição incerta. Tornam o outro livre para dar por sua vez. Se aquilo que se lhe deu não é nada, ele não fica obrigado a retribuir, fica livre para dar; e se der, será também uma dádiva de verdade. Dá-se assim ao receptor a possibilidade de fazer uma verdadeira dádiva, em vez de se estar conforme à obrigação de retribuir. "Não se dá para receber; dá-se para que o outro dê". Constata-se, que os atores da dádiva introduzem, deliberada e permanentemente, uma incerteza, uma indeterminação, um risco quanto à efetivação do "contradom", de modo a se afastarem o máximo possível do contrato, do comprometimento contratual (mercantil ou social), e também da regra do dever; na verdade,

de qualquer regra de tipo universal. Por quê? Porque estas últimas têm a propriedade de obrigar o outro independentemente de seus "sentimentos" em relação a mim, independentemente do elo que existe entre o outro e eu. (MAUSS, 1974)

Existe, portanto, liberdade na dádiva, e uma relação muito diferente para com a "dimensão moral". Mas não é o mesmo tipo de liberdade que existe no mercado. A liberdade que se percebe aqui não se realiza na liquidação da dívida e não consiste na facilidade, para o ator, de sair da relação; situa-se, ao contrário, dentro do laço social, e consiste em tornar o próprio laço mais livre, multiplicando os rituais que visam diminuir, para o outro, o peso da obrigação no seio da relação. A dádiva é um jogo constante entre liberdade e obrigação. A maior parte das características da dádiva torna-se compreensível quando se as interpreta segundo o princípio da liberdade dos atores.

A grande força da teoria da escolha racional é que enquanto seus enunciadores procuram dar conta da ordem social e da solidariedade de grupo, resistem o quanto podem sem apelar para uma suposta interiorização de normas compartilhadas por parte dos atores". Como a teoria da escolha racional, o modelo da dádiva considera suspeitas as normas obrigatórias que se impõem aos atores como fatores explicativos. Sob esse prisma, a dádiva apresenta um parentesco evidente com aquela teoria. Mas dela também se afasta muito, pois a liberdade acaba sendo mais importante aqui do que no próprio modelo econômico, já que o modelo da dádiva é o único sistema de ação que incita seus membros a aumentarem a liberdade dos outros. Ademais, permanece profundamente diferente do modelo da escolha racional porque está baseado na dívida e não reconhece o postulado fundamental do *homo economicus*, a saber, de que o único motor natural da ação humana é o interesse. Como todo modelo sociológico, o modelo da dádiva precisa de uma teoria psicológica, e neste aspecto difere da teoria da escolha racional. Ele não parte do *homo economicus*.

Esse modelo não se liga, portanto, a nenhum dos dois paradigmas dominantes. A não equivalência, a espontaneidade, a dívida, a incerteza buscada no seio da relação se opõem à teoria da escolha racional e ao contrato. Mas o prazer do gesto, a liberdade se opõem às normas interiorizadas do modelo holista, se opõem à moral do dever.

A dívida obriga a sair desses dois paradigmas, holista e individualista, e a buscar outra coisa. Por isso eu dizia que a dívida coloca problemas para os dois paradigmas. Poderíamos dizer que a dívida coloca em relevo os "vícios" dos dois paradigmas tradicionais nas ciências sociais: se o vício dos economistas é o de tudo perceber em função dos interesses, o vício sociológico é o de ver no homem o executante passivo das normas sociais.

A dívida não só não pode ser explicada pelos dois paradigmas existentes em ciências humanas, como também recoloca em causa o privilégio paradigmático de um dos dois paradigmas, o da teoria da escolha racional. Por quê? Com o individualismo e o holismo, dispomos aparentemente de dois princípios de explicação da ação humana: o interesse e a interiorização das normas. Mas existem, realmente, dois princípios? Por que é absolutamente necessário postular que os comportamentos cujo móvel não é o interesse devem ser aprendidos, interiorizados? Colocando essa questão, voltamos ao problema do privilégio paradigmático do modelo do interesse. Pois se devemos supor que todo comportamento não regido pelo modelo do *homo economicus* precisa ser interiorizado pelos agentes sociais é porque, afinal, postulamos que só o interesse é natural, só o interesse não precisa ser aprendido, só o interesse não requer explicação. Na verdade, o privilégio paradigmático do *homo economicus* é o fato de o outro paradigma estar de certo modo condenado a pensar o ator social como "executante passivo das normas sociais" são a mesmíssima coisa. Pois é porque não se reconhece senão um móvel real da ação humana - o interesse - que todo modelo que sai do interesse se vê diante do problema insolúvel da interiorização das normas, já que

elas não podem ser naturais. Apenas o interesse goza desse privilégio de ser natural em ciências humanas.

Ora, o modelo da dádiva não se satisfaz nem com o postulado do interesse nem com o da interiorização das normas. Eis por que a dádiva não apenas provoca questionamentos, mas também, em sua forma mais radical, coloca em questão o privilégio paradigmático do interesse e obriga a postularmos um outro impulso psicológico para as ações humanas, e a estabelecê-lo como postulado no mesmo nível que o interesse. Ao lado do interesse, o "atrativo do ganho", a análise da dádiva leva a postular o "atrativo da dádiva".

Para assumir tal postulado, é necessário por um instante inverter nosso modo habitual de pensar e imaginar que se sentimos necessidade de crer que qualquer comportamento de dádiva é resultado de uma aprendizagem, de normas interiorizadas, talvez seja porque nós, modernos, fomos socializados para pensarmos assim.

Cada dádiva é a repetição do nascimento, da chegada da vida; cada dádiva é um salto misterioso para fora do determinismo. Por isso a dádiva é freqüentemente acompanhada de uma certa sensação de euforia e da impressão de participar de algo que ultrapassa a necessidade de ordem material. Por isso tal experiência desmonta o modelo linear fins-meios apresentado no início e conduz a questionamentos quanto aos limites da própria distinção entre fins e meios, entre as intenções e os resultados. Chega-se à idéia de que na dádiva além de não se querer a retribuição, nem sequer se deseja a própria dádiva: pode-se dizer que ela vem naturalmente. A dádiva vem por si mesma, dá-se a si mesma.

Finalmente, não é o sujeito que dá; o sujeito segue a dádiva, é levado por ela. A dádiva seria uma experiência em que a distância entre fins e meios é abolida, em que não há mais fins e meios, mas um ato que preenche o espaço de significação do sujeito e faz com que sejamos ultrapassados pelo que passa por nós e pelo que se passa em nós. A dádiva seria uma

experiência de abandono à incondicionalidade, experiência de pertencer a uma comunidade que, longe de limitar a personalidade de cada um, ao contrário, a expande.

Contrariamente a uma visão individualista, a experiência da solidariedade comunitária não contradiz necessariamente a afirmação da identidade e pode, ao contrário, desenvolvê-la. A dádiva seria, assim, uma experiência social fundamental no sentido literal, de experiência dos fundamentos da sociedade, daquilo que nos liga a ela para além das regras cristalizadas e institucionalizadas como normas da justiça. Sentimo-la passar em nós, o que cria um estado psíquico especial. É o que Marcel Mauss chamava de *fato social total*. Uma experiência que concretiza a tensão entre indivíduo e sociedade, entre liberdade e obrigação uma experiência em que a sociedade é vivida como comunidade. A espontaneidade da dádiva é a realização de uma longa aprendizagem voluntária.

Postulando o atrativo da dádiva no lugar do atrativo do ganho, opera-se uma inversão comparável, e a questão passa a ser: o que impede os membros de uma sociedade de dar? O que freia o atrativo da dádiva? O que faz com que se resista à dádiva, com que se retenham as coisas, em vez de fazê-las circular? Colocando a questão desse modo, abandonaremos uma posição exclusivamente defensiva em relação ao paradigma dominante, sem negarmos o postulado do interesse. E talvez possamos compreender melhor as leis da circulação das coisas entre os humanos.

CAPÍTULO II

O BRASIL, O SERTÃO

O sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte que o poder do lugar.

João Guimarães Rosa

2.1 – PENSANDO O SERTÃO

Ao pensar no sertão, a primeira imagem que nos vem à mente é a espacial, ligando-o ao interior brasileiro; e, geralmente, em nosso imaginário, esse espaço também provoca lembranças da seca, a fome, a aridez, o vazio, a solidão, selvageria, a barbárie, o vácuo populacional, a fronteira e o refúgio para aqueles que se recusavam a se tornar “civilizados” sob a tutela do estado, espaço sem ordem. Todavia, a compreensão categórica de sertão ultrapassa a noção espacial, e aparece de maneira recorrente no imaginário social, carregada de valores, “amálgama de imagens, experiências e sentimentos”, como ver Mäder (1995); Vidal e Souza (1997); Pimentel (1998); Oliveira (2000); Sena (2002).

Para Victor Leonardi, “O sertão também nos remete para o tema do desconhecido, ou, pelo menos, para a transição entre o conhecido e o desconhecido” (LEONARDI, 1996, p.318). Conforme salienta Sidney Valadares Pimentel (1997), desde o descobrimento do Brasil, o campo semântico do signo-sertão encontrou-se sempre demarcado por conteúdos que o aproximavam da noção de selvageria. As idéias recorrentes na maioria dos autores que recobrem esse período são os da vastidão, do espaço vazio ou habitado pelo outro, do isolamento, da natureza indomada, do contato perigoso, da impossibilidade do convívio

pacífico entre o sertão e o seu antípoda, que às vezes é a nação, mas que pode também ser a civilização, o litoral, uma região “menos atrasada”.

Por isso mesmo, é uma categoria histórica que se situa na metade do caminho entre a ficção e a realidade. Bastaria percorrer a nossa literatura ou a historiografia, para constatar a relevância do sertão como tema: Capistrano de Abreu, Afonso Arinos, Guimarães Rosa, Euclides da Cunha, Graciliano Ramos, Walnice Nogueira Galvão só para citar apenas os mais conhecidos, se debruçaram sobre esta temática e contribuíram para a construção dessas imagens tão vivas entre nós.

Nessa mesma perspectiva, saber o que significa o Brasil interior é condição para se conhecer por completo o Brasil. O pensamento se lança sobre o ignoto – desconhecido – de modo algum ignorado – tratado com indiferença –, por ser parte inegável da sociedade nacional, apesar de remota e distanciada em relação ao ambiente próximo dos patrícios da costa.

Assim, é sobre os significados de discursos narrativos acerca das imagens do sertão que esta investigação pretende avançar. As diferentes imagens ou leituras do sertão, presentes nos relatos de viajantes, além do imenso conjunto de obras nomináveis como do pensamento social, recorro trabalhos dedicados a compreender as origens e o desenvolvimento da sociedade nacional. Mais especificamente, alguns dos textos que signifiquem uma representação intelectual da constituição do Brasil como espaço e sociedade. A representação desse novo espaço geográfico natural vai se dar pela escrita. A literatura portuguesa de viagem aparece, assim, como instrumento de apreensão, compreensão e representação da realidade com a qual se deparou o homem português na sua aventura da expansão. Ele passa a fazer da escrita, das cartas geográficas e dos mapas diversos, uma forma de preservar, acrescentar e manipular este novo saber totalmente baseado na experiência e apoiado na visão. A escrita dos Descobrimentos utiliza uma linguagem mais

descritiva que narrativa, voltada à reprodução do real puro e vivo, enunciado na crença da evidência primeira do empirismo e na possibilidade da sua exata reprodução por essa escrita. Mapeava-se um Brasil que, quando visualizado, permitiria um código de leitura essencial para os colonizadores. É a *escrita conquistador*, que utilizará o Novo Mundo como uma página em branco para nela escrever o querer ocidental. O que é transporte para o papel e ordenado através da palavra escrita, nada mais é do que a apreensão, compreensão e representação do projeto colonizador vivenciado pelo homem europeu da época moderna.

Quero assim apresentar a lógica dessa representação nativa da nacionalidade, acompanhando o encadeamento de atributos e valorações postos para esses referentes que diferenciam o espaço brasileiro.

O sertão aparece no imaginário desses observadores, desse tempo, através de realizações ensaísticas de representações que ultrapassam uma noção espacial, aparecendo carregadas de significados e valores que traduzem uma visão de mundo e revelam o contexto sociocultural de uma época determinada.

Diante da ubiqüidade de falas sobre o sertão e litoral, em expressivos discursos do pensamento social, não há como ignorar a centralidade cultural de tais noções na formação da representação do Brasil. Tenho por certo que há o momento prefigurativo de uma narrativa dos processos formativos da nação, no qual se estabelecem modelos de representação da realidade nacional. Cada obra do pensamento social invocaria esses componentes de base para explicar as etapas épicas da pátria brasileira.

Nos discursos narrativos, identifica-se sertão e litoral, acompanhados de seus respectivos sinônimos, na posição de componentes estruturais da descrição. Trata-se de representações prefixadas que retornam a todos os textos na temática mencionada. Por isso, as representações sobre sertão são tomadas, como referências de discursos sobre a nação, ordenadores dos lugares de uma geografia valorativa do mapa nacional. De comum apenas se

pode reconhecer no pensamento social uma formação coletiva que produz discurso poderoso e eficaz sobre regiões da nação. As idéias do que há em lugares de sertão e litoral nada têm de inocentes em suas afirmações ou em seus efeitos morais e políticos.

São os estilos, figuras de linguagem, os cenários, mecanismos narrativos, as circunstâncias históricas e sociais, as clivagens políticas, sociais e econômicas, encontradas na observação da “realidade” nacional, ou seja, é necessário posicionar a abordagem escolhida para o ensaísmo diante da tradição hegemônica de classificação e análise dos discursos em procura da nacionalidade, disputas pelo poder de falar sobre a realidade brasileira, desse modo, a formação discursiva de dissertar sobre a nação brasileira.

As imagens do sertão significa também falar sobre esse tempo e esse homem. É o tempo da passagem da aventura marítima para a aventura da colonização, tempo em que este sertão ainda não estava ocupado, conhecido, ordenado; estava em processo de ocupação e conhecimento, portanto, ainda território do vazio, espaço onde o imaginário deste homem português encontra campo para povoar imagens. (HOLLANDA, 1992)

O espacial, já dado pelo sertão propriamente dito, não como um espaço físico, mas também como um espaço “mental” dotado de um conteúdo social, construído a partir dos elementos existentes nas representações fundadoras de caracterização da pátria brasileira, ou seja, a representação desse espaço geográfico natural vai se dar pela via da escrita, toda a carga simbólica do observador desses tempos. (MÄDER, 1995)

A sua cultura e a sua mentalidade, carregadas de mitos, a linguagem mais descritiva do que narrativa, voltada à reprodução do real puro e vivo, enunciado na crença da evidência primeira do etnocentrismo, isto é, uma negação da diferença e na possibilidade da sua exata reprodução por essa escrita.

Neste sentido, o sertão pode ser pensado em diferentes perspectivas. Uma delas parte da etimologia da palavra sertão, das diversas definições encontradas nos dicionários portugueses mais antigos e de relatos de descobridores, missionários, viajantes e cronistas que parecem limitar a noção de sertão a uma dimensão meramente espacial, opondo costa/sertão. Este surge apenas como o espaço localizado no interior, longe da costa e do mar.

Etimologicamente, a palavra sertão significa “lugar inculto, distante das povoações ou das terras cultivadas, longe da costa”. O sertão distante e isolado foi palco de inúmeros conflitos interétnicos, é verdade, mas foi o local, também, onde nasceu uma grande parte da cultura brasileira, em suas diferentes expressões regionais e locais. (CUNHA, 1982); (VIDAL E SOUZA, 1997)

O aparecimento na língua portuguesa da palavra sertão nos remete aos arcaísmos do idioma neolatino na Idade Média, onde o termo parece ter sofrido diversas variações gráficas e fonéticas, sem, porém, alterar em muito o sentido original do radical latino *desertānu* de Desertão. Temos, então, Sertão como: Sartão, Sertãoo, Sartãoo, Certum etc. Contudo, os sentidos da palavra latina permaneceram dando a idéia geográfica e espacial de interior, de deserto.

A mesma idéia está presente nas mais diversas definições de sertão nos dicionários, dos mais antigos aos mais modernos. No *Dicionário Contemporâneo Língua Portuguesa*, editado em 1888 e escrito por Francisco Júlio Caldas Aulete, o sertão aparece como “s.m o ponto ou sítio mais afastado dos terrenos cultos: mato ou floresta longe da costa”. Por fim, no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Aurélio Buarque de Hollanda, de 2005, o sertão é definido como “s.m. 1. Região agreste, distante das povoações ou das terras cultivadas; 2. Terreno coberto de mato, longe do litoral; 3. Interior pouco povoado”.

A idéia do sertão como espaço interior, mas associado à idéia de imensidão da nova terra encontrada, aparece já no primeiro relato sobre ela, a carta de Pero Vaz de

Caminha: “Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque a estender d’olhos não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa...” (*CARTA DE CAMINHA*, 1997, p.97). De início parece que o sertão estava não só no interior, mas em toda parte...

Uma outra perspectiva seria a da leitura do sertão em oposição ao conceito de Região Colonial. Para isso faz-se necessária toda uma caracterização da colonização portuguesa no Brasil. Não pretendemos apresentar aqui uma teoria da colonização, nossa intenção é apenas revisitar a historiografia sobre o período colonial, podemos utilizar como “porta de entrada para o sertão”.

Essa caracterização da colonização portuguesa no Brasil deve aparecer em sua dupla dimensão: a religiosa e a mercantil, uma vez que, além de explorar a colônia para encontrar riquezas, cristianizar era de fato parte integrante do programa colonizador dos portugueses no Novo Mundo.

Sertão também entendido como corruptela de “desertão”. Desertão no sentido de vazio. Não vazio humano e sim vazio de civilização. Como nos descreve o viajante Francês Auguste de Saint-Hilaire (1975): “Áreas despovoadas do interior do Brasil. Quando digo ‘despovoadas’, refiro-me evidentemente aos habitantes civilizados, pois de gentios e animais bravios está povoada em excesso”. (SAINT-HILAIRE, 1975, p.307)

Candice postula uma representação do Brasil fundada no espaço, construída como um “lugar onde há sertão e litoral”. Ambas as categorias, sertão e litoral, surgem, portanto como articuladoras do discurso construtor da nação, e também como componentes estruturais da construção que acontece, inclusive, no domínio histórico, onde *sertão e litoral* funcionam como temas pré-figurados que treinam o olhar. (VIDAL E SOUZA, 1997, p.25-27)

Nessa mesma direção, o trabalho de Walnice Nogueira Galvão, por exemplo, analisa a representação do sertão em Euclides da Cunha, Oliveira Viana e Câmara Cascudo. À sua análise também ressalta a ambigüidade da idéia de sertão nesses autores, que ora se

concentra no nível físico, ora no nível mítico, com a narrativa revelando elementos típicos das novelas de cavalaria do período medieval. Para Galvão, o imaginário medievalesco emerge na representação escrita do sertão brasileiro, inclusive com seus traços de oralidade, seu fundo pitoresco, sua dimensão feudal. A ensaísta formula a seguinte definição de sertão apud SCHETTINO (1995), ela nos diz

Dá-se o nome de sertão a uma vasta e indefinida área do interior do Brasil, que abrange boa parte dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Goiás e Mato Grosso. É o núcleo central do país. Sua continuidade é dada mais pelas características físicas, como tipo de solo, clima e vegetação. (GALVÃO, p.26)

Percebe-se, portanto, que o sertão é uma região complexa de múltiplos significados, mas, principalmente, uma região onde reside um povo de cultura com características peculiares.

Como região, também possui elementos de similaridade com a área maior, neste caso, pode ser considerada como área maior as *minas*, ou, o próprio Brasil. DIEGUES JR. (1960) definiu região

como um conjunto ecológico de pessoas, aproximadas pela unidade das relações espaciais da população, da estrutura econômica e das características sociais, dando-lhe, em conjunto, um tipo de cultura que, criando modo de vida próprio, a difere de outras regiões. São, portanto, as regiões espaços territoriais definidas por certas características que dão unidade de idéias, de sentimentos, de estilos de vida, a um grupo populacional. (DIEGUES JR., 1960, p. 07)

Então, conforme estes autores podem afirmar que a região do Norte de Minas apresenta convergência com outras áreas onde o nível de desenvolvimento, ou subdesenvolvimento, é similar nos diferentes aspectos, mas nem por isso deixa de apresentar características próprias resultantes da vivências ocorrida neste ambiente.

Se por um lado há similaridades com outras regiões, pensar em que região nortemineira é diferente de outras regiões como salienta RIBEIRO (1998) expõe que,

nos depoimentos dos viajantes, o sertão mineiro se distinguia da região mineradora da então Província de Minas Gerais, por uma série de características não apenas relativas ao meio ambiente, mas também aos aspectos socioeconômicos e culturais próprios da formação social que historicamente aí se constituiu. No início do século XIX, o sertão estava bastante vinculado à idéia de uma região despovoada, e a palavra foi constantemente utilizada como sinônimo de “deserto” nos relatos dos viajantes”. (RIBEIRO, 1998, p. 06-07)

A palavra sertão não vem sendo utilizada neste trabalho como sinônimo de atraso. Nem se pode reduzir sua história a uma mera seqüência de episódios violentos. O sertão distante e isolado foi palco de inúmeros conflitos interétnicos, é verdade, mas foi o local, também, onde nasceu uma grande parte da cultura brasileira, em suas diferentes expressões regionais e locais.

O isolamento – parte integrante da vida de todos os sertões – não gerou apenas hábitos despóticos, hábitos generosos, de hospitalidade, em todo o interior do Brasil. O depoimento do cônego belga Maurice Gaspar que veio morar no sertão do Norte de Minas no final no século XIX e início do XX nos revela que o brasileiro do interior especialmente o do Norte de Minas era bom anfitrião e tratava bem seus hóspedes.

Lê trait le plus saillant du caractère du Sertanejo est sans contredit sa généreuse hospitalité. Celle-ci est telle, que celui q’un e la pas reçu n’en peut imaginer la délicatesse, et ajouterons-nous la générosité. (GASPAR, 1910: p.63)³

Percebemos nessa referida fala que, os povos do sertão não segregavam nem humilhavam o estrangeiro, pelo contrário, recebiam-no, em geral, com mesuras que os mesmos não conheciam nem sequer em seus países de origem.

³ “O traço mais saliente do caráter do sertanejo é sem dúvida sua generosa hospitalidade. Esta é tal, que aquele que não a experimentou não pode imaginar a sua delicadeza e, acrescentamos, sua generosidade”. (tradução livre Juniorato Premonstratense de Belo Horizonte – MG).

Sabemos que o isolamento torna o homem ávido por comunicação. O sertanejo, porém, pode ser desconfiado e de poucas palavras, mas não é hostil ao contato. Tem sempre ouvidos para ouvir, embora fale pouco e tenha a “fala mansa”. O homem do sertão conserva alguns bons hábitos que já se perderam na cidade. O isolamento fez com que perdurassem tradições e costumes antigos em algumas áreas sertanejas, entre eles o tratamento respeitoso entre as pessoas (que normalmente se tratavam de “o senhor”, “a senhora”, até meados do século XX, no Norte de Minas) e fidelidade à palavra dada, ao compromisso assumido.

O sertão foi, também, local de gestação de inúmeras lendas e mitos, que passaram, repetidos de geração em geração, para a linguagem dos brasileiros, até para as emoções coletivas daqueles que moram em cidades. O hábito de contar histórias à noite – “causos” – era generalizado no sertão brasileiro, nos séculos XVIII e XIX, e ainda continua sendo, de certa forma, na segunda metade do século XX, apesar da concorrência com os meios de comunicação. (MÄDER, 1995)

Alfredo Bosi, em *Dialética da Colonização*, faz um comentário interessante. Diz ele que “a tendência dos estudos sociológicos convencionais de filiação evolucionista é rotular de residuais todas as manifestações habitualmente chamadas folclóricas. Para essa perspectiva, segundo Bosi,

o fatal (que coincide, no fim, com o seu ideal mais caro) é o puro desaparecimento desses resíduos, e a integração de todos os seus sujeitos nas duas institucionais mais poderosas: a cultura para as massas e a cultura escolar. Trata-se de uma visão linearmente evolucionista que advoga, com a autoridade da ciência oficial, a causa dos vencedores. (BOSI, 1993, p.323)

*

Mas o que seria conquistado? Como foram representados no imaginário lusitano os lugares sobre os quais eles se davam o direito da conquista e, depois, da ocupação? Pensamos que os portugueses viam nas fronteiras além-europa o vazio. O vazio como que esperando pelo toque salvador da civilização católica, do Estado moderno e da inserção no circuito comercial europeu. Neste vazio, a cultura, os saberes e fazeres dos povos que por ventura neles habitassem era considerado, especialmente se não fossem cristãos e, é claro, não eram, e se não praticassem comércio ou não produzissem riquezas à maneira européia.

Daí o vazio humano, mas o vazio civilizacional e econômico, espaço que deverá ser ocupado em nome da fé e do engrandecimento do Estado através da conquista e da ocupação e pelos impulsos da busca de riqueza fácil. Produziu-se então, em relação a estes “vazios”, a visão do bizarro, do demoníaco ou dos hábitos pecaminosos em referência a estes lugares incrivelmente, esta visão foi associada exatamente ao estado de liberdade em que viviam os povos destes lugares. Liberdade que irá contaminar os portugueses na América, o que, aos olhos lusitanos, irá exigir mais ainda a ação missionária e a mão forte dos agentes governamentais no sentido de impedir que os luso-americanos sucumbissem a sua sedução e, ao invés de combater o pecado, passassem a vivê-lo. Tomemos as palavras de Laura de Mello e Souza (1986),

Quais os pecados? Vícios da Carne – o incesto com lugar de destaque, além da poligamia e dos concubinatos – nudez, preguiça, cobiça, paganismo, canibalismo. Havia muitas mulheres para um só homem e alguns têm por mulheres a própria filha. (...) a mais preguiçosa gente que se pode achar, porque desde a manhã até à noite, e toda a vida, não tem ocupação alguma. Humanidade esquisita, anti-humana, meio monstruosa, diferente pecadora. Seriam homens mesmo? Poderiam ser convertidos, receber a palavra divina? (MELLO E SOUSA, 1986, p.47)

Como podemos observar, a luta contra o profano, contra o pecado na acepção cristã em sua especificidade lusitana relacionada ao desconhecido – vazio que se abre com a

conquista é um fator essencial para a propulsão da colonização e ocupação das terras americanas pelos portugueses.

Ao lado de Capistrano de Abreu, como se sabe, Euclides da Cunha é um dos primeiros a avançar no sentido de empreender a sistematização de um olhar sobre os sertões. Ao procurar transmitir o mundo do sertão para o leitor, transmite a sensação de sentir-se estrangeiro em seu próprio país.

A radicalidade da diferença entre o ambiente e a sociedade que conhecia e aquele meio em que se deparava (...) põe em questão a existência de um Brasil único. E mais, passa a duvidar das possibilidades de uma nacionalidade convivendo com fossos profundos entre suas regiões. (CUNHA, 2000)

O sentimento de “estrangeiridade” de quem está no sertão não decorreria apenas de uma questão espacial, da longa distância que o separa dos grandes centros urbanos, mas principalmente de uma distância temporal, fato que acabava por comprometer a própria nacionalidade.

O sertanejo, para Cunha, é *retrógrado*, e não degenerado. Seu atraso se deve ao abandono a que foi relegado, e não aos condicionamentos e determinações de ordem genética. A civilização seria capaz de sincronizar os tempos sociais do sertão e do litoral, trazendo para o nosso tempo “aqueles rudes compatriotas retardatários”.

A diferença entre tempos sociais poderia ser conciliada pela ação governamental, encarregada de trazer os espaços atrasados e incultos para a civilidade. Como missionário do progresso, Euclides da Cunha deseja integrar o sertão à vida nacional.

À medida que a República busca se organizar no Brasil, nas três primeiras décadas do século passado, o pensamento social se desvia do local, da terra, para se concentrar no vivente desse local, o brasileiro.

Esta busca de uma categorização do sertão a partir do etno, das unidades de sentido constituintes da língua portuguesa, deriva, como se sabe, de Euclides da Cunha (2000), que, por outro lado, parece ir além da palavra, implicando o elemento ideológico propriamente dito, ao afirmar que o sertão é o “lugar inculto, distante das povoações ou das terras cultivadas, longe da costa”.

Encontramos em Sérgio Buarque de Holanda uma caracterização do homem brasileiro que nos parece bastante produtiva para pensar o sertanejo, qual seja, a *cordialidade*, entendida como uma mentalidade cultural construída ao longo do processo histórico.

O *homem cordial* constitui uma síntese da herança colonial portuguesa, responsável pela gestação de uma sociedade onde predominam relações sociais pessoalizadas, afetivas, particularistas e clientelistas. (HOLLANDA, 1993)

A cordialidade, nossa marca registrada, é ao mesmo tempo um obstáculo e uma proteção. Obstáculo, porque vez que bloqueia a instauração de um verdadeiro espaço público democrático onde deveriam predominar relações sociais impessoais. Mas também uma proteção, já que pode evitar os excessos de uma sociedade moderna ultra-racionalizada, burocratizada e impessoal.

Ora, é justamente um dilema como esse que caracteriza a *História Social* de Oliveira Vianna e está sintetizado no conceito de espírito do pré-capitalismo. Ele traduz a convicção da impossibilidade de superação total de uma certa mentalidade e realiza a operação intelectual que transfigura esta condição (de atraso, de inferioridade) em uma virtualidade capaz de apontar ao país um caminho específico que é, por isso, o mais adequado e o melhor para nós.

Mas a aproximação pode ser ainda maior. Nos dois textos, ambos os conceitos são produzidos a partir de um cuidadoso diagnóstico histórico que tem como momento fundamental da análise o processo de colonização.

Tanto Oliveira Vianna quanto Sérgio Buarque de Hollanda, ao realizarem um esforço para compreender a sociedade brasileira, a interrogação básica sobre a existência ou não de uma mentalidade, de uma cultura nacional. Se essa mentalidade existe, suas características só poderão ser compreendidas a partir da experiência da colonização portuguesa, o que remete esses autores necessariamente ao tema da ocupação territorial e, portanto, às questões da grande propriedade e do trabalho escravo. (OLIVEIRA VIANA, 1973)

O ponto fundamental a ser observado na análise de Hollanda é que a *cordialidade* do homem brasileiro é uma realização da cultura ibérica. São as características desta cultura que permitem compreender o tipo de exploração colonial aqui estabelecido e as características do ruralismo que marca a sociedade brasileira. A colônia é um projeto da metrópole.

A centralidade do estudo da tradição ibérica é, portanto, óbvia. Falar dela é falar do Brasil colonial, ou mais, é falar do Brasil até 1888. De uma maneira muito sucinta, importa acentuar aqui algumas características dessa tradição que são fundamentais para a construção do conceito de cordialidade.

O ruralismo, que é a base do Brasil colonial e que pode ser traduzido pela atividade de exploração da terra com escravos, origina-se da "ética da aventura" que cultivava a audácia e também a imprevidência, a instabilidade e a ociosidade.

A abundância de terras disponíveis e o desleixo do português, ao mesmo tempo intrépido e acomodado, produziram no Brasil a grande propriedade rural, resolvendo-se o problema do trabalho com a escravidão negra. O que se queria era riqueza, "mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho". (HOLLANDA, 1992)

É nesse meio rural que o clima e as condições físicas apenas ajudam a conformar, que se desenvolvem as relações sociais próprias da herança portuguesa. A grande propriedade, autônoma e isolada, e a família colonial são o seu berço.

Daí, para Sérgio Buarque, as características desta cultura, deste homem cordial. Como o modelo de relações sociais é o *ethos* doméstico centrado na autoridade patriarcal indisputada e pessoalizada, a solidariedade que existe ou que se nega é a que passa pelos sentimentos. É justamente esse fato capital que esclarece o aparente paradoxo de um comportamento que oscila da indisciplina anárquica à obediência fidelíssima.

A cordialidade explica por que não temos certas formas de associativismo e por que, a despeito disso, temos atividades coletivas: temos um outro tipo de solidariedade. Neste momento da análise, Sérgio Buarque distingue as categorias de cooperação e prestância, por um lado, e de competição e rivalidade, por outro.

A plasticidade da colonização portuguesa estaria, assim, na raiz da ambivalência de nossa cultura nacional, branca e européia por origem e força, mas igualmente índia e negra por formação e tradição. Este o dilema e também a riqueza de nossos impasses nacionalistas, manifestem-se eles em propostas literárias, políticas ou sociais. No último capítulo de *Visão do Paraíso*, Holanda destaca o espírito imediatista, aventureiro e realista do português do ultramar – marinheiros, colonos, mercadores e cronistas como fator que contribuiu. (HOLLANDA, 1992)

Para Buarque de Holanda, é comparativamente reduzida entre os portugueses quinhentistas, no contato com os novos mundos, a sedução pelo desconhecido e a existência de um cenário maravilhoso, feito de suas experiências, mitologias ou nostalgias ancestrais.

São razões menos especulativas, em geral, ou fantástica, do que propriamente pragmáticas o que incessantemente inspira aqueles cronistas, ainda quando, em face do espetáculo novo, chegam a diluir-se em êxtase enamorados”. (HOLLANDA, 1992)

Para ele, a fisionomia “moderna” da monarquia portuguesa prematuramente centralizada tornou possível a obra pioneira de seus navegantes, servindo também para resguardar, em vez de dissipar, certos traços antiquados da sociedade e da mentalidade

portuguesa. Haveria assim um *conservantismo* e um realismo fundamental nas descrições dos viajantes, que os aproximaria dos cronistas medievais, influenciados ainda pelos modelos humanísticos. Sua obra ultramarina, segundo Sérgio Buarque de Hollanda, seria, assim, marcadamente conservadora.

No Brasil, a presença ativa da Coroa, expressão da sua acentuada e precoce centralização política, espelha-se, na medida do possível, na administração colonial, e se faz sentir desde que principia a colonização oficial. É ela, sobretudo que busca manter aquele sistema de povoamento litorâneo, permitindo contato mais fácil e direto com a metrópole, ao mesmo tempo previne, ou toma exclusivamente para si as entradas ao sertão, tolhendo aqui, sobretudo, o arbítrio individual.

Contudo, não se deve crer, conforme Sérgio Buarque de Hollanda, que essa preferência atribuída ao povoamento litorâneo significasse o resultado de uma política sabiamente dosada e calculada em todos os seus detalhes. Melhor seria dizer que se impôs naturalmente, na medida em que Portugal encontrou pronta a fórmula corrente até então, e desde remota Antigüidade, entre os povos colonizadores, principalmente italianos. Só lhe cabia aplicá-la. Estaria aqui um dos lados do conservantismo que caracteriza largamente a ação colonial portuguesa.

Por último, ele indica que a persistência desse tipo de colonização litorânea poderia resultar também de uma fidelidade aos padrões e imagens mais familiares a um país onde a parcela mais ativa da população se adensava junto às praias, às bocas dos rios navegáveis, “entregue à faina do comércio e também aos misteres da navegação, das pescarias, do tráfego das salinas... O país vive, a bem dizer, do exterior e para o exterior”. (HOLLANDA, 1992, p.370-371)

No capítulo II, do mesmo livro, Sérgio Buarque aponta para o caráter imediatista do português conquistador e colonizador, quando afirma que a exploração portuguesa dos

trópicos não se processou por um empreendimento metódico e racional, mas antes com desleixo e certo abandono, típicas atitudes de homens que encarnavam o tipo do aventureiro, para quem “o objeto final, a mira de todo o esforço, o ponto de chegada, assume relevância tão capital, que chega a dispensar, por secundários, quase supérfluos, todos os processos intermediários. Seu ideal será colher o fruto para plantar a árvore”. (HOLLANDA, 1992, p.12-13)

O aventureiro tem uma concepção espaçosa do mundo, ele ignora as fronteiras, vive dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes. É justamente este espírito aventureiro do português que está por trás da visão da terra do Brasil como um grande sertão, vasto, vazio, mas que está em toda parte. Uma fronteira imaginária que pode ser ultrapassada a todo momento, sendo empurrada para o interior.

Seu espaço interior era mal modelado e mal reconhecido, mal nomeado e mal representado, de costas voltadas para a fronteira marítima, zona que era sinônimo de movimento, de apropriação do espaço, de humanização da paisagem, “de um conhecimento rápido e superficial, de um olhar sem ver o “outro”, sem reconhecer bem as diferenças, porque nunca se olhou bem para dentro de si próprio”. (HOLLANDA, 1992, p.83)

De fato, parecia mais fácil para os portugueses exprimir graficamente, sob forma cartográfica, a sua apropriação do espaço externo do território metropolitano, do que mapear o interior de seu país, o que só ocorreu em meados do século XVI.

A forma de “ver” do português era o olhar do mercador – os portugueses queriam mercadejar e tratar de seus negócios – o que ele vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho. A mesma, em suma, a que se tinha acostumado a alcançar na Índia com as especiarias e os metais preciosos. E a riqueza tinha que ser rápida, quase imediata, por isso não importava muito aos colonizadores povoar e

conhecer mais do que as terras da marinha, por onde a comunicação com o Reino fosse mais fácil. (HOLLANDA, 1992, p.88)

Não era interessante aqui empreender grandes obras que acarretassem maiores despesas e resultassem em prejuízo para a metrópole. Os benefícios deveriam ser imediatos, para que se cumprissem o preceito mercantilista segundo o qual a colônia deveria complementar a economia metropolitana.

Está presente aí um outro aspecto importante para caracterizar essa colonização, ligado ao seu caráter litorâneo, que é o seu caráter de exploração comercial e de “feitorização”. Desta forma, a cidade sintetiza a necessidade de ordenar esse espaço, da mesma forma que a Região Colonial expressa a dominação exercida pelo colonizador sobre o território da colônia, seus processos adaptativos e as formas de associação estabelecidas a partir dos interesses da face metropolitana. A própria origem do termo – região = regere, comandar, supõe uma dominação sobre um espaço.

Raízes do Brasil é uma tentativa audaciosa de empreender uma “arqueologia” do nacional. Toda a obra é atravessada pela indagação a respeito das condições de possibilidade da convergência entre um *ethos* cordial e os postulados de uma ordem racionalizadora e formalista. Para responder à questão, Sérgio Buarque de Holanda remonta ao período colonial, buscando a gênese deste *ethos* e da cultura que o materializa, de maneira a esclarecer os princípios que orientariam a conduta do brasileiro. (HOLLANDA, 1993)

De acordo com este autor, a colonização do Brasil foi profundamente marcada pelas peculiaridades da cultura ibérica, notadamente por sua extrema valorização da autonomia da personalidade. Trata-se da cultura da "sobranceria", na qual cada um tenta elevar-se diante dos demais, demonstrando independência, prestígio e superioridade.

Numa cultura com tal característica, as condutas seriam sempre orientadas por um espírito de *fidalgua*, relacionado à percepção de uma dignidade e mérito próprios e

singulares. Trata-se, portanto, de uma sociedade hierarquizada, onde a recusa de qualquer valor igualitário obstaculiza relações horizontais de tipo associativo, ao mesmo tempo, que em que demanda de um "princípio unificador externo [...] representado pelos governos". (HOLLANDA, 1993)

O Estado aparece, assim, como pólo ativo numa relação em que a sociedade, marcada pela presença de indivíduos que buscavam permanentemente a fidalguia, mostrava-se incapaz de qualquer iniciativa em direção ao autogoverno. Com efeito, conforme vislumbra Hollanda, numa sociedade marcada tão profundamente pela “exaltação extrema da personalidade”, o único princípio político capaz de ordenar a vida em sociedade é a obediência: "não existe [...] outra sorte de disciplina perfeitamente concebível além da que se funde na excessiva centralização do poder e na obediência". (HOLLANDA, 1993)

Este espírito de fidalguia, característico da cultura ibérica, orientou a colonização. A busca de riqueza fácil, de notoriedade e de prosperidade sem custo foi um traço marcante da presença portuguesa no Novo Mundo. Tal traço conformaria o que Sérgio Buarque, na trilha de Max Weber, chamou de “ética da aventura”, à qual se contrapõe a “ética do trabalho”, ou seja, aventureiro e trabalhador são “tipos-ideais” construídos pelo autor que ressaltam, no primeiro caso, uma conduta baseada, sobretudo, na adaptação às condições vigentes, de maneira a obter recompensa imediata, e no segundo, um empreendimento metódico racional, com vistas a uma compensação final.

A colonização do Brasil para Hollanda teve como "elemento orquestrador" a aventura. A plasticidade característica deste *ethos* foi a responsável pela adaptação do português aos trópicos, pela ocupação do território e, principalmente, pela montagem de um sistema de geração de riqueza baseado no latifúndio e na mão-de-obra escrava. No caso brasileiro, não há colonização, senão *feitorização*; afinal, colonizar remete à idéia de um projeto, e no pensamento de Hollanda, esta talvez, não participaria do horizonte português.

A configuração desse cenário ruralizado, de características patriarcais e tradicionais, não poderia deixar de ter implicações políticas. Segundo Sérgio Buarque, a principal destas implicações foi a extensão do domínio do proprietário, baseado em laços afetivos e emocionais privados, a dimensão pública da vida. Igualmente, o domínio público conformou-se com a imagem e a semelhança do modelo da família patriarcal que lhe fornecia, de um lado, a imagem do poder e da autoridade, de outro, da obediência e coesão social.

A partir da segunda metade do século XIX, ainda que se assistisse no Brasil a uma crescente urbanização e expansão das tarefas administrativas do Estado, o perfil das novas classes urbanas permaneceu influenciado pelo patriarcado rural, e a própria expansão das funções do Estado seguiu a lógica particularista e clientelista imposta a partir do mundo rural. O patriarcado rural, um tipo de domínio que transpunha para o mundo público padrões de relacionamento tipicamente privados, baseados em laços afetivos e relações pessoais e avessos a qualquer tipo de abstração por meio de normas racionais e impessoais.

A síntese da herança colonial e do domínio do patriarcado rural é denominada cordialidade. A cordialidade é um "padrão de convívio humano" que tem como modelo as relações privadas características do meio rural e patriarcal é a expressão legítima de "um fundo emotivo extremamente rico e transbordante". À cordialidade Sérgio Buarque opõe a "civilidade", que tem como base uma noção ritualística e procedural da vida, baseada em mandamentos e sentenças impessoais.

A civilidade expressaria, ainda, uma certa polidez com a qual o indivíduo conduziria suas relações sociais. A "polidez" compreendida como se fosse uma máscara ou disfarce, que protegeria o indivíduo, as suas emoções e sensibilidades ante as exigências sociais, mantendo-o todo poderoso diante da sociedade. Já com a dita cordialidade, dar-se-ia o oposto.

De fato, a cordialidade denota uma aptidão para o convívio social. Sem a proteção do procedimento, do ritual e da polidez, característicos da civilidade, o indivíduo está permanentemente exposto às vicissitudes de uma socialização na qual suas idiosincrasias são dissolvidas no interior de relações parciais e familiares de fundo emotivo, transformando-o numa espécie de parcela ou periferia da sociedade.

2.2 – REALIDADE E DISCURSO

As balizas ideológicas do ciclo da Revolução de 30 - a vocação rural da nação e da disjunção entre o país real e o país legal, o que levaria, para sua superação, à necessidade de um Estado forte e centralizado. Esta última distinção encerra uma dimensão territorial: o país legal seria o país urbano, cosmopolita, enquanto que o país real seria o mundo rural onde “jaz” o cerne da brasilidade. A instauração do regime federativo no país representou seu desmembramento e a exacerbação do isolamento dos municípios.

Como já foi amplamente explorado na literatura, o tema da redenção do mundo rural permeava o projeto de um importante setor da intelectualidade brasileira, do qual fazem parte Euclides da Cunha, Monteiro Lobato e Oliveira Vianna.

Para Vianna, "o brasileiro, entregue a seus pendores e instintos, é antes de tudo um homem do campo. (...) É este o traço realmente nacional de seu carácter". (OLIVEIRA VIANNA, 1973). Essa visão se associava à noção paralela de que a industrialização representava um processo artificial. O debate corrente na década de 30, em que se alinhavam os críticos das "indústrias artificiais", por um lado e os ideólogos da industrialização, por outro, é marcado fortemente, como se sabe, pelo tema do agrarismo introduzido por Vianna.

O processo de urbanização era também visto não só como artificial, mas também como profundamente danoso ao país, intimamente associado à degeneração do caráter nacional, em sua visão “o que está dando à nossa sociedade essa aparência de corrupção e degeneração (...) pode-se compendiar nesa formula synthetica: tendência, de origem recente, das classes superiores e dirigentes do paiz a se concentrarem nas capitães”. (OLIVEIRA VIANNA, 1973)

Antecipando as críticas contemporâneas da burocratização da vida política, Vianna afirmava que

O império, a relação social dessas duas classes (doutores e políticos) podia ser figurada pela equação: *político mais doutor = fazendeiro*; na República, esta equação se altera e passa a ser formulada assim: *político + doutor = burocrata. Parece nada; mas, é uma revolução.* (OLIVEIRA VIANNA, 1973, p. 26, grifado no original)

O que Vianna estava criticando é, na realidade, o patrimonialismo, ou seja, a expansão de um sistema político caracterizado pela existência de uma classe cada vez mais numerosa de profissionais da política, que tem no aparelho burocrático do Estado o instrumento de sua reprodução social.

O mundo urbano constitui-se, no “locus” privilegiado desse estamento burocrático que é o germe dos faccionalismos de toda ordem. A equação de Vianna formulada em termos contemporâneos é que a urbanização equivaleria à expansão do patrimonialismo. O caráter esparso e rarefeito da urbanização do país, restringindo-se à faixa costeira e em função do comércio exterior, expressaria, seu conteúdo artificial e anômalo: “as cidades estavam de costas para a nação”.

Entretanto, a reflexão sobre o desenvolvimento econômico nas economias periféricas nos anos 50 era basicamente sustentado por dois grandes paradigmas. O primeiro deles considerava que o crescimento dependia da injeção em doses maciças de capitais nacionais e estrangeiros adequadamente controlados por um Planejamento. Essa idéia

ganhava verossimilhança frente ao desenvolvimento das economias européias no pós-guerra, sobretudo com o Plano Marshall empreendido pelos EUA.

O segundo paradigma extremamente radical e oposto ao primeiro, nos países subdesenvolvidos, dado o caráter parasitário do capital e a resistência das classes dominantes a qualquer transformação, considerava que só uma revolução poderia levar ao desenvolvimento econômico e social.

Por outro lado, Holanda vê o familismo como “amoral”, conforme o denominou, seria a expressão cultural, psicológica e moral da combinação de uma série de condições peculiares à região, que vão desde sua estagnação econômica à estrutura familiar.

Sérgio Buarque vê com desconfiança as tentativas de ingresso no moderno e de instalação de uma ordem liberal-democrática no Brasil: "a democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido". (HOLLANDA, 1993)

Os ensaios de modernização e democratização do Brasil "partiram sempre de cima para baixo", baseados na crença intelectualística dos "pedagogos da prosperidade" de que a razão é por si, e em si, suficiente não apenas para ordenar politicamente a nação, mas também para dotar-lhe de novos hábitos, costumes e sobretudo de nova feição social.

O resultado desse esforço intelectualista foi a "separação da política e da vida social", o que talvez seja melhor expresso na fórmula partilhada pelos intelectuais dos anos 20-30: "país legal *versus* país real". O problema, aqui, é que o país real não se reconhece no país legal, dando origem a um quadro de profunda heteronomia. Onde as "constituições [são] feitas para não serem cumpridas, [e] as leis existentes, para serem violadas", o recurso à força para manter a ordem é a regra.

*

Em oposição à Região Colonial está o sertão - território do vazio, o domínio do desconhecido, o espaço ainda não preenchido pela colonização. É, por isso, a terra sem lei, lugar sem conforto devido ao vácuo de civilização, reino absoluto da liberdade e do desregramento, espaço habitado por bandoleiros, facinorosos e selvagens onde a desordem imperava espaços da exacerbação da violência e inorganicidade administrativa, chamado de zonas de *nom-droit* onde significava que a arbitrariedade era a regra. (ANASTASIA, 2005, p.23)

Ao mesmo tempo, se conhecido, pode se institucionalizar politicamente a região, garantir a previsibilidade da ordem, deixando de ser sertão para constituir-se em Região Colonial. É a colonização que vai preenchendo este espaço vazio.

Podemos observar que a obra da colonização não se processou de forma homogênea em toda a extensão da colônia portuguesa. É na costa, com o surgimento da região da agricultura mercantil escravista, que a atividade colonizadora se processará em primeiro lugar, de forma a atender aos interesses da face metropolitana.

Nossa proposta é deslocarmos esse olhar para um outro espaço, constantemente mencionado e que aparece em oposição mesmo à Região Colonial, tal qual a caracterizamos. Este surge como o território do vazio, do desconhecido: o interior, o sertão.

Nossa intenção, ao falarmos de um “deslocamento do olhar”, não se limita a uma simples mudança de objeto – do litoral para o sertão. Propomos não só um novo objeto, mas principalmente um novo olhar sobre este. Em se tratando de um espaço desocupado e desconhecido, este território do vazio, como num jogo do absurdo, era ao mesmo tempo povoado de imagens.

Esta seria uma outra perspectiva de análise do sertão, onde à idéia de construção, este aparece através de imagens construídas a partir de diferentes percepções e visões que, por sua vez, dependem das diferentes leituras que dele fizeram os homens daquela época. Em suma, estas imagens foram construídas a partir dos elementos existentes no imaginário daqueles homens, daquele tempo. Estaríamos entrando aí no território do imaginário e da imaginação social.

Sabemos que todas as épocas têm as suas modalidades específicas de imaginar, reproduzir e renovar o imaginário, assim como possuem modalidades específicas de acreditar, sentir e pensar.

Os imaginários sociais constituem outros tantos pontos de referência no vasto sistema simbólico que qualquer coletividade produz e através da qual ela se percebe, divide e elabora os seus próprios objetivos. É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade, elabora uma certa representação de si, estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais. (BAZCO, 1985, p. 309)

Os sistemas simbólicos em que se assenta e através dos quais opera o imaginário social são construídos a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivações. Assim, podemos dizer que “os imaginários sociais operam ainda mais vigorosamente, talvez, na produção de visões futuras, designadamente na projeção de angústias, esperanças e sonhos coletivos sobre o futuro”. (BAZCO, 1985: p.309)

É sob essa ótica que procuraremos trabalhar com o sertão – como uma imagem que ultrapassando a noção espacial de simples oposição à costa, aparece de maneira recorrente no imaginário social ⁴, carregada de significados e valores, constituindo assim um conjunto de representações que ultrapassam os limites colocados pelas constatações da experiência e pelos encadeamentos dedutivos que estas autorizam. São representações que traduzem uma certa visão de mundo e revelam um certo quadro sociocultural de uma

⁴ Para maior aprofundamento verificar VIDAL E SOUZA, Candice. *A Pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Editora UFG, 1997.

determinada época – o Renascimento português – entendido como um movimento de superação, um processo dialético, em que os elementos culturais são eliminados ou conservados ao mesmo tempo. Superação feita de continuidade e descontinuidade, eliminação e conservação, jamais ruptura total com a Idade Média.

Assim como no imaginário europeu dessa época, o Brasil aparece simultaneamente como *paraíso e inferno*, as imagens do sertão construídas por nossos cronistas e viajantes trazem, também, a marca destas contradições e oposições presentes no universo mental dos homens dos descobrimentos e do Renascimento. (MELLO E SOUZA, 1986)

Dessa forma, o sertão aparece por meio de imagens em oposição, que trazem tanto um sinal positivo, representando, por exemplo, o lugar onde se encontrará a riqueza tão desejada, como com um sinal negativo, representando o medo, o desconhecido, o vazio.

2.3 – COLONIZANDO O SERTÃO

Durante o século XVII, a expansão territorial da colonização portuguesa no Brasil, que desde o início do século XVI se concentrava na faixa litorânea, se intensificou com a ocupação de novos territórios além do litoral, no interior da colônia. É claro que houve iniciativas anteriores nesse sentido.

Todavia, como dissemos, foi no século XVII que esse processo se intensificou. Entre os fatores que levaram os portugueses a tal expansão, a historiografia brasileira tem destacado os efeitos da União-Ibérica (1580-1640) que deu tanto aos portugueses, quanto aos espanhóis da América, liberdade em relação ao Tratado de Tordesilhas; o bandeirismo que, na sua busca desenfreada por índios para o cativo e pelos metais preciosos, adentraram os

chamados sertões – sobre o que discorreremos mais adiante; a pecuária quando se desvinculou da *plantation* açucareira nordestina e adentrou o espaço territorial da colônia pelo rio São Francisco, pelo sertão nordestino e pelo sul; e a ação jesuítica que em sua missão de evangelização levou a colonização ao interior distante. (MÄDER, 1995)

Há que se ressaltar as tentativas de invasão de outros europeus, como os holandeses no Brasil, que forçaram os portugueses, não somente através dos combates aos batavos, mas também aos índios que àqueles se aliavam, a promover expedições para o interior, bem como o de garantir o controle do litoral. No caso do Norte de Minas, uma das expedições fundadoras da sua ocupação pelos portugueses, a do bandeirante Matias Cardoso (mestre de campo), tinha como finalidade o combate aos índios “indômitos” da Confederação dos Cariris.

Partindo de uma abordagem mais geral, os mecanismos da ocupação inicial da colônia pautavam-se em três fatores: o militar na luta contra os invasores de outras potências européias a partir do que, à conquista, seguia-se a fundação de uma fortificação para assegurar a posse e para criar as condições de consolidação da colonização; o religioso que complementava a conquista através da evangelização do gentio pacificado; e o econômico a partir da introdução da *plantation* açucareira no litoral do Nordeste.

Na dinâmica da colonização, outros fatores se conformaram em relação com os primeiros que acabavam por levar a colonização portuguesa para o interior da colônia. Entre eles, destacamos a pecuária e o bandeirismo.

A pecuária, segundo Caio Prado Jr. (1985), determinou a ocupação do interior nordestino e, depois de garantir a ocupação do vale do rio São Francisco, progrediu para o Norte. Assim, o autor, em relação à ocupação do interior nordestino,

Sua base econômica será sempre a pecuária, e os grandes focos de irradiação continuarão sendo Bahia e Pernambuco. Partindo do primeiro e alcançando em meados do século XVII o rio São Francisco, a disposição das fazendas de

gado tomará daí por diante duas direções. Uma delas subirá pelo rio acompanhando seu curso. Tornar-se-á mais acentuada e rápida quando começa o povoamento das minas, que servirão de mercado para a carne produzida nas fazendas do alto rio (...). Outra direção que toma a progressão das fazendas de gado depois de atingido o rio São Francisco, é para o Norte. (PRADO JR., 1985, p.66)

A pecuária, conforme coloca Prado Júnior, foi essencial para a ocupação de algumas regiões interiores da colônia veremos mais adiante, foi fator fundamental, mas não o único, para a ocupação do Norte de Minas Gerais.

O bandeirismo⁵ foi outro fator de suma importância para a ocupação do Norte de Minas, teve como centro irradiador a capitania de São Vicente (São Paulo). Daí serem os bandeirantes também chamados de paulistas. Em São Vicente, o fato de não se ter conseguido desenvolver uma atividade agroexportadora de larga escala e, em contrapartida, terem se desenvolvido as atividades de subsistência, ao mesmo tempo em que se contava com uma população euro-americana considerável, tudo isso associado ao desinteresse da administração colonial pela região graças mesmo à sua improbidade econômica diante dos interesses lusitanos, desenvolveu-se um relacionamento precoce com o interior comprovado pela transferência do núcleo de convivência urbano do litoral – São Vicente para a serra onde foi fundada a vila de São Paulo de Piratininga.

Este relacionamento que, culturalmente, era também com o gentio, que os paulistas utilizavam como mão-de-obra escrava sempre que possível comercializada com outras regiões da colônia antecipou a prática de penetração pelo interior impulsionada depois pelas expedições de combate aos quilombos e mais tarde pela prospecção mineral.

A historiografia brasileira divide o bandeirismo em três fases, a saber: o sertanismo de contrato, o de apressamento de índios e o de prospecção. De acordo com Nelson Werneck Sodré (1962), o bandeirismo de aprisionamento de índios teve por ocasião

⁵ Para maior aprofundamento ver VASCONCELLOS, Salomão de. *Bandeirismo*. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1944.

da invasão holandesa no litoral nordestino, um momento de impulso. O autor acredita que a presença dos holandeses no Nordeste desorganizou o tráfico negreiro para as regiões não diretamente sob seu controle e isso deu aos paulistas a oportunidade que precisavam, do ponto de vista econômico, de transformar o aprisionamento de índios, que já praticavam uma atividade lucrativa. Quanto ao sertanismo de contrato, foi favorecido pela intensificação da formação de quilombos a partir da fuga de escravos das fazendas produtoras de açúcar e pelas guerras contra o gentio resistente à colonização, enquanto o sertanismo de prospecção mineral ganhou força pela decadência dos negócios do açúcar, após a saída dos holandeses que rearticulou o mercado daquele produto de forma a diminuir as exportações nordestinas.

Mas quem era o bandeirante? De acordo com Hollanda (1992), o bandeirante era um europeu adaptado ao meio brasileiro pela apreensão das técnicas e conhecimentos indígenas que lhes serviam em sua vida material. Porém sem deixar de ser europeus e de manter suas feições personalistas, na perspectiva do lusitanismo, de buscar a riqueza fácil e o status nobiliárquico. Utilizando as palavras de Hollanda,

Se junto às paragens povoadas, o europeu, graças sobretudo à importação de instrumentos metálicos – machados, enxadas, cunhas, anzóis de ferro -, ao conhecimento de meios relativamente simples de obter fogo, e finalmente ao plantio de certos vegetais oriundos de outros climas, conseguiria vencer entre nós muitas das limitações impostas pelo ambiente, ampliando com isso a base econômica onde descansava a sociedade constituída pelos seus descendentes nestas terras, outras seriam as condições durante longas viagens por lugares ignorados e incultos. Aqui, o adventício tinha de ficar quase inteiramente à mercê dos expedientes inventados pelo selvagem, pois o equipamento técnico trazido do Velho Mundo era muitas vezes inútil em terras que não estivessem preparadas para recebê-lo. (HOLLANDA, 1992, p.62)

O que pretendemos com essa citação de Hollanda é demonstrar que os bandeirantes, pela sua adaptação ao interior da colônia e pela apreensão dos conhecimentos e técnicas indígenas, era o português-brasileiro mais apto à “conquista e ocupação do interior”.

Devido à característica do personalismo e da busca de riqueza fácil, por atalhos, típica dos ibéricos, como pretende Buarque, o bandeirante cumpriu o seu papel de conquistar e ocupar, mas, colocou mais tarde algumas dificuldades às autoridades portuguesas no sentido de controlar a região por eles ocupada.

Além da pecuária e do bandeirismo, podemos também destacar como fatores de ocupação do interior da colônia portuguesa a mineração, a ação missionária dos jesuítas, a necessidade de demarcação das fronteiras territoriais da colônia nos limites das áreas de colonização portuguesa e espanhola e, como derivados da dinâmica colonial, a formação de quilombos e o peso do fisco e da administração lusitana que, ao ganhar contornos repressivos e de abusos tributários, bem como de controle rigoroso das atividades comerciais, produziram dialeticamente a sua outra face, a sonegação e o contrabando que, por sua vez, levaram ao maior rigor do controle fiscal e da repressão.

Isso fez com que muitos colonos, especialmente na região mineradora – onde o peso do fisco era maior, perseguidos ou não, fugissem para as áreas que os tentáculos da administração colonial ainda não haviam alcançado. Entre as várias rebeliões do período colonial, quase todas elas ocasionadas por aquele caráter abusivo do fisco colonial, destacamos os Motins do São Francisco ou dos Sertões. (ANASTASIA, 1983)

Ocorridos em uma região isolada pelo difícil acesso e pelas determinações da administração colonial com vistas à coibição do contrabando e do desvio do ouro para a região através do comércio de gado por homens que não aceitavam e nem se submetiam aos abusos fiscais. Sobre isto, assim escreveu Martinho Mendonça, governador substituto de Gomes Freire de Andrade, em carta de 29 de junho de 1736:

No sertão houve duas assuadas, uma contra o juiz do Papagaio que ia tirar uma devassa na barra do Rio das Velhas, outra nos confins da Capitania para a parte do Rio das Velhas, digo Rio Verde, contra o comissário André Moreira de Carvalho, encarregado da cobrança da Capitação, e suposto que só contassem de vadios que, como diziam, não queriam que se tirasse

devassa aonde nunca se tirou nem se cobrasse direito algum Real aonde só se devia o dízimo a Deus, que não fizesse ofensa ou desacato por obra do Juiz ou Comissário, e, contudo avisado que eram fomentados mandei que o Desembargador Francisco da Cunha Lobo passasse a tirar devassa do que sucedeu em Rio Verde, e o Doutor João Soares Tavares da mesma sorte pelo que tocava à beira do Rio das Velhas.

No trecho, percebemos a preocupação das autoridades coloniais em estender o seu poder aos lugares mais afastados dos centros decisórios coloniais, no caso, os sertões que correspondem mais ou menos ao atual Norte de Minas, onde a população adventícia se negava, a ponto de se amotinar, à submissão àquele poder. A quase ausência dos expedientes de controle administrativo colonial, ou pelo menos a dificuldade encontrada pela administração colonial em se estender para os sertões, nos permite dizer que sua ocupação se deu também em função desta “liberdade” que quando ameaçada levava a sua população à sedição.

Enfim, a ocupação do interior do Brasil no período colonial foi impulsionada pelo caráter personalista e aventureiro lusitano, expresso principalmente no bandeirismo; pela pecuária; pela mineração; pela ação missionária jesuítica com a sua visão de salvação e pelos derivados da ação colonizadora lusitana a formação de quilombos e a fuga do peso administrativo-fiscal típico da administração colonial portuguesa que levava a um movimento em direção às áreas afastadas onde os tentáculos de tal administração não conseguiam chegar.

*

O território responde, em sua primeira instância, às necessidades econômicas, sociais e políticas de cada sociedade e, por isso, sua produção está sustentada pelas relações sociais que o atravessam. Sua função, porém, não se reduz a essa dimensão instrumental; ele é também objeto de operações simbólicas e é nele que os atores projetam suas concepções de

mundo. São, assim, vários os níveis de análise e de escalas espaciais que permitem a compreensão do território, fato que nos possibilita cogitar que são tantos territórios quanto são os enfoques feitos sobre eles. O território se pluraliza segundo escalas e níveis historicamente constituídos e sedimentados, englobando escalas como o local, o município, o estado, a região e o país. Estas diferentes escalas não constituem um *continuum*, mas níveis imbricados ou superpostos.

Dessa maneira, tudo começou na década de 40 do século passado quando se comparou o campo com a cidade. A sociologia rural, especificamente em seus estudos, sempre procurou ressaltar o que havia de característico; ou diferente, nas pessoas que viviam no campo. Essas pessoas, postas em confronto com os citadinos, pareciam muito especiais e, suas características podiam ser atribuídas ao meio em que viviam. Produziam de maneira diferente; para uns: relacionavam-se de forma egoísta e cruel; para outros: eram a própria encarnação da solidariedade. As regras de suas vidas não eram escritas nem formais e abstratas. Provinham de normas antigas feitas à maneira de outras pessoas. Pareciam viver ao ritmo da natureza, lentamente e com sabedoria ou também pareciam ficar a reboque na história, atrasando seu progresso.

Dessa forma, a sociologia rural buscou ressaltar as especificidades da população do campo justamente num período em que este estava começando a sofrer profundas mudanças. A partir do complexo panorama dos anos 50 com a chegada de JK ao poder com a chamada modernização da agricultura que podia ser entendida como a transformação do velho mundo rural pelo padrão de vida industrial/urbano.

Ao tentar acompanhar a maneira como a organização produtiva e a vida social no campo vinham sendo remodeladas pela indústria e a cidade, a sociologia rural agarrava-se, sempre, mais tenazmente nas dimensões resistentes de uma parte da sociedade que parecia destinada à extinção.

De fato, as especificidades do campo iam aos poucos, ou rapidamente, se reduzindo. Apareciam somente em algumas poucas dimensões dos processos produtivos que, embora já fortemente atingidos pela nacionalidade capitalista, ainda dependiam em grande parte daquela "natureza" que a cidade já havia esquecido.

Os modelos industriais e urbanos parecia que iriam impor-se de forma rápida e definitiva ao campo, transformando a agricultura em "um ramo a mais da indústria" e os agricultores em produtores e habitantes suburbanos. Esse destino parecia traçado porque a cidade tinha tudo para oferecer ao campo e este nada tinha que pudesse servir à cidade. Seus modelos produtivos e socioculturais podiam continuar interessantes para alguns poucos cultores da história e do folclore, mas nem aos próprios agricultores interessavam mais.

O que até o final da década de 60 parecia uma tendência inelutável, já na década seguinte, revelou-se possibilidades de arreesamento, produzindo o movimento em sentido contrário, o que os franceses passaram a chamar de "neo-ruralismo". Na prática, o neo-ruralismo expressa a idéia de que uma série de valores típicos do velho mundo rural, e que se pensava estarem em vias de extinção, passariam por um certo revigoramento e começariam a ganhar para si a adesão de pessoas das cidades. Esta forma de ir ao campo, que é a base mais característica do neo-ruralismo, tem no Brasil dimensões completamente desconhecidas, embora seja possível identificar com facilidade, em todas as diferentes regiões do país, um certo número de "novos-rurais". (MARTINS, 1975)

Essas formas de ida ao campo nada têm a ver com o neo-ruralismo, já que o motor desses processos é o velho e tradicional motor da necessidade, da busca dos meios de sobrevivência onde estes homens rústicos estiveram no campo, na cidade, em qualquer canto. O que faz reviver os valores próprios do mundo rural, transformando-os em força crítica das formas como a sociedade inteira se desenvolve, é uma livre escolha bem precisa e particular. Quando as pessoas decidem não mais morar na cidade e não mais trabalhar em profissões

urbanas, resolvendo se mudar para o campo e trabalhar na agricultura ou na criação de animais.

Em síntese, o neo-ruralismo se caracteriza por dimensões afirmativas, como a valorização da natureza e da vida cotidiana, a busca de autodeterminação, do trabalho como prazer, da integralização do tempo e das relações sociais. E, ainda, como o outro lado da mesma moeda, se caracteriza por dimensões negativas: a recusa do espaço e do tempo da indústria, a crítica à ditadura dos papéis produtivos típicos da cidade que dirigem os indivíduos a labirintos de frustrantes relações secundárias.

De qualquer modo, os "novos-rurais" aqui descritos buscam em geral a satisfação de aspirações individuais; mesmo que de suas práticas resulte um casamento entre valores antigos do mundo rural (autodeterminação, natureza, tranquilidade, simplificação das relações sociais) e valores modernos da cidade (racionalidade produtiva, especialização, renovação tecnológica), nossos protagonistas não demonstram grande interesse por uma nova moral produtiva e associativa. Nem mesmo do ponto de vista capitalista são capazes de inovar qualitativamente qualquer aspecto das relações sociais. No máximo, poderiam ser considerados modernizadores do campo.

CAPÍTULO III

IDENTIDADE E REGIÃO

3.1 – OS DE DENTRO E OS DE FORA

A reflexão sobre o conceito de identidade esbarra, necessariamente, nas noções de *contato* e *fronteira*. Do ponto de vista da Sociologia, devemos considerar a idéia – que perpassa o pensamento sociológico desde os interacionistas simbólicos como Goffman, até os contemporâneos, como Giddens – de que é através das interações sociais, ou seja, no *contato* com as instâncias socializadoras (e a mídia atualmente é uma das mais importantes) que a identidade é reconstruída, num processo de redefinição constante do *self*, parte do projeto de construção da identidade.

Para a Antropologia, a problemática da identidade também está relacionada à idéia de *contato*. É no contato com a alteridade que a identidade se impõe, contato este que só é possível na medida em que as *fronteiras* entre grupos são ultrapassadas. Assim, pensar sobre a identidade, ou sobre o que une membros de um mesmo grupo, é, necessariamente, colocar em questão o que distingue, ou separa. O embate entre diferentes pode levar ao reforço de traços identitários próprios de um grupo.

Considerando que a identidade é uma construção social e dinâmica, e que atores sociais utilizam diferentes formas para a construção e reconstrução de suas identidades sociais, as muitas identidades (individuais e coletivas) são ressignificadas permanentemente em função de diferentes mundos e esferas sociais que se interpenetram.

A identidade cultural é constituída a partir de três elementos:

1. A identidade histórica e patrimonial, construída em relação com acontecimentos passados importantes para a coletividade e/ou com um patrimônio sociocultural, natural ou socioeconômico;
2. A identidade projectiva, fundada numa representação mais ou menos elaborada do futuro do território, levando-se em conta seu passado;
3. E a identidade vivida, reflexo da vida cotidiana e do modo de vida atual no território.

A identidade pode conter, em forma combinada, elementos históricos, projetados e patrimoniais. Frequentemente, esses três tipos de identidade imbricam-se para definir e constituir uma identidade territorial que, também, pode, às vezes, ser assumida isoladamente pelos atores sociais. Há singularidades na construção da identidade territorial.

Houaiss atribui à palavra identidade a idéia de algo, personalidade, substância etc., que não é mutável: “estado do que não muda, do que fica sempre igual”. A noção de identidade apontam para conteúdos integrais, originários e unificados. Há uma dificuldade latente, ao lidarmos com o conceito de identidade, quanto à captação de processos e temporalidade dos mecanismos identitários.

Para Stuart Hall,

Já que a 'identidade cultural' carrega consigo tantos traços de unidade essencial, unicidade primordial, indivisibilidade e mesmice, como devemos 'pensar' as identidades inscritas nas relações de poder, construídas pela diferença? (2003, p.28).

Assim, se o conceito de identidade está sob rasura, como sublinha Hall, é preciso pensar no limite e trabalhar com uma abordagem discursiva que leve em conta os mecanismos de identificação. A identificação “envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação

de fronteiras simbólicas, a produção de 'efeitos de fronteiras'. Para consolidar o processo, ela requer aquilo que é deixado de fora – o exterior que a constitui”, toda uma compreensão de identidade como “um outro pensamento” ou “pensamento liminar”: “uma maneira de pensar que não é inspirada em suas próprias limitações e não pretende dominar e humilhar; uma maneira de pensar que é universalmente marginal e fragmentária”, a partir de cujo potencial epistemológico e ético se constrói numa crítica às tradições hegemônicas, através das margens. (HALL, 2003, p. 104-106)

O “grande feito” da modernidade organizada foi transformar o desarraigamento e as inseguranças do final do século XIX numa nova coesão de práticas e orientações. Nação, classe e Estado foram os principais ingredientes conceituais e institucionais dessa façanha, que forneceram o conteúdo substantivo para a construção de identidades coletivas e o estabelecimento de fronteiras. Estas eram as matérias-primas que se encontravam historicamente disponíveis para os participantes da construção da modernidade organizada. Se esta construção pode ser interpretada pela convencionalização de práticas sociais no interior de fronteiras, muitas mudanças recentes podem ser vistas como a erosão de fronteiras e como processos de desconvenção.

Deslocando a discussão para o contexto atual, de radicalização do processo de mundialização da cultura, Stuart Hall (2000) sustenta ainda a noção de *identidades partilhadas* para se referir ao entendimento de que os grupos não mais necessitam ocupar um mesmo espaço geográfico para se identificar, compartilhar universos simbólicos e dominar códigos culturais comuns.

Com a compressão espaço-tempo, constitutiva do processo de mundialização da cultura, o tempo se acelera e as distâncias se encurtam, permitindo um fluxo mais intenso de pessoas e referências culturais, além de uma circulação maior de imagens, informações, idéias e universos simbólicos, pela eliminação da distância enquanto um agente regulador e, por que

não, até certo ponto delimitador das alteridades, tem se observado, por parte dos diferentes grupos que se referenciam etnicamente, uma busca de outros elementos diacríticos e contrastivos - que não a distância -, mas que idealmente se apresentem enquanto veículos transmissores da alteridade para que nessa condição se mostrem expressivos das especificidades mais amplamente culturais. Dadas as suas determinadas características, as especificidades étnicas nos tempos contemporâneos podem vir a se constituir enquanto agentes ativos na constituição de direitos políticos, econômicos ou sociais. (IANNI, 1998, p.33-41)

Daí a importância crescente da categoria Patrimônio Cultural: sua condição de configurador de direitos pela via de uma capacidade bastante expressiva, a própria prospecção, definição e reconhecimento de um dado Patrimônio Cultural em si já pode vir a se apresentar como uma pré-condição, uma espécie de indicador de que direitos poderão vir a ser garantidos, recuperados ou preservados. Haja vista a cada vez mais freqüente luta para a construção de políticas no sentido de uma definição, constituição e preservação dos muitos elementos – materiais ou imateriais –, que podem vir a ser considerados como Patrimônio Cultural.

A definição de algo como sendo um Patrimônio Cultural faz existir uma espécie de garantia esperada para a sua manutenção e por vezes um tipo de estímulo para a reativação das diferentes expressões contidas nas realidades socioculturais em que o Patrimônio se insere, sejam estas históricas, arquitetônicas, étnicas, culturais, materiais ou imateriais.

A idéia de Patrimônio normalmente traz consigo uma imediata associação ao sólido e ao terreno, e essa sua condição de visibilidade, que é quase sempre monumental, faz do Patrimônio uma referência estável se contraposto às condições étnicas e culturais contemporâneas que se apresentam como sendo marcadamente dinâmicas e em contínuo processo de transformação. A história do Patrimônio de um modo geral - e, particularmente,

no Brasil - mostra que o processo que envolve a construção dessa categoria implica também sua constituição enquanto um veículo cuja expressão se espera que se mantenha enquanto um elemento irradiador e responsável por uma ação formuladora de políticas de proteção, conseqüentemente, de políticas de relacionamento.

Nessa direção, entendemos que as comunidades sertanejas do Norte de Minas estão construindo suas identidades a partir de um sistema de relações que não necessariamente se pauta por um tipo de razão dicotomizada entre os pares cultura e natureza, estado e bem comum, identidade e substância.

Os diagnósticos meio apocalípticos, segundo os quais as populações nativas estariam desaparecendo gradativamente, revelam-se cada vez mais insustentáveis, e uma das razões reconhecidas para este processo decorre da capacidade de transformação intrínseca a essas populações. Essa capacidade transforma, sobretudo, os modos de relacionamento, passíveis de serem reconhecidos como uma espécie de política de sobrevivência cultural desses grupos, que explicita em várias formas de trocas mercadológicas, societárias, simbólicas.

O que nos chama a atenção é que as discriminações desses indivíduos somente existem em função de uma vontade que a sociedade urbana tem de diferenciá-los, privilegiando seu “habitus” em detrimento daquilo que seria algo como uma degeneração desse “habitus”. Desse modo, são estabelecidas fronteiras, nem sempre visíveis e transparentes, mas fortes e poderosas, capazes de demarcar os limites que devem ser assumidos para que as pessoas e papéis não se confundam e suas imagens não sejam associadas às de “outros”, dos “diferentes”, que se encontram sob a “chancela” da distorção ou transgressão. Essa análise remete a preconceitos, que geram “marcas” ou rótulos sociais: os estigmas.

Os preconceitos, associados aos estigmas, não são apenas fortes e influentes porque coagem os indivíduos que vitimizam, mas também porque são eficazes pelo processo de internalização de diferenças desqualificadoras que provocam. Essas reflexões se aplicam à sua identidade, auxiliando a compreensão de que existe, de um lado, o perfil hegemônico e “normal”, tido como referência e, de outro, as diferenças que significam distorções e “anormalidades”. Se levarmos em consideração que as palavras, as imagens e o meio circulante dos indivíduos são capazes de afirmar sua aceitação e confiabilidade social, constataremos o quanto a violência da discriminação atinge os indivíduos considerados “diferentes” e “anormais” – em questão, os sertanejos.

A eficácia do preconceito não se reduz à agressão ao corpo físico. As classificações depreciativas, quando “internalizadas” pelas vítimas, são capazes de inibir o exercício da cidadania, justamente por levar o indivíduo a “naturalizar” as imagens preconceituosas que os desqualificam e os fazem sentir “menores” diante dos demais a que são comparados. O olhar e as imagens, já assimiladas individual e socialmente, inviabilizam a identidade que não está “padronizada” ou classificada em níveis de normalidade, ficando relegadas a uma instância invisível.

Não é novidade que grupos sociais, comunidades ou cidades constroem identidades locais que os diferenciam de outros lugares e grupos. No processo de reconhecimento duplo ser visto pelos de “dentro” e pelos de “fora” como pertencendo a uma determinada comunidade. Nesse sentido, é interessante se pensar a construção desses “de dentro” e “de fora” em cidades sertanejas do Norte de Minas. A construção dessas categorias “de dentro” e “de fora” a partir, principalmente depois da vinda da Sudene e seus desdobramentos na vida do “homem rústico” no dizer de Cândido, em que “os de fora”, representados basicamente nos projetos oriundos da Sudene e de suas benesses.

Se no caso do Norte de Minas as relações e construções entre "fora" e "dentro" se dão no seio dos impactos, entendemos que é em torno dessa dicotomia que ser "de dentro" e ser "de fora" se estabelece, pois cada momento é pensado e estabelecido na demarcação entre “os de fora” e “os de dentro”, e na idéia do *pertencimento*. (WOORTMANN, 1995)

Mas eis que a partir da década de sessenta uma distinção extremante forte entre os "de dentro" se estabelece, a distinção entre aqueles que exatamente não participam das “festas” da cidade. Entretanto, esta distinção não é a única existente, não existe uma homogeneidade entre os "de dentro", assim como não existe entre os "de fora". O que se veria seriam distinções hierarquizadas ou melhor, posicionais ou relativas. Nessa direção, os habitantes da comunidade sertaneja, os "de dentro", compõem e recompõem em diferentes situações enquanto “os de fora”, as elites locais (políticos, proprietários, grandes fazendeiros, famílias tradicionais) - habitam na cidade e os que emigraram - todas estas são posições hierarquizadas e situacionais que compõem o quadro da estrutura de poder na região Norte de Minas.

O que une as duas categorias é a idéia de *deslocamento*, no contexto do Norte de Minas o critério comum é o de *pertencimento*, fazer parte ou não da região. Ser “de dentro” ou “ser de fora” é um marcador que define a priori os sertanejos diferenciando-os das elites políticas, gestores. (OLIVEIRA FILHO, 2006, p.38-46)

O que importa aqui é que esses modelos de análise funcionam como matrizes de interpretação para os sertanejos do Norte de Minas. Isto porque nas representações coletivas, construídas quer através de experiências e imagens vividas quer através de imagens fornecidas por outras fontes. Entretanto, quando o que está em questão são o poder da ideologia capitalista (o “poder de compra” dos “de fora”) e a reafirmação e crença nesse poder expressas nos discursos das autoridades locais.

Todos estes elementos compõem uma totalidade não fechada, mas que se subdivide em duas "metades". Contudo, o que importa aqui é menos a descoberta dessas "metades", mas literalmente o movimento que cada busca leva os sujeitos a fazerem-se.

*

Nas situações sociais do seu cotidiano, os sujeitos atuam de acordo com as suas competências identitárias que, ao contrário do que sucedia na pré-modernidade, não são mais estáveis e rígidas, mas se tornaram transitórias, plurais e auto-reflexivas. É objeto de escolhas e de possibilidades individuais, feitas de acordo com a própria percepção da estrutura das relações sociais e, portanto, desencadeadas em função dos recursos disponíveis e dos efeitos previsíveis. Entre a estrutura social e a ação dos sujeitos, as identidades sociais são *feitas e refeitas* ao sabor das mudanças sociais e das novidades culturais, deixando-se pautar por uma progressiva interiorização de *pulsões e constrangimentos* (ELIAS, 1989). Eminentemente relacional e interativa, perante a crescente complexificação das sociedades, a identidade moderna mostra-se contingente e remete-nos para uma estrutura pessoal, afetiva e cognitiva que é progressiva e continuamente reconstruída pelos sujeitos.

Nessa reconstrução das identidades está envolvido um processo dinâmico de constante confronto do velho com o novo. Esse constante fluir permite-me admitir que, tal como no desenrolar evolutivo do sistema capitalista, também as identidades sociais estão sujeitas a um processo de *destruição criadora*. Por 'destruição criadora das identidades' entendo a ação de contínua reelaboração dos critérios de autovalidação pública dos sujeitos, variável de acordo com a multiplicidade de situações sociais do cotidiano, e as transformações econômicas, políticas, científicas e culturais que caracterizam as sociedades contemporâneas e que proporcionam um contínuo reajustamento das matrizes identitárias dos sujeitos.

A variedade e a sobreposição de narrativas e parâmetros interpretativos sobre o mundo e a vida e, *mutatis mutandis*, sobre as identidades sociais, revelam como estas últimas vão sendo hoje destruídas a cada passo, e de modo acelerado, cedendo criadoramente a identificações mais ou menos momentâneas e desordenadas. Tanto o discurso científico como o jornalístico de hoje sublinham o fim das nossas seguranças sociais, políticas, econômicas e éticas, ilustrando como a sociedade e a sua interpretação se complexificaram. Tornam claro que as crenças na segurança ontológica dos indivíduos se fragilizaram e se instaurou uma espécie de ficção na vida coletiva, com presumíveis efeitos sobre o modo como eles se vêem, apresentam e avaliam a si próprios e, igualmente, o modo como vêem, apresentam e avaliam os outros.

A ‘destruição criadora das identidades’ impõe a necessidade de revisão do significado atribuído aos ‘centros’ ou matrizes primordiais das identidades, típicos da modernidade - a classe social, o sexo, o grupo étnico, o grupo religioso, a condição laboral e o estatuto educativo e familiar. No plano teórico, como de resto no plano prático, assiste-se hoje ao ‘descentramento’ dos sujeitos e à problematização das identidades, tanto nas suas concepções essencialistas (do tipo ‘eu sou eu’) como nas estruturalistas (do tipo ‘a vida fez-me assim’).

Hobsbawm detectou um aspecto peculiar no estudo das tradições nas sociedades modernas. Muitas vezes tradições que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não inventadas. As tradições inventadas podem estar significando "reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações, anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase obrigatória" (HOBSBAWM, 1984, p.10). As tradições inventadas implicam automaticamente uma continuidade em relação ao passado. No processo de invenção das tradições, a legitimidade é alcançada por meio de repetições rituais de histórias sobre origens.

Hobsbawm assinala um paradoxo curioso:

as nações modernas, com toda a sua parafernália, geralmente afirmam ser o oposto do novo, ou seja estar enraizadas na mais remota Antiguidade, e o oposto do construído, ou seja, ser comunidades `naturais' o bastante para não necessitarem definições que não a defesa dos próprios interesses. (HOBBSAWM, 1984, p. 22)

Desse modo, a história relatada pelos "inventores" de uma tradição adquire os contornos de uma história mítica, cuja função consiste em construir um centro ou um ponto de referência a partir do qual todo o resto é inscrito numa relação de continuidade. Em outras palavras, a invenção de uma tradição (e também a construção de um lugar de memória) implica o estabelecimento de uma origem e de uma história. Lembramos ainda que a existência de uma tradição esteja condicionada à sua permanente atualização. Para essa dinâmica, o simples ato de narrar à história de fundação constitui um dos pilares de sustentação.

Entretanto, novas cosmologias são hoje geradas a partir de renascidas ideologias da cultura e do consumo e de práticas sociais revalorizadas em função de emergentes filosofias de vida. Tanto no plano simbólico como no plano social desponta um novo gosto de viver. Dito de outra maneira encontramos-nos perante um processo de renovação daquilo a que Raymond Williams chamou a "estrutura dos sentimentos" dos indivíduos, que implica uma deslocação das nossas metodologias de análise das genealogias e das relações sociais fixas e formais para uma compreensão do caráter mais fluido e movediço da sociedade. (WILLIAMS, 1977, p. 133-34)

A tendência parece ser a busca narcísica da auto-satisfação, que se faz acompanhar da construção de personalidades errantes, destituídas de vínculos e compromissos persistentes e aptas a adesões fugazes, não raro dramáticas, a novos *centros* em emergência. A esse *descentramento do mundo* corresponde um novo *recentramento dos sujeitos*, pautado pela valorização de novos signos culturais. Estes novos signos culturais -

entre os quais se contam o consumo, o lazer, o corpo, a estética e a contínua reinvenção das comunidades e “novas tribos” — não apenas se equivalem entre si, mas também se substituem aos anteriores na sua capacidade de radicação das identidades dos sujeitos.

Um efeito importante contido no processo de *destruição criadora das identidades* refere-se ao modo como os sujeitos se relacionam, por um lado, com o tempo e mais concretamente com as suas referências ao passado e à memória quer pessoal quer coletiva, e, por outro, com o espaço, imediato ou representado, em que interagem. Associado à deslocalização do nosso sentido do ‘centro’, o processo de ‘destruição criadora de identidades’ pode converter-se num ato radical de busca da alteridade, o qual, por sua vez, pode-se traduzir na vontade inabalável de viver em hibridismo, de “estar no meio e entre as coisas”, como diria De Certeau, sem necessariamente se identificar com nenhuma delas, de modo sólido e fixista.

É possível, assim, sustentar que a visita às cidades históricas e aos lugares do passado representa e pode significar uma passagem, uma transição. As nossas cidades históricas e do passado, pela ambivalência interpretativa a que estão sujeitas, são lugares privilegiados para que nos permitamos divagar por entre seu património, dando asas à nossa imaginação, isto é, atuando no sentido da *destruição criadora das nossas identidades*.

3.2 – TEMPO, ESPAÇO E NARRATIVAS

É comum encontrar uma tendência teórica marcada pela neutralização ou subalternização do tempo. Em escritos de autores como Gilles Deleuze ou Jean Baudrillard, o tempo cronológico e linear é tido como opressivo e sujeito a imperativos instrumentais de produtividade, trabalho e controle social. Esse *tempo institucional* é responsável pelo

empobrecimento do gosto de viver pelo que, em alternativa, são vários os autores que sustentam concepções anarquizantes e desconexas do tempo, supostamente mais concordantes com os modos de ação e o pensamento contemporâneos: o tempo e os conceitos de passado, presente e futuro não podem ser situados nem controlados pelos nossos enunciados discursivos, como nada pode estar, alguma vez, totalmente ausente ou totalmente presente.

Por outro lado, e em paralelo a essa exorcização do tempo, em algumas análises da realidade é o espaço que parece arrastar conseqüências políticas para os sujeitos e os grupos sociais. É o espaço, não o tempo, que impõe diferenças, agrega subjetividades e estipula interações.

O espaço surge, assim, como elemento caótico das nossas representações e, *ipso facto*, é ele próprio irrepresentável. É no espaço e por meio dele que se procede a justaposições desordenadas e se forjam fronteiras paradoxais que tornam vulnerável a nossa identidade. Se é nesse lado caótico do espaço e do tempo que se fundam muitos dos nossos receios e ambivalências, no entanto, em vista da mútua interdependência das ordens cognitiva e espaço-temporal, é fundamental que saibamos construir novos ‘mapas cognitivos’ que orientem nossos trajetos e linhas de ação.

O apelo de Homi Bhabha (1994) à criação de um *terceiro espaço* - um espaço de enunciação das diferenças culturais —, capaz de introduzir

uma fratura entre a tradicional procura culturalista de um modelo, [...], um sistema estável de referências e a indispensável negação da certeza na articulação de novas necessidades, sentidos e estratégias [...] (p. 35).

Entre a busca de segurança, por exemplo, a procura da história ou da tradição, e a incerteza do presente, por exemplo, a definição das necessidades sociais e culturais, está contida a dimensão enunciativa que pode e, de acordo com Bhabha, deve ser subversiva e pôr

em causa os modos dominantes de imposição/sujeição cultural, geralmente ausentes da nossa crença do passado distante ou da cultura inferior.

A proposta de Bhabha ganha em clareza se conjugada com aquilo que me parece ser central nos chamados estudos subalternos ou pós-coloniais. Aqui pontua o nome de Gayatri C. Spivak (1988), que se assume como cultora das descontinuidades e para quem é preciso instaurar uma nova “mundialização do mundo” baseada num “persistente reconhecimento da heterogeneidade” (p.20). O que está em causa, para Spivak, não é uma definição continuísta das diferenças, mas uma “aceitação radical da vulnerabilidade” e uma “política de campo aberto” (*politics of the open end*) (1990, p. 104) na qual a própria escolha da marginalidade se encontra legitimada enquanto ato, mesmo se anárquico, de inclusão social.

Também por esta via, o cotidiano dos sujeitos se tornou errático, marcado por práticas liminares e de vertigem, por novas concepções do tempo e da memória, por reconceptualizações do espaço, reavaliações da política, da estética e da moral. A “aceitação radical da vulnerabilidade”, por que clama Spivak, pode ser lida como a inversão provisória, mas libertadora, das perspectivas, numa exaltante violação das narrativas universalistas e homogeneizadoras dos conteúdos e significados do espaço e do tempo. Estamos perante sintomas de uma ‘carnavalização’ do cotidiano que parece generalizar-se e afirmar-se duradouramente na sociedade.

*

Ao se investigar as mudanças no sistema econômico brasileiro – encarado como um complexo de regiões relativamente articuladas em um mercado nacional –, convém distinguir entre tendências de mudança e transformações derivadas a partir dos anos 1930,

com a interligação de mercados regionais até então bastante isolados uns dos outros em um mercado nacional protegido da concorrência externa.

Deu-se um processo de concentração industrial que abafou aos poucos o parque industrial preexistente em diversas partes do país. Estabeleceu-se, com isso, um esquema de divisão do trabalho centralizado no eixo Rio / São Paulo, mas que se inclinou cada vez mais para São Paulo. Sabe-se que a primazia paulista derivou de condições excepcionais de crescimento ligadas ao “complexo cafeeiro”. Aprofundou-se pela dinâmica de aglomeração do mercado, mas contando também com um fator extra mercado: a política cambial do Brasil, que, para controlar as importações, protegeu sobremaneira o setor industrial já implantado. Isso incrementou ainda mais a centralidade da economia de São Paulo em face das outras áreas menos desenvolvidas. Esse movimento de concentração atingiu o auge por volta de 1960, nessa época em que a hegemonia paulista era retratada por todos os índices relevantes.

Na década de 1960, esse quadro começou a ser alterado, estabelecendo-se uma tendência à desconcentração perdurando até o momento final de vigência do antigo modelo. Tal tendência resultou tanto de fatores de mercado quanto de fatores político-institucionais, combinados de maneira diferente segundo as heterogêneas realidades regionais do Brasil. Paralelamente ao caso especial de São Paulo, pelo menos três outros tipos de desenvolvimento regional se distinguiram na segunda metade do século XX.

Um deles corresponde a certas partes do país dinamizadas pelo desdobramento da economia paulista. O impulso foi dado pelo mercado, mas de fora para dentro. Foi o que sucedeu no Paraná, em Goiás e, posteriormente, no Mato Grosso do Sul, sem contar as áreas de Minas Gerais adjacentes a São Paulo (o sul de Minas e o Triângulo).

No outro extremo, temos o Nordeste e a Amazônia, vasta porção do território brasileiro situada em posição nitidamente periférica – em relação ao eixo industrial do Sudeste – e, portanto, com baixo potencial de crescimento segundo a lógica do mercado.

Nesse caso, para se desenvolverem, seriam necessárias iniciativas no campo político-institucional. E essas viriam de fora, do governo federal, movido por razões estratégicas de cunho nacional. Assim, ambas foram definidas como “regiões-plano”, alvo de benefícios fiscais e de outros tipos de apoio, com a criação da Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e mais tarde da Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia). Tais agências consolidaram uma linha de atuação do governo federal que remontava ao início do século, com a fundação do órgão de combate às secas (o atual Departamento Nacional de Obras Contra as Secas / DNOCS), e que avançara nos anos de 1940, quando surgiram a Comissão do Vale do São Francisco e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

O escopo original da Sudene e da Sudam era abrangente, mas com o tempo elas se fixaram, sobretudo, na concessão de incentivos fiscais como meio de viabilizar empreendimentos industriais e agropecuários no Nordeste e na Amazônia temos, por fim, um terceiro tipo, correspondente aos estados que buscaram fórmulas intermediárias no que diz respeito à equação mercado/Estado. Encaixam-se nesse padrão diversos estados do Centro-Sul. Dispondo de certo potencial de expansão econômica, essa possibilidade foi buscada pelo manejo de recursos políticos e institucionais (planejamento, bancos de fomento, captação de investimentos privados, empreendimentos estatais em setores-chave etc.).

O fator diferencial, porém, foi a iniciativa interna do processo – em contraste com o modelo do Nordeste e da Amazônia –, pois o menor grau de atraso não justificaria, por si mesmo, ações estratégicas do governo federal. A dúvida recai sobre as condições para iniciar e levar adiante fórmulas consistentes de desenvolvimento, o que é uma variável importante na análise de cada caso. Aqui se trata, sobretudo, do grau de convergência dos vários segmentos da elite estadual em torno desse objetivo. O empresariado regional é um ator de peso nessa articulação interna, por suas redes de organização corporativa e por suas conexões com a

esfera política. Sendo frágeis esses elos, não se preenchem as condições para a iniciativa interna, e o mesmo ocorre na esfera político-partidária, quando os conflitos, por vezes violentos entre partidos e “caciques políticos”, impedem um mínimo de continuidade administrativa entre os governos.

Observou-se em suma, na segunda metade do século XX, uma gradual redivisão do trabalho, em direção inversa à que se constituía na primeira metade. A dinâmica do mercado fomentou a desconcentração produtiva para novas áreas – agrícolas e eventualmente industriais. E a intervenção política suplementou essa tendência. (DULCI, 1999)

Na grande faixa, que atravessa as regiões Sudeste e Sul, encontra-se o setor mais moderno da indústria brasileira, tecnologicamente avançado, implantado principalmente em cidades de porte médio, tal como se observa nos principais países industrializados. A indústria espalha-se, mas não se distancia demasiado do centro, o qual segue exercendo seu poder de gravitação. A abertura da economia e a reestruturação produtiva, com as mudanças tecnológicas envolvidas nesse processo, fortalecem a densidade econômica do polígono.

Deve-se, acrescentar que a expansão da indústria de alta tecnologia não ficou confinada a São Paulo. Estendeu-se para os três estados do Sul e também para Minas Gerais, aproveitando condições favoráveis do ponto de vista infra-estrutural e de base científica/tecnológica. O pólo mineiro de alta tecnologia, apelidado de “Vale da Eletrônica”, está situado em Santa Rita do Sapucaí e Itajubá, próximo à fronteira com São Paulo. Constitui uma das facetas díspares da indústria mineira, a qual, por sua heterogeneidade, é uma espécie de retrato em miniatura do sistema produtivo brasileiro. O sul de Minas é uma área bastante desenvolvida, fortemente polarizada por São Paulo, assim como o Triângulo Mineiro. Já na parte central do estado (a Zona Metalúrgica e o Vale do Rio Doce) predomina o segmento minério/siderúrgico – que foi objeto de grandes esforços, ao longo do século XX, como motor

da recuperação econômica regional, em vista de seus abundantes recursos minerais, mas que corresponde hoje a um modelo ultrapassado de industrialização.

De fato, a indústria mineira é muito concentrada na produção de bens intermediários (ferro gusa, aço, cimento). Uma alternativa mais moderna para esta área central surgiu nos anos de 1970 com o pólo automobilístico da Fiat na área metropolitana de Belo Horizonte, que foi um projeto bem-sucedido de descentralização desse segmento industrial, até então concentrado no ABC paulista.

Há em Minas duas outras zonas que também figuram no mapa industrial do Brasil, porém com características diametralmente opostas. O norte do estado experimentou uma escalada industrial com inúmeros projetos incentivados pela Sudene, que transformaram Montes Claros numa das aglomerações de maior crescimento proporcional no conjunto do país. A Zona da Mata, por sua vez, com seus antigos núcleos industriais de bens de consumo (têxteis, laticínios), oriundos da primeira onda de industrialização no Brasil, tem vivido longa fase de estagnação.

O Brasil como nação teve de lidar com essa realidade ao longo do século XX. E, dentro do país, o Estado brasileiro, sob a ótica intervencionista que o inspirou de 1930 aos anos de 1980, tentou reproduzir esse padrão para atenuar os desequilíbrios regionais. É interessante que a engenharia institucional construída para enfrentar essa questão evoluiu em momentos de intensificação da concentração da economia brasileira. Não por acaso, a Sudene e a Sudam foram criadas por presidentes – respectivamente Kubitschek e Castelo Branco – muito voltados para o estabelecimento no Brasil de um “capitalismo maduro”, como o definiu esse último. Foi o modelo que pautou o regime de 1964: centralização de capitais, sob hegemonia de grandes interesses, numa triangulação que associava corporações multinacionais, grupos brasileiros e empresas estatais.

No entanto, nas condições brasileiras, o problema do desenvolvimento desigual não podia ser ignorado. O Nordeste preocupava como foco de tensões sociais, e as regiões Norte e Centro-Oeste ocupavam lugar destacado na geopolítica do regime autoritário. Mais adiante, a desconcentração industrial foi encarada de modo sistemático, quando o governo Geisel canalizou volumosos projetos estatais para os Estados de desenvolvimento intermediário (os pólos petroquímicos da Bahia e do Rio Grande do Sul, a Açominas, as usinas nucleares no Rio de Janeiro). Esse foi o ápice da atuação empresarial do Estado brasileiro.

Desde então o governo federal se retraiu como empreendedor. As superintendências de desenvolvimento regional, por sua vez, foram paulatinamente esvaziadas de sua função de planejamento, mantendo apenas o fluxo de incentivos fiscais, que eventualmente viriam a sofrer sérios questionamentos de fraude e corrupção.

O abandono por parte do governo federal de políticas ativas para equacionar a questão do desenvolvimento desigual deixou aos Estados a alternativa de enfrentar o problema por conta própria. A solução típica que se utilizou foi a de operar com mecanismos fiscais dentro da margem de autonomia que cabe aos Estados no arranjo federativo brasileiro. Estabeleceu-se uma intensa disputa por investimentos, sobretudo entre os Estados economicamente mais fortes, configurando a chamada “guerra fiscal”. O conflito fiscal que se observa entre os Estados tem causas bem definidas. Resulta de certas condições políticas e econômicas que emergiram uma após outra. Os impasses das políticas de desenvolvimento regional no Brasil podem ser enfrentados por parcerias entre agentes públicos e privados, conforme o modelo da Terceira Itália, por exemplo, concretizado também em outros países. A estruturação de *clusters* - microrregiões relativamente especializadas em certos segmentos produtivos - tem ganhado destaque na agenda das elites econômicas. Ela corresponde a uma mudança da escala de iniciativas, do nível macro para o microrregional, que se revela bastante

promissor. A cooperação entre administrações locais, redes empresariais e instituições acadêmicas está apenas começando no Brasil e tem potencial para crescer em muitas áreas.

3.3 – DNOCS E SUDENE: IMPACTOS

Dominam a vida na região Norte de Minas Gerais a paisagem do cerrado e o clima semi-árido, com sua estiagem típica e sempre preocupante entre os meses de março a outubro e suas secas recorrentes e devastadoras. Tendo ao fundo chapadas e um relevo em que se alternam incessantemente morros e vales, solos férteis e pobres. Os pequenos lavradores da região praticam uma agricultura rudimentar, basicamente de subsistência. Nas áreas mais ricas, planas e irrigáveis, desenvolvem-se lavouras comerciais que, ao lado do extrativismo mineral e vegetal e da pecuária extensiva, atestam a presença ancestral do latifúndio e marcam a entrada crescente de empresas agropecuárias e de exploração. Em razão notadamente dos incentivos oferecidos na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, indústrias e empresas extrativas instalaram-se na região, visando no desenvolvimento social das zonas rurais e urbanas. O crescimento econômico se tem realizado de forma desordenada, descontínua e privatista, ocasionando a concentração das riquezas e a dilapidação dos recursos naturais. Um panorama geral de estagnação social alimenta o êxodo rural e mantém a região como fornecedora de braços para o corte da cana-de-açúcar e outras atividades sazonais no sul do Estado e em São Paulo.

Considerando-se as últimas décadas, dois processos vêm transformando profundamente a região. De um lado, a degeneração ambiental, motivada pela apropriação, retenção e destruição dos recursos hídricos e vegetais, bases do já frágil equilíbrio ecológico do cerrado. Quando não tem dono, a água é absorvida indiretamente pelo represamento dos

córregos e pelas extensas plantações de eucaliptos que substituem as espécimes nativas. Por sua vez, o desmatamento desordenado interfere no regime das chuvas. Nesse contexto, o sistema tradicional de preparo e plantio das terras – especialmente a queimada, que os grandes proprietários praticam talvez com efeitos ainda mais desastrosos – apenas faz exaurir os solos e comprometer os mecanismos necessários à sua recomposição, o que vem diminuindo o grau de fertilidade e inviabilizando a economia da imensa maioria dos pequenos produtores, que dispõem de ínfimas parcelas para as suas culturas de subsistência.

De outro lado, a introdução de novas relações econômicas, consentâneas com a apropriação das riquezas – sobretudo do solo – e com o aproveitamento dos recursos humanos segundo uma lógica trazida pelo avanço indelével do grande capital em toda a região. antes que essa lógica se tornasse dominante, a pequena agricultura tradicional era ao mesmo tempo tolerada e aproveitada pelos poderes econômicos locais, tanto em termos materiais quanto políticos (de que era típica a figura do agregado, ao mesmo tempo um braço disponível e um voto cativo). Aos pequenos lavradores restava conformar-se com sua condição de subordinação e ao mesmo tempo consumindo os recursos naturais e ambientais, diminui as margens de tolerância e passou a subsumir inteiramente a economia e a vida dos pequenos lavradores, o que redundava em inúmeros conflitos de terra e na expulsão de posseiros e outros ocupantes.

Diante desse quadro, as populações rurais e aquelas que já se dirigiram para as periferias urbanas encontram-se não apenas em uma situação de penúria e de incertezas quanto à sua sobrevivência material. O abalo é também cultural, diz respeito a um modo de vida, de proceder e de dar sentido à existência que se torna caduco e deixa esses trabalhadores empobrecidos numa posição no mínimo ambígua: reconhecem que hoje há mais “civilidade”, mais recursos e facilidades das quais se pode em parte usufruir, não sendo por isso de todo vã a esperança em dias melhores, ao mesmo tempo em que lembram como no passado seu

trabalho valia mais, os solos eram melhores, a pobreza era uma condição digna e a prosperidade dependia do empenho de cada um. Posição ambígua e imobilizadora nos dias atuais, pois retira do trabalhador o domínio das suas condições de existência e deposita a esperança nas “ajudas” que lhe possam ser oferecidas, quer pelo Estado, quer por outras instituições filantrópicas e não-governamentais. Persiste ainda hoje, de maneira geral, a atitude de espera, de aproveitar as oportunidades em vez de criar oportunidades, mesmo quando se dispõem dos meios para superar os impasses.

Enfim, parece ser indispensável distinguir duas lógicas básicas de ação econômica, desenvolvendo-as de acordo com as circunstâncias e procurando que a consolidação da primeira seja não um anteparo, mas um impulso na direção da segunda: de um lado, a lógica de preservação e de defesa das condições de existência, assente num diagnóstico das necessidades prioritárias e numa estratégia de recomposição das formas de vida econômica já praticadas; de outro, a lógica de crescimento e expansão, assente num diagnóstico das possibilidades e numa estratégia de remodelação ou mesmo de ruptura com os padrões da vida econômica voltados à reprodução simples e à subsistência.

*

Para aqueles que têm uma identidade territorial com ele, o resultado de uma apropriação simbólico-expressiva do espaço, sendo portador de significados e relações simbólicas. O vigor do laço territorial revela que o espaço é investido de valores não somente materiais mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. A cultura, portanto, inscreve-se assim no território, deixando marcas pela história e pelo trabalho humano o que, no nosso caso, pode ser apreendido pelos diferentes processos de apropriação com a vinda da Sudene. Cremos que não seria exagero cogitar nesses territórios sítios potenciais de resistências,

intervenção e de tradução decorrentes das estratégias de diferenças. Culturalmente, estas estratégias constituem o fundamento para um novo tipo de “localismo,” que não é auto-suficientemente particular, mas que surge de dentro do global, sem ser simplesmente um simulacro deste. (HALL, 2003)

Os espaços identitários são o processo atual das persistências e ou reconfigurações identitárias notadamente em uma área de fronteira, no Norte de Minas, espaço onde a linha que separa a cultura da natureza apenas se esboça, e as sociedades sertanejas tradicionais se formam, se desorganizam e se reproduzem, mesmo quanto ameaçadas.

O espaço é tido como o lugar onde se aplica uma estratégia identitária. É o espaço que fornece ao sujeito um campo para suas realizações existenciais, físicas e organizacionais. Investir fisicamente um lugar é, ao mesmo tempo, instituir um território, é produzir um significado que substitua a ausência.

A representação que tem as pessoas de sua posição no espaço social e de sua relação com outros agentes que ocupam a mesma posição ou posições diferenciadas no mesmo espaço é fundamental para definir a identidade.

De acordo com o grau de pertencimento ou de identidade dos habitantes de um dado território, temos a seguinte tipologia:

1) os apáticos e os resignados: destacam-se pela atitude passiva e por não se identificarem com os interesses locais e territoriais;

2) os migrantes potenciais: aqueles que não vêem perspectivas de realizações de seu projeto pessoal naquele território e estão buscando ocasiões para migrarem;

3) os modernizadores: são aqueles adeptos de todas as formas de modernização. Este tipo geralmente forma a parcela dos bem sucedidos na política e na economia local e são quase sempre depreciadores do patrimônio e da história local que consideram como tradições obsoletas e retardatárias;

4) os tradicionalistas: dotados de uma identidade histórica, patrimonial e emblemática muito forte são os que reivindicam um projeto territorial consistente para congelar a região em seu estado de desenvolvimento atual, ou seja, em reconstruí-la segundo um modelo antigo de caráter mítico;

5) os regionalistas: são os que preconizam o desenvolvimento autônomo de sua região a qualquer preço e mediante ao recurso de qualquer meio uma vez que consideram asfixiante o centralismo estatal.

Esses cinco tipos de identidades territoriais têm suas representações no Norte de Minas, assumidas por diferentes grupos sociais e revelam uma dada consciência sociocultural. A grosso modo, os apáticos e possíveis migrantes são encontrados entre os pequenos agricultores, antigos garimpeiros e a geração de jovens nativos. Os regionalistas e os modernizadores correspondem aos políticos, comerciantes e empresários de empreendimentos turísticos, enquanto os grupos sociais vinculados às atividades extrativistas e de uma relação mais íntima com o cerrado incluem-se naquelas dos tradicionalistas. Como já aludimos, no território de fronteiras, para Martins (idem, p. 151), aqui estão configurados “modos de ser e de viver no espaço novo(...) de desencontradas perspectivas”. Espaço, portanto, de contradição e de conflito.

Entendemos que a identidade é criatividade permanente e exploração contínua, o que implica em uma dialética de continuidade e troca; e esse autor ressalta que na nossa época a identidade já não pode fundar-se exclusivamente no culto as próprias raízes e tradições sob pena de perecer-se por asfixia. A construção da identidade é um constructo histórico para o qual contribuem a História, a Geografia, a Biologia, instituições, a memória coletiva, fantasias pessoais e aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Segundo ele, esses materiais são

reelaborados pelos indivíduos, pelos grupos sociais em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço.

Analisando a condição daqueles que se encontram no território de fronteira e possuíam um *enraizamento* territorial nota-se que a identidade adquire feições de resistência, pelos atores que se encontram em condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim trincheiras de resistência e sobrevivência. (BOSI, 1992: p.17)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento urbano, a partir de critérios da racionalidade economicista, relegou o Norte de Minas e as comunidades sertanejas a um certo isolamento, a um distanciamento da cidade propriamente dito: o sertão e seus habitantes, os sertanejos, situam-se à margem do espaço “civilizado”, citadino. Tal situação se mantém, ao longo da história, também em função do modo de vida sertanejo, embasado em valores culturais, óbvio, diferentes daqueles dos sujeitos urbanos. (MATTA-MACHADO, 1991)

Entender a posição do sertanejo, por que se caracteriza como uma resistência ao mundo urbano, não é possível apenas a partir de considerações de cunho geográfico, dicotomizando dois espaços. Faz-se necessário compreender um dos valores capitais do sertanejo, que é o modo como se relaciona com o tempo, tomando-o, de certa forma, como uma dimensão una, que não se divide em passado, presente e futuro, motivo pelo qual torna-se desnecessária uma preocupação com a passagem do tempo. (FRANCO, 2007)

Enquanto, para o homem urbano, acochado pela dinâmica capitalista, “time is money”, para o sertanejo, orientado pelo “habitus”, o tempo é um receptáculo de memória, algo a ser preservado, e não apenas explorado (BOURDIEU, 1998, p.107-132). O sertanejo não atribui uma função ao tempo, não se vê como senhor do tempo, mas antes como seu servo, como aquele que precisa do tempo para manter vivas suas tradições, e, por isso mesmo, cultiva-o. Ao cultivar o tempo, o sertanejo se diferencia, radicalmente, daqueles que, urbanos, mensuram monetariamente o tempo.

Ignorando esse modo próprio de ser e estar do sertanejo no Norte de Minas, o desenvolvimentismo, levado a efeito pelas elites político-econômicas, acaba por nos revelar, tanto em sua retórica quanto em suas ações, que é preciso urbanizar o sertão, dotando-o de elementos que supostamente amenizam e humanizam as cidades. Um desses elementos é o

transporte ferroviário, que chega a Montes Claros em 1926 (LESSA, 1993). Outros, que darão às cidades nortemineiras uma feição tipicamente urbana até a década de 60, são energia elétrica, água potável canalizada, pavimentação e iluminação de ruas, serviços de telefonia, hospitais, cinemas.

De acordo com Cardoso, a entrada da Sudene em cena trouxe mudanças significativas nas esferas política, econômica, social, enfim. Pode-se sintetizar da seguinte maneira a atuação deste órgão no Norte de Minas, bem como em toda a região que corresponde ao chamado “polígono das secas”:

Criação de programas e projetos, principalmente nos setores agropecuários e industriais, sustentados por políticas de incentivos fiscais e financeiros diversos. Tais incentivos funcionavam como um atrativo para a exploração destas atividades, tanto para o capital regional como para o capital nacional e internacional.(...) Promoção de programas e políticas sustentadas por estímulos fiscais e financeiros, destinadas a fomentar a exploração econômica dos setores produtivos regionais.(...) Criação de infra-estrutura básica e econômica, bem como de uma rede de serviços sociais, tais como: estradas, campos de pouso, centrais de comunicação, obras nos setores de saúde e educação, energia elétrica, saneamento básico, dentre outras. (CARDOSO, 2000, p. 232)

Portanto, na esfera econômica, é possível encontrar uma variedade de influências orientando a produção, a distribuição e a circulação de bens e serviços, bem como o convívio de lógicas diferenciadas, com objetivos diversificados, presentes na região.

Se tomarmos as características da região norte-mineira que permitem percebê-la como uma região de fronteira – socioeconômica, cultural e agrícola –, é relevante lembrarmos uma característica mais geral que envolve as situações de fronteira, apontada por Martins (1996). Trata-se da coexistência de temporalidades desencontradas: desencontro de temporalidades históricas e lugares sociais distintos.

A partir da compreensão de Martins (1996), Costa explicita que o *ser* da região norte-mineira aparece ao “outro”, aquele que é de fora, como portador de características

muitas vezes estigmatizadas: a identidade da pessoa desta região é acompanhada de um “orgulho” e “amor” por si mesmo (1997, p.77-97).

Outra característica do povo norte-mineiro, segundo este mesmo autor, é a “cordialidade”. Buscando em Sérgio Buarque de Hollanda (1981) o conceito de “homem cordial”, ele a definiu como “lhaneza no trato, hospitalidade e generosidade sendo uma realidade presente na vivência do sertanejo”. Costa vê a cordialidade sertaneja como um modo peculiar da vida local:

De acordo com essa característica as formas de convívio são ditadas por uma ótica de fundo emotivo, apesar da manifestação formal de respeito, buscando o convívio familiar, o desejo de estabelecer intimidade. (COSTA, 1997, p. 82)

Embora as relações sejam de fundo emotivo e tenham como ambiente principal o território rural, o “ser do sertão”, o sertanejo, construiu uma cultura baseada em “regras consensuais” e no “uso coletivo das terras”, a partir de uma visão de mundo “marcada pela presença do boi”, que seria a particularidade dos geraizeiros, do habitante dos Gerais, em oposição àquela visão de mundo marcada pela presença do ouro, que seria a particularidade do mineiro, do habitante das terras onde se processou o chamado ciclo minerador.

Nesta dissertação, procuramos analisar algumas das imagens produzidas pelos homens que viveram a aventura da colonização sobre um novo espaço incorporado e apropriado no início dos tempos modernos – território pertencente a Portugal, espaço desconhecido, vazio, que parecia no início um grande sertão.

Este gradual, lento e progressivo interesse pelo espaço, sua percepção e representação, está ligado aos descobrimentos e à exploração do globo e deve-se, na sua maior parte às navegações portuguesas que expandiram o mundo à dimensões nunca antes imaginadas. A aventura marítima provocou a reformulação da relação vivencial do homem daquele tempo com o espaço. Ao ser colocado frente ao desconhecido, este homem foi

obrigado a apelar para todas as suas capacidades humanas, no intuito de conseguir o domínio, a apropriação e o controle desse espaço que se mostrava completamente diverso, diferentemente dimensionado e distribuído.

Assim o fizeram os portugueses com a sua colônia na América. Este território foi sendo, aos poucos, apropriado e integrado pela ação concreta da colonização, baseada na acumulação de todo um saber sobre aquele espaço, sempre mediado pelo imaginário.

A empresa colonial, surge, assim, não apenas como resultado de uma política econômica e mercantil, mas também como expressão de uma estrutura mental presente no imaginário daqueles homens sobre o novo espaço.

Desta forma, os relatos dos viajantes, cronistas – matéria prima de nossa pesquisa -, permitiram pôr em evidência o quanto de sonhado e de projetado estava presente nas representações dos homens europeus, quando tentavam dar conta de uma realidade “outra”, desconhecida e estranha. Deixavam transparecer nos seus textos aspectos de uma história invisível, constituída também pelo não escrito, pela utensilagem mental do homem dos descobrimentos e do Renascimento, em suma, pela visão de mundo.

Nosso objetivo foi, portanto, não só ressaltar e trabalhar a riqueza simbólica das imagens do sertão construídas pelos colonizadores, mas também mostrar como, através da construção dessas imagens, ía-se constituindo uma “grafia” capaz de ordenar o espaço encontrado, transformando-o em Região Colonial.

A Região Colonial aparece, assim, como a expressão da dominação do território da colônia pelos colonizadores e como o resultado das relações que estabeleceram entre si todos os agentes envolvidos na aventura colonizadora. Esta Região expressa a relação assimétrica, contraditória e complementar, própria mesma da relação entre a colônia e a metrópole nesta época.

A Região Colonial torna-se, desta forma, um espaço complexo de encontro entre uma civilização em expansão, historicamente impossibilitada de produzir diálogo e comunicação ao mesmo nível de receptor e emissor, e uma sociedade culturalmente tão diversa. Na ausência de um possível código de interpretação capaz de fazer coincidir emissor e receptor, o desejo, isto é, aquilo que se quer mas não é, torna-se privilegiado instrumento de leitura. Daí a importância de analisar as imagens sobre o sertão que expressavam os desejos e as projeções acerca daquele território vazio – lugar de riquezas e almas e também de temores e seduções.

Sabemos que, se por um lado, os homens dos descobrimentos e do Renascimento representavam o Novo Mundo através de imagens baseadas em referenciais próprios à sua cultura, acabavam, por outro, incorporando irreversivelmente elementos específicos das culturas que procuravam dominar. Ao mesmo tempo em que se transportavam os elementos da ordem da Fé e do Império, se confrontavam e se produziam novos padrões culturais na América.

Assim, a Região Colonial deve ser vista como o resultado do ordenamento do território da Colônia, fruto da ação dos colonizadores leigos e religiosos, conquistadores e conquistados.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. Capistrano de. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

AMADO, Janaína. *Região, sertão, nação*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v.8, nº 15, p. 145-152, 1995.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A Geografia do Crime: Violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. *A Sedição de 1736: Estudo comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do Sertão Agro-Pastoril do São Francisco*. Belo Horizonte: DCP/UFMG, 1983. (Dissertação de Mestrado).

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

AUDRIN, José M. *Os Sertanejos que eu conheci*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

BHABHA, Homi. *O local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOLLE, Wille. *Grandesertão.br*. São Paulo: Duas Cidades, 2004.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade – Lembrança de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região”. In: *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998: pp. 107-132.

BURTON, Richard. *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1977.

CAMINHA, Pero Vaz de. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro: Agir, 1977.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

CANDIDO, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito: Estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus modos de vida*. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

CARDOSO, José Maria Alves Cardoso. *A região Norte de Minas Gerais: Um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1996. (Dissertação de Mestrado).

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira, 1976.

CARNEIRO, Geralda Vânia N. F. B e et al. *Ecossistemas Grande Sertão: Veredas – As transformações culturais e a destruição ambiental no norte de Minas*. Montes Claros: Grupo de Estudos e Ação Ambiental, 1992 (mimeo).

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: 1990.

_____. *A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial. Teatro de Sombras: A Política Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CERTEAU, Michael. *A Invenção do Cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CORBIN, Alain. *O Território do Vazio – A Praia e o Imaginário Ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

COSTA, João Batista de Almeida. “A Cultura Sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas”. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro (org.). *Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas: Considerações a partir das Ciências Sociais*. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997. pp.77-97.

_____. “Sentir-se norte mineiro, as raízes de nossa regionalidade”. In: *Opinião*. Montes Claros, 07-13/10/2001. 01 (04), p. 04.

_____. *Mineiros e Baianos: Englobamento, Exclusão e Resistência*. Brasília: DAn/UnB, 2003 (Tese de Doutorado).

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves; São Paulo: Publifolha, 2000. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DAYRELL, Carlos Alberto. *Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: La contribución de la agroecología y de la etnoecología em los estudios de los agroecosistemas*. Dissertação de Mestrado. Huelva: Universidad Internacional de Andalucía, 1998.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. *Regiões Culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: INEP, 1960.

DULCI, Otávio. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. “Pelo Sertão” In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968. pp. 13-120.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. “O código do Sertão”. In: *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: EDUSP, 1998. pp.21-63.

_____. In: *Folha de São Paulo* - caderno Opinião: página A2 de 04 de janeiro de 2007.

GASPAR, Maurice M. Dans *Lê Sertão de Minas*. Abadia du Parc-Lez-Louvain. Bélgica, 1910.

GUIMARÃES ROSA, João. *Grande sertão: veredas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1968.

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A. 2000.

_____. *Da diáspora*. Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HOUAISS, A. et al. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOBBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. “O Semeador e o ladrilhador”. In: *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

_____. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1976. Tomo I, volume I.

LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimentos*. História social nos sertões do Brasil. Brasília: UnB, 1996.

LESSA, Simone Narciso. *Trem-de-ferro: do cosmopolitismo ao sertão*. Campinas: IFCH, Departamento de História, 1993. (Dissertação de Mestrado).

LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.

MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá. *O vazio: O sertão no imaginário da Colônia nos séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1995. Departamento de História (Dissertação de Mestrado).

MARTINS, José de Souza. *A Chegada do Estranho*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. *Capitalismo autoritário e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. “O tempo da fronteira – Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira” In: *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, volume 8 número 01. Março de 1996. pp.25-70.

MATTA-MACHADO, Bernardo. *História do Sertão do Noroeste de Minas Gerais (1690-1930)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a Dádiva. Forma e razão das trocas nas sociedades arcaicas”. In: *Sociedade e Antropologia*. São Paulo: EDUSP, 1974.

MELLO e SOUZA, Laura. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

OLIVEIRA, Anelito de. “Nós: os Tropeiros”. Montes Claros/MG: In: *Revista Verde Grande*, 2005d . Volume 1, pp. 10-17.

OLIVEIRA, Evelina Fernandes. *Área Mineira do Nordeste: Um caso de desenvolvimento regional*. Montes Claros. Revista do I Encontro Norte-Mineiro de Cientistas Sociais. 1995a, p. 49-60.

OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma re(li)gião*. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985b.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro.” In: *Americanos: Representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000c. pp.69-91.

OLIVEIRA FILHO, Otaviano de. “Resistência Identitária: A Configuração Etnocultural da Comunidade Sertaneja Norte-Mineira no Processo Histórico de Minas Gerais” In: *Dossiê Sertão*. Goiânia: Revista UFG, 2006. Ano VIII. nº2. pp. 38-45.

_____. “Interpretações dualistas de Desenvolvimento no Norte de Minas: Gestores X Sertanejos – 1940-1980”. Montes Claros/MG.: *Funorte Humanidades*, 2006. pp. 88-101.

PIERSON, Donald. *O Homem no Vale do São Francisco*. Ministério do Interior/ Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale). 1972, Tomo II.

PIMENTEL, Sidney Valadares. *O chão é o limite*. A festa do peão de boiadeiro e a domesticação do sertão. Goiânia: Editora UFG, 1997.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1976.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *O Sertão Espiado de Fora: Os Viajantes estrangeiros descobrem o cerrado mineiro na primeira metade do século XIX*. Rio de Janeiro, 1997. Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (Dissertação de Mestrado).

_____. “História Ecológica do Sertão Mineiro e a Formação do Patrimônio Cultural Sertanejo”. In: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos (orgs.). *Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade*. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa – Norte de Minas; Rede Cerrado, 2000. pp. 56-62.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste: a influência da “bandeira” na formação social e política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

SAINT-HILAIRE, August De. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SCHETTINO, Marco Paulo Fróes. *Espaços do Sertão*. Brasília: Departamento de Antropologia/UnB, 1995 (Dissertação de Mestrado).

SENA, Custódia Selma. *De sertões e sertanejos*. In: CHAUL, Nasr Fayad (Coord.). Goiás: 1722-2002. Goiânia: AGEPEL; Mediale, 2002. p. 227.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VASCONCELLOS, Salomão. *Bandeirismo*. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1944.

VIDAL E SOUZA, Candice. *A Pátria Geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1997.

WELLS, James Willians. *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil*. Do Rio de Janeiro ao Maranhão. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: 1995. dois volumes: 83 ilustr.

WILLIAMS, Raymond. *Campo e cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres – Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb, 1995.

A N E X O S